



ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Cel Inf LUIZ DUARTE DE FIGUEIREDO NETO

**Guerra do Paraguai:
uma análise da decisão paraguaia de deflagrar o
conflito com base na avaliação do Poder Nacional
daquele país à época**



Rio de Janeiro
2019



Cel Inf LUIZ **DUARTE** DE FIGUEIREDO NETO

**Guerra do Paraguai:
uma análise da decisão paraguaia de deflagrar o
conflito com base na avaliação do Poder Nacional
daquele país à época**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Especialista em Política, Estratégia e
Administração Militar.

Orientador: Cel R1 Ariel Martim de Oliveira e Silva Júnior

Rio de Janeiro
2019

F475g Figueiredo Neto, Luiz Duarte de

Guerra do Paraguai: uma análise da decisão paraguaia de deflagrar o conflito com base na avaliação do poder nacional daquele país à época / Luiz Duarte de Figueiredo Neto. — Rio de Janeiro: ECEME, 2019.

101 p.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares). — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, 2019

Referências Bibliográficas: p. 99-101.

1. GUERRA DO PARAGUAI. 2. PODER NACIONAL. 3. AVALIAÇÃO. I. Título.

CDD 989.205

Cel Inf LUIZ **DUARTE** DE FIGUEIREDO NETO

**Guerra do Paraguai:
uma análise da decisão paraguaia de deflagrar o
conflito com base na avaliação do Poder Nacional
daquele país à época**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Especialista em Política, Estratégia e
Administração Militar.

Aprovado em ____ de julho de 2019.

COMISSÃO AVALIADORA

ARIEL MARTIM DE OLIVEIRA E SILVA JÚNIOR - Cel R1 Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

JOSÉ LUCAS DA SILVA - Cel R1 - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

WAGNER ALVES DE OLIVEIRA - Cel - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa Leylane e meus filhos Luiz Eduardo e Juliana. Uma sincera homenagem pelo carinho, compreensão e interesse demonstrados durante a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao Coronel Ariel Martim de Oliveira e Silva Júnior, não só pela orientação firme e segura, como também, pelo incentivo e pela confiança evidenciada em várias oportunidades.

Aos meus pais, Augusto Marçal e Maria Cristina, pelas oportunidades proporcionadas, as quais me permitiram alcançar vários êxitos e, dentre esses, a realização deste trabalho.

RESUMO

A guerra do Paraguai foi o maior conflito sul-americano até os dias atuais. Essa disputa envolveu o Paraguai - que até então ocupava a periferia da política regional - contra uma aliança constituída pelos dois países hegemônicos da área (Brasil e Argentina) e Uruguai, entre 1864 e 1870. Nesse contexto, o presente trabalho se propôs a proceder uma avaliação da capacidade do Paraguai em empregar a força contra tal coligação; tendo sido empregado como parâmetro o conceito de Poder Nacional, conforme doutrina preconizada pela Escola Superior de Guerra. Desse modo, a análise foi realizada a partir das expressões constituintes desse Poder. Assim, na expressão política foram verificadas a conjuntura geopolítica, os condicionantes históricos, a política externa, bem como organizações e sistemas políticos. Já na expressão econômica foram abordados o sistema econômico, o mercado e consumo internos, as capacidades empresarial e de financiamento e os recursos naturais. Na expressão psicossocial foram analisadas a dimensão populacional, cultura e padrões de comportamento, nível de bem-estar e dinâmicas ambiental e estrutural. Por sua vez, na análise da expressão militar foram verificados recursos humanos, instituições militares (Marinha e Exército), estrutura militar, instrução, adestramento, capacidade logística e capacidade de comando e controle. Por fim, no tocante à expressão científico-tecnológico foram abordados os recursos humanos e materiais, educação, níveis de desenvolvimento, dinâmica produtiva e infraestrutura científica e tecnológica.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai, Poder Nacional, Avaliação.

RESEÑA

La Guerra del Paraguay fue el más grande conflicto sudamericano hasta el día de hoy. Esta disputa involucró a Paraguay, que hasta entonces ocupaba la periferia de la política regional, contra una alianza formada por los dos países hegemónicos de la zona (Brasil y Argentina) y Uruguay, entre 1864 y 1870. En este contexto, el presente trabajo ha propuesto evaluar la capacidad de Paraguay para usar la fuerza contra tales oponentes; habiendo utilizado como parámetro el concepto de Poder Nacional, según la doctrina defendida por la Escuela Superior de Guerra. Para ello, el análisis se realizó a partir de las expresiones constitutivas de este Poder. Así, en el análisis de la expresión política se verificaron la coyuntura geopolítica, los condicionantes históricos, la política exterior, así como las organizaciones y sistemas políticos. En el análisis de la expresión económica, el sistema económico, el mercado interior y el consumo, las capacidades empresariales y financieras y los recursos naturales fueron discutidos. En la expresión psicosocial se analizaron la dimensión poblacional, la cultura y los patrones de comportamiento, el nivel de bienestar y la dinámica ambiental y estructural. Por otro lado, en el análisis de la expresión militar se verificaron recursos humanos, instituciones militares (Armada y Ejército), estructura militar, educación, entrenamiento, capacidad logística y capacidad de mando y control. Finalmente, al analizar la expresión científico-tecnológica, se abordaron recursos humanos y materiales, educación, niveles de desarrollo, dinámica productiva e infraestructura científica y tecnológica.

Palabras-llave: Guerra del Paraguay, Poder Nacional, Evaluación.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Elementos constitutivos do Poder Nacional.....	14
Quadro 2 - Expressões do Poder Nacional.....	18
Quadro 3 - Comércio exterior e arrecadação de impostos dos países platinos.....	62
Quadro 4 - População dos países envolvidos na Guerra do Paraguai.....	67
Quadro 5 - População e efetivo militares dos envolvidos na Guerra do Paraguai....	74

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 PROBLEMA	5
1.2 OBJETIVOS	5
1.2.1 Objetivo geral	5
1.2.2 Objetivos específicos	5
1.3 HIPÓTESE	6
1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	6
1.5 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	6
1.6 METODOLOGIA.....	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO – PODER NACIONAL	9
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PODER NACIONAL.....	9
2.2 O PODER NACIONAL DE ACORDO COM A DOCTRINA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG)	16
2.3 CONCLUSÃO PARCIAL	23
3. ANÁLISE DO PODER NACIONAL DO PARAGUAI	25
3.1 EXPRESSÃO POLÍTICA.....	25
3.1.1 Análise da Expressão Política	25
3.1.2 Conclusão Parcial	54
3.2 EXPRESSÃO ECONÔMICA	57
3.2.1 Análise da Expressão Econômica	57
3.2.2 Conclusão Parcial	63
3.3 EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL.....	66
3.3.1 Análise da Expressão Psicossocial	66
3.3.2 Conclusão Parcial	71
3.4 EXPRESSÃO MILITAR	73
3.4.1 Análise da Expressão Militar	73
3.4.2 Conclusão Parcial	84
3.5 EXPRESSÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA.....	87
4. CONCLUSÃO.....	90
REFERÊNCIAS	99

1 INTRODUÇÃO

A Guerra do Paraguai foi o maior conflito sul-americano até os dias atuais; constituindo-se em “verdadeiro divisor na história das sociedades [dos envolvidos]”.¹ Esse embate envolveu, por mais de um quinquênio, o Paraguai contra a aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai.

O marco temporal inicial desse evento ocorreu em 12 de novembro de 1864. Nessa ocasião, o navio brasileiro Marquês de Olinda deslocava-se pelo Rio Paraguai, em direção à Cuiabá, Capital da Província de Mato Grosso. A bordo encontrava-se o Coronel Frederico Carneiro de Campos, que assumiria o cargo de Presidente da citada Província, acompanhado de alguns oficiais. Em determinado momento, o buque foi abordado pela canhoneira paraguaia Taquari; tendo sido obrigado a retornar ao Porto de Assunção – do qual havia zarpado horas antes. Após atracar na capital paraguaia, todos os brasileiros foram aprisionados, sendo que somente os membros da tripulação foram liberados posteriormente.

Em função desse ato de hostilidade, a representação brasileira em Assunção protestou oficialmente junto à Chancelaria paraguaia, no dia 13 de novembro de 1864. Em resposta, “o governo paraguaio entregou nota, datada do dia anterior, na qual rompia as relações com o Império”, além de proibir a utilização do rio Paraguai por navios brasileiros.²

A despeito do Brasil não haver esboçado qualquer reação, o Paraguai novamente adotou uma atitude claramente ofensiva e invadiu a Região de Mato Grosso, no dia 24 de dezembro de 1864, com duas colunas.³ A primeira, comandada pelo Coronel Vicente Barrios, seguiu pela calha do rio Paraguai, conquistou Forte Coimbra, em 27 de novembro de 1864; ocupando a Cidade de Corumbá, em 4 de janeiro do ano seguinte.

Já a segunda tropa, sob comando do Coronel Francisco Isidoro Resquín, invadiu o território mato-grossense mais a sul, conquistando a Colônia Militar de Dourados, em 29 de dezembro de 1865. O objetivo estipulado por Francisco Solano López, então Presidente do Paraguai, era a conquista de Cuiabá.⁴

¹ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 17.

² Ibidem, p. 67.

³ LIMA, Luiz Octavio de. A Guerra do Paraguai. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2016. p. 132.

⁴ Ibidem, p.132-134.

Posteriormente, o Paraguai abriu uma segunda frente de combate. Sua intenção era alcançar o Uruguai, passando pelo Rio Grande do Sul. Para tanto, havia necessidade de que as tropas paraguaias atravessassem a Província de Corrientes, na Argentina. Assim sendo, foi solicitada autorização ao governo argentino para que se pudesse realizar o movimento. Todavia, o Presidente Bartolomé Mitre, da República Argentina, não consentiu com a demanda.⁵

A situação para Solano López ficou ainda mais complicada quando, em 20 de fevereiro de 1865, Venâncio Flores, líder do Partido Colorado, assumiu o Governo do Uruguai, com o apoio do Brasil. Essa ascensão ocorreu após a derrubada de Bernardo Berro, do Partido Blanco. Imediatamente, o novo presidente uruguaio declarou guerra contra o Paraguai, que havia se colocado ao lado dos seus opositores políticos na disputa pelo poder.

A despeito desses reveses, em 18 de março de 1865, o Paraguai declarou Guerra contra a Argentina⁶. Assim, em 13 de abril desse mesmo ano, uma flotilha paraguaia composta por cinco navios, chegou ao porto da Cidade de Corrientes e aprisionou duas belonaves argentinas. No dia seguinte, tropas comandadas pelo General Wenceslao Robes ocuparam a cidade.⁷

Solano López esperava que as Províncias Argentinas de Corrientes e de Entre Rios – consideradas rebeldes por não aceitarem o protagonismo de Buenos Aires na política daquele país – apoiassem a causa paraguaia. Entretanto, o suporte esperado não se confirmou. No caso específico de Entre Rios, a surpresa foi ainda mais contundente, pois o General Justo José Urquiza, Governador da Província e caudilho local, ademais da hostilidade em relação ao Governo Mitre, simpatizava com os blancos uruguaiois (tal como os paraguaiois) e há muito tempo vinha mantendo excelentes relações diplomáticas com o Paraguai.

No prosseguimento dos acontecimentos, em 1º de maio de 1865, Brasil, Argentina e Uruguai firmaram o Tratado da Tríplice Aliança, comprometendo-se a lutar contra o Paraguai.⁸ Conforme acordado, caberia ao Presidente Mitre o comando das tropas aliadas. Esse acontecimento caracterizou claramente a união de esforços militares contra Solano López.

⁵ Ibidem, p. 139.

⁶ Ibidem, p. 140.

⁷ Ibidem, p. 142 e 143.

⁸ Ibidem, p. 47.

Ainda assim, Solano López prosseguiu com seus planos. Destarte, em maio de 1865, uma tropa comandada pelo Tenente Coronel Antonio de La Cruz Estigarribia invadiu o território argentino pela Região de Misiones e atravessou o Rio Uruguai; tomando, sucessivamente, São Borja - em 12 de junho daquele ano - e Uruguaiana - a 5 de agosto, também de 1865.

A análise do panorama sintético exposto anteriormente constata-se que **um conflito, inicialmente contra o Brasil, foi se ampliando, passando a envolver outros adversários** – primeiro o Uruguai, e, depois a Argentina – devido à **insistência de Solano López em empregar a força para alcançar seus propósitos.**

A assertiva anterior se embasa, inicialmente, no fato de que o apresamento do barco brasileiro e a conseqüente invasão do então território mato-grossense colocavam tão somente o Império do Brasil como inimigo do Paraguai. Em um segundo momento, o Uruguai declarou guerra contra o Paraguai em fevereiro de 1865 – ato esse que colocava Brasil e Uruguai - ainda que não como aliados formais - de um lado e Solano López de outro.

Ainda assim, pouco tempo depois, o Paraguai não hesitou em invadir o território argentino, para tomar a cidade de Corrientes; angariando, como não poderia deixar de ser diferente, mais um inimigo no processo de atingimento de seus objetivos. Por fim, os adversários do Paraguai decidiram por unir esforços em uma aliança formal, ao firmar o Tratado da Tríplice Aliança; situação essa que, de certa forma, proporcionaria sinergia no esforço de guerra contra Solano López.

Todavia, a despeito dessa situação de suposta desigualdade (que colocava o Paraguai contra uma aliança formada por três países, sendo dois deles os maiores da América do Sul), Solano López prosseguiu com seus planos, mediante o emprego da força; invadindo novamente o território argentino de Misiones e atacando o Brasil em outra frente: a do Rio Grande do Sul.

Outra questão importante a ser colocada consiste na constatação de que os conflitos desse período se caracterizavam pela duração de vários anos e pela alta quantidade de perdas humanas. Os conflitos de coligação, nos quais dois ou mais países se uniam contra um ou mais adversários em comum - como foi o caso da

Guerra do Paraguai -, eram ainda mais letais, tendo em vista que a sinergia de esforços ampliava os recursos à disposição dos envolvidos.⁹

Nesse sentido, a duração média dos grandes conflitos latino-americanos no período de 1791 a 1898, foi de 7 anos.¹⁰ Por outro lado, o total de mortos acumulado nos conflitos latino-americanos do Século XIX foi de cerca de 1,3 milhão, alcançando a média de 64.533 perdas por guerra; enquanto que a média mundial foi de 118 mil.¹¹

Em novembro de 1864, havia um exemplo da dinâmica de um conflito dessa época. A Guerra de Secessão Norte-americana estava em curso a praticamente três anos e meio e ainda não havia sido concluída – o seu término ocorreria em abril do ano seguinte, perfazendo quatro anos. Tal contenda se caracterizou pela alta quantidade de perdas humanas, que alcançou quase 500 mil mortos.

O discorrido permite inferir o seguinte panorama: Solano López, quando em 1864, decidiu empregar a força, inicialmente contra o Brasil, e, com o desenrolar dos acontecimentos, contra uma aliança militar (coligação) composta por três oponentes, deflagrou um conflito que, **muito provavelmente**, se estenderia por anos e envolveria grande quantidade de perdas humanas - conjuntura essa que veio a se confirmar posteriormente. Presume-se que Solano López, ao tomar tal decisão, estava seguro de que o Paraguai teria condições de contornar todas essas questões, superar seus adversários e alcançar os objetivos propostos.

Entretanto, os fatos demonstraram outra realidade. Ao final do conflito, o Paraguai encontrava-se derrotado militarmente, com a economia destruída, tendo a maioria absoluta da população masculina morta, ameaçado de perder grande parte de seu território para a Argentina, e, ainda, sob intervenção político-militar brasileira.

Assim, vislumbra-se uma aparente contradição entre a percepção do Paraguai ao início das hostilidades (que teria condições de superar seus adversários) e o resultado do conflito. Desse modo, o autor se propõe a analisar essa situação, a partir da avaliação das condições que Solano López supunha dispor.

Para tanto, elegeu-se como parâmetro o Poder Nacional, tendo em vista esse critério possuir embasamento acadêmico consolidado, ademais de possibilitar uma

⁹ PASTORE, Fortunato. Soldados Nus: filhos do acaso ou filhos da Glória - estratégia militar e economia na América Latina independente: 1810 – 2000. 2007. 318 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26022008-133603>. Acesso em 24 abr 2019. p 181.

¹⁰ Ibidem, p 122.

¹¹ Ibidem, p 169.

abordagem didática e objetiva em relação ao propósito de avaliação a que se propõe o trabalho. Com o intuito de respaldar o ora exposto, o conceito de Poder Nacional será discorrido em capítulo próprio do trabalho, oportunidade na qual será abordado o referencial teórico sobre esse assunto.

1.1 PROBLEMA

O trabalho tem como tema "História Militar e o Estudo dos Conflitos: o uso da força por estados e atores não estatais", o qual está inserido nos assuntos de interesse da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Dentro desse escopo, foi delimitado o objeto de estudo, ao qual foi dado o título "Guerra do Paraguai: uma análise da decisão paraguaia de deflagrar o conflito com base na avaliação do Poder Nacional daquele país à época".

Assim coloca-se a seguinte situação-problema: a decisão paraguaia de deflagrar a guerra baseou-se na avaliação do Poder Nacional daquele país à época?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 **Objetivo geral**

Analisar a situação do Poder Nacional do Paraguai à época do início do conflito, concluindo sobre a capacidade desse país em alcançar seus objetivos por intermédio do uso da força, contra a aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai.

1.2.2 **Objetivos específicos**

Com o fito de se atingir o objetivo acima, serão abordados os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a expressão política do Poder Nacional do Paraguai à época do início do conflito;
- Analisar a expressão econômica do Poder Nacional do Paraguai à época do início do conflito;
- Analisar a expressão científico-tecnológica do Poder Nacional do Paraguai à época do início do conflito;

- Analisar a expressão psicossocial do Poder Nacional do Paraguai à época do início do conflito; e
- Analisar a expressão militar do Poder Nacional do Paraguai à época do início do conflito.

1.3 HIPÓTESE

A decisão paraguaia de deflagrar a guerra não foi baseada na avaliação do Poder Nacional daquele país à época.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa analisou o Paraguai, à época da deflagração do conflito conhecido como Guerra do Paraguai (1864); tomando-se como parâmetro o Poder Nacional desse país.

A partir de então, concluiu-se quanto à capacidade dessa nação, nos momentos que antecederam as hostilidades, para alcançar (ou não) os objetivos então estabelecidos, mediante o emprego da força.

1.5 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Sobre o assunto Guerra do Paraguai, LIMA (2016, p. 16) alerta sobre a necessidade de se aprofundar o tema, ao afirmar que se trata de “capítulo nunca suficientemente estudado e que dificilmente terá a exposição de seus aspectos esgotada [...]”.

Por outro lado, constata-se que, por razões diversas, a história da Guerra do Paraguai vem ganhando diferentes interpretações ao longo do tempo. Nesse contexto, MENEZES (2013, p. 7-8) argumenta que as explicações para as motivações do conflito passaram por três períodos distintos, cada qual com uma abordagem diferente e, muitas vezes, conflitante entre si. Em uma dessas interpretações, a megalomania de Solano López teria, deliberadamente e sem razões, sido a causa do conflito. Porém, de acordo com outra versão, o imperialismo inglês fomentou as hostilidades, com o intuito de deter a pujança do modelo de desenvolvimento autônomo paraguaio. DORATIOTO (2012, p. 20) acredita que

“tanto a historiografia conservadora como o revisionismo simplificaram as causas e o desenrolar da Guerra do Paraguai [...]”.

Na esfera política, verifica-se que, ocasionalmente, por razões ideológicas, são suscitadas questões polêmicas, relacionadas ao conflito, ainda não totalmente esclarecidas – conjuntura essa que, se não impede, por vezes dificulta a plena integração da Região Platina. Essa situação é ressaltada por BORGES e PERARO (2012, p. 7), ao explicar que esse embate “ [...] provocou e ainda provoca instigantes debates”; acrescentando que é “fator de alterações históricas em cada país participante do conflito”.

Vale destacar que o tema vem ganhando importância no seio do Exército Brasileiro, dentro do contexto de resgate da história da Força, e, conseqüentemente, das tradições e valores. Diversos patronos das Armas, Quadros e Serviços foram alçados a essa condição tendo em vista sua atuação nesse conflito. Como exemplo, podemos mencionar o Brigadeiro Antonio de Sampaio, Patrono da Infantaria, o Marechal Manuel Luís Osório, Patrono da Cavalaria, e o Tenente-Coronel João Carlos de Vilagran Cabrita, Patrono da Engenharia.

Nessa seara, ainda cabe salientar a atuação de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. A liderança desse insigne soldado alterou o curso da guerra, de uma situação de estagnação (vantajosa de certa forma para o Paraguai), para uma sucessão de vitórias dos aliados, que praticamente encerrou o conflito. Por fim, restou a López tão somente a alternativa de empreender sucessivas e desordenadas fugas pelo interior do Paraguai, amparado por arremedos de tropas. Não há dúvida que o papel desempenhado pelo Duque de Caxias nessa contenda contribuiu decisivamente para a sua escolha como Patrono do Exército Brasileiro.

Em 2018, o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) realizou o VIII Seminário de História da Guerra da Tríplice Aliança, na Cidade de Brasília, oportunidade na qual o tema foi debatido, tendo a participação de pesquisadores e interessados, do meio civil e militar. Essa atividade somente corrobora a importância que o assunto desperta no seio da Força e da sociedade em geral.

O exposto permite inferir que o assunto é atual, dinâmico (encontra-se em constante evolução, resultado da evolução das abordagens fornecidas) e de interesse do Exército Brasileiro, em particular por intermédio do DECEX (que, por sua vez, engloba a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército). Nesse escopo,

crece de importância que pesquisadores e interessados do meio acadêmico militar se debrucem sobre o tema, com o intuito de estudar e retirar conclusões, indubitavelmente mediante o emprego de métodos científicos, porém sob uma ótica distinta – a militar.

Nesse contexto, a pesquisa intenta aportar conhecimentos em relação aos antecedentes da Guerra do Paraguai, em particular sobre a capacidade do Paraguai em empregar a força (entenda-se meios militares) para enfrentar a aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai.

O emprego de um parâmetro científico – o Poder Nacional e suas expressões - para efetivação da análise permitiu uma compreensão mais isenta e precisa da dinâmica e dos fatos que envolveram a decisão paraguaia de deflagrar o conflito.

É lícito, ainda, conjecturar que os conhecimentos colhidos poderão influenciar o incremento de estudos acerca do tema.

1.6 METODOLOGIA

O método empregado no trabalho foi:

- de abordagem dedutiva, uma vez que partindo do conceito de Poder Nacional, pretendeu-se aplicar esse entendimento a um caso específico (no caso em tela, o Paraguai); e

- de procedimento histórico, porque se buscou a reconstrução objetiva, isenta e detalhada dos fatos relacionados ao problema proposto.

Por outro lado, a análise foi procedida por intermédio de uma pesquisa:

- de natureza básica (pois pretendeu-se gerar conhecimentos sem aplicação prática prevista);

- de abordagem qualitativa (devido a própria natureza do objeto em estudo, posto que é irrelevante a quantidade de autores estudados e sim a coerência e conexão entre os fatos);

- descritiva (vez que o objetivo é analisar fatos, sem que haja interferência sobre eles); e

- bibliográfica (já que, em relação aos procedimentos técnicos, os dados necessários foram obtidos a partir de material publicado).

2. REFERENCIAL TEÓRICO – PODER NACIONAL

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PODER NACIONAL

A ideia de se avaliar os meios à disposição de determinada coletividade, com a finalidade de verificar se esse grupo detinha capacidade para alcançar os objetivos comuns estabelecidos, é bastante antiga; remetendo, entre outros, à Tucídides, na Idade Antiga¹². ROCHMAN complementa, explicando que:

[...] os grandes estrategistas sempre tiveram em mente a busca da melhor utilização dos recursos disponíveis para os objetivos escolhidos. Em outros termos, procurava-se adequar os meios aos fins. E tal preocupação é constante e intrínseca à política. (1999, p. 119).

Assim, diversos estudiosos se debruçaram sobre o tema, buscando teorizar o assunto, com o objetivo de alcançar “uma racionalidade que forneça diretrizes para a ação [política]”¹³. Nesse contexto, surge o realismo político, pensamento que predominou no campo das relações internacionais ao longo do século XX (embora suas origens remetam à Idade Média), cujo objetivo é a seguir destacado:

[...] fornecer uma teoria acerca dos fenômenos internacionais que identifique e compreenda o quadro das forças determinantes das relações entre as unidades políticas internacionais centrais e as resultantes dessas interações para outros agentes internacionais. (ROCHMAN, 1999, p. 121).

Passando a abordar conceitos dessa escola que se entendem como correlatos ao de Poder Nacional, é interessante constatar que o realismo considera como necessária a avaliação do poder de determinada unidade política, com o objetivo de permitir o emprego otimizado de suas capacidades, conforme se verifica abaixo:

Existindo a busca de uma estruturação de poder, decorre a **necessidade de se avaliar o poder nas unidades políticas**, pois, para se ter uma noção de equilíbrio, é preciso mensurar as quantidades de poder de cada uma das entidades em estudo.

Por outro lado, **a avaliação do poder nas unidades políticas** é apenas o início da reflexão internacional. Elas, como atores racionais que procuram satisfazer seus interesses agem no sentido de

¹² ROCHMAN, Alexandre Ratner. A avaliação de poder nas relações internacionais. Lua Nova, São Paulo, n. 46, p. 119-134, 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451999000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 mar. 2019. p. 119.

¹³ Ibidem, p. 120.

maximizá-los e, desta maneira, de **otimizar seu poder**. (o destaque é nosso) (ROCHMAN, 1999, p. 121-122).

Diversos autores buscaram aprofundar esse entendimento. Nesse contexto, chama a atenção o trabalho do acadêmico e bacharel em direito Hans Joachim Morgenthau que “organiza os elementos do poder levantados por [Thomas] Hobbes, [Edward] Carr e demais pesquisadores realistas e estrutura o realismo para constituir uma ciência das Relações Internacionais”. (ROCHMAN, 1999, p 124).

Analisando-se a principal obra¹⁴ desse estudioso, constatam-se diversos posicionamentos interessantes que permeiam a relação internacional entre unidades políticas. Todavia, com a finalidade de se ater ao escopo do presente trabalho, serão abordados somente assuntos os quais consideram-se relacionados ao conceito de Poder Nacional.

Assim sendo, inicialmente, cabe colocar que MORGENTHAU¹⁵ incorpora a definição de poder nacional em seu trabalho; entendendo, ainda, não haver distinção entre poder e poder nacional. Para esse intelectual, o significado de Poder Nacional ou dispensaria explicação ou não teria uma conceituação específica, uma vez que poderia ser aclarado adequadamente à luz da definição de poder em geral.

Outro ponto importante sustentado pelo acadêmico consiste na relação existente entre as políticas de determinada área específica e o poder de uma nação, como a seguir explicado:

Qualquer **política econômica, financeira, territorial ou militar**, desde que adotada por seu valor intrínseco, é sujeita a avaliação em seus próprios termos [...].

Quando, entretanto, os objetivos dessas políticas servem para acrescentar o poder da nação que as adota com respeito a outras nações, **essas políticas e seus objetivos têm de ser julgados primariamente do ponto de vista de sua contribuição para o poder nacional**. (o destaque é nosso) (MORGENTHAU, 2003, p. 58).

Complementando o raciocínio, Morgenthau suscita a necessidade de se avaliar o poder nacional de determinada nação, estabelecendo os critérios para tal, conforme se depreende do seguinte extrato:

Quais são os fatores que explicam o poder de uma nação em face das outras? Quais são os componentes do que chamamos de poder nacional? Se quisermos determinar o poderio de uma nação, que

¹⁴ A Política entre Nações: A Luta pelo Poder e Pela Paz.

¹⁵ MORGENTHAU, Hans J. A política entre as nações – a luta pelo poder e pela paz. 6. Ed. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003, 1094 p. Disponível em <funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf>. Acesso em 07 mar. 2019. p 199.

fatores deveremos levar em consideração? (MORGENTHAU, 2003, p. 215).

Aprofundando o tema, esse autor denomina de **elementos do poder nacional**¹⁶ os fatores a serem considerados nessa quantificação. Além disso, são listados e explicados quais seriam esses elementos. Para melhor entendimento do assunto, segue-se abaixo relação desses fatores:

- Geografia;
- Recursos Naturais (alimentos e matérias-primas);
- Capacidade Industrial;
- Grau de Preparação Militar (tecnologia, liderança, quantidade e qualidade das forças armadas);
- População (distribuição e tendências);
- Índole Nacional;
- Moral Nacional;
- Qualidade da Diplomacia; e
- Qualidade do Governo.

Investigando outros pensadores, que não necessariamente comunguem exclusivamente do realismo político, julga-se pertinente explorar o trabalho do embaixador e chanceler João Augusto de Araújo Castro, que, conforme destaca CARMONA¹⁷, muito contribuiu para o debate sobre o Poder Nacional. VARGAS¹⁸, por sua vez, acresce que esse diplomata, embora compartilhasse do pensamento realista, ao “enxergar a política internacional em termos de poder”, defendia o fortalecimento do Poder Nacional através do desenvolvimento econômico e industrial.

Aprofundando o pensamento de Castro, verifica-se que o mesmo entende haver diferentes empregos para o conceito de Poder Nacional, dependendo do

¹⁶ Ibidem, p. 215-293.

¹⁷ CARMONA, Ronaldo Gomes. Poder Nacional e Grande Estratégia: uma análise geopolítica dos conceitos fundamentais do projeto brasileiro de potência. 2017. 227 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../tde.../2017_RonaldoGomesCarmona_VOrig.pdf>. Acesso em 11 mar 2019. p. 29.

¹⁸ VARGAS, João Augusto Costa. Um mundo que também é nosso: o pensamento e a trajetória diplomática de Araújo Castro. Brasília, FUNAG, 2013. 265 p. Disponível em <funag.gov.br/loja/download/1074-um-mundo-que-tambem-e-nosso.pdf>. Acesso em 11 mar. 2019., p 49 e 50.

enfoque dado à palavra poder – que esse estudioso afirmava possuir uma acepção subjetiva¹⁹.

Entretanto, de acordo com esse estudioso, quando a expressão Poder Nacional é empregada em determinados contextos - por exemplo limitações de Ordem Interna e Externa -, enquadrar-se-ia no pensamento sustentado pela Escola Superior de Guerra (ESG). Esse posicionamento pode ser constatado nos extratos a seguir:

[...] quando falamos das limitações de ordem interna estamos pensando em Poder Nacional como “a expressão integrada dos meios de toda ordem de que a Nação efetivamente dispõe no momento considerado para promover, no campo internacional e no âmbito interno, a consecução e a salvaguarda dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos existentes”. (CASTRO, 1999, p. 217).

[...] procuraremos amarrar-nos na primeira parte desta Conferência - Limitações de Ordem Interna - **aos termos da definição geralmente aceita na Escola Superior de Guerra e segundo a qual o Poder Nacional é a soma de todos os meios e recursos de que uma nacionalidade possa lançar mão para a consecução de seus objetivos de Estratégia Geral, de acordo com uma Política, bem definida e bem articulada, de Segurança Nacional.** (o destaque é nosso) (CASTRO, 1999, p. 218).

A posição acima defendida por Castro não se limitaria exclusivamente à definição de Poder Nacional, uma vez que, de acordo com esse diplomata, outros conceitos estabelecidos por Morgenthau, e correlatos ao tema, também são englobados pela doutrina da ESG. Dessa forma, os oito elementos constitutivos do Poder Nacional, conforme preconizado por Morgenthau “poderão entrosar-se ou encaixar-se perfeitamente dentro das quatro categorias - Terra, Recursos Naturais, Homem e Instituições”²⁰ sustentadas pela Doutrina Esguiana.

Finalizando a apreciação do pensamento de Castro, ainda cabe mencionar a importância que esse diplomata atribui à necessidade de avaliação do Poder Nacional, seja para fim de melhor se conhecer esse instrumento, ou ainda para permitir sua aplicação de forma mais adequada. Essa posição pode ser percebida nos textos a seguir:

É indispensável, portanto, **que procedamos a uma avaliação** tão exata, tão fria, tão desapaixonada e tão objetiva - e já vimos que isso

¹⁹ CASTRO, João Augusto de Araújo. O poder nacional - Limitações de ordem interna e externa. Parcerias Estratégicas, Brasília, n. 6, p. 216-240, mar 1999. Disponível em <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/65/57>. Acesso em: 06 mar. 2019. p. 217 e 218.

²⁰ Ibidem, p. 219.

não é fácil - quanto possível **desse Poder Nacional, para que** não transponhamos os limites úteis de nossa ação interna ou externa, mas também para que não fiquemos aquém desses limites, ou, em outras palavras, para que, por ignorância, por inércia, por comodismo, por falta de imaginação política, **não deixemos inativos ou estagnados meios e recursos que possam ser mobilizados no campo interno ou externo.**

Essa avaliação do Poder Nacional não poderá fazer-se de maneira teórica ou abstrata, sem atenção ao caráter de relatividade de todo e qualquer poder. (o destaque é nosso) (CASTRO, 1999, p. 238).

Outra importante personalidade que aportou significativas contribuições ao assunto foi o jurista, professor e chanceler Francisco Clementino de San Tiago Dantas. Conforme explica CARMONA (2017, p. 23 e 24), “San Tiago Dantas deu relevante contribuição à formulação, no âmbito da Escola Superior de Guerra, do conceito de Poder Nacional – **sendo a ESG o principal centro formulador deste conceito.**” (o destaque é nosso)

Embora, neste momento, se esteja analisando o trabalho de San Tiago Dantas, entende-se como oportuno abrir uma ressalva para destacar a ênfase dada por Carmona à influência da ESG em relação aos estudos sobre o Poder Nacional – tema esse que será aprofundado na próxima seção do presente capítulo.

Retornando ao pensamento defendido por San Tiago Dantas, verifica-se que esse intelectual apresenta a seguinte definição: “o Poder Nacional pode ser definido como sendo a soma dos meios de que dispõe o Estado Nacional com o fito de assegurar, na ordem internacional, o preenchimento de seus fins.”²¹ Essa conceituação, aproxima-se daquela defendida por Castro – que, por sua vez e como anteriormente apresentado, entende que tal conceito encaixa-se na doutrina aceita pela ESG. Destarte, não seria ilógico inferir que o pensamento de San Tiago Dantas se aproxima daquele sustentado pela ESG.

Prosseguindo com a análise dos estudos de San Tiago Dantas, constata-se que o mesmo apresenta a seguinte posição acerca dos meios constitutivos do Poder Nacional:

Desde logo, isso nos leva a um balanço dos meios que constituem o Poder Nacional. Sabemos que essa enumeração, já incorporada aos estudos realizados sobre o assunto, indica o **elemento militar, o**

²¹ SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino. Poder nacional, cultura política e paz mundial. Conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1962). Rio de Janeiro: ESG, 2014, 288p. Disponível em < https://www.santiagodantas.com.br/wp-content/uploads/poder_nacional_cultura_politica_e_paz_mundial-ocr-1.pdf>. Acesso em 12 mar.2019. p. 115.

elemento demográfico, o elemento geográfico, o elemento econômico, o cultural e o político como meios do Poder Nacional. (o destaque é nosso) (SAN TIAGO DANTAS, 2014, p. 131).

Da análise do texto supra, verifica-se que os meios constitutivos do Poder Nacional, na visão de San Tiago Dantas, são bastante similares àqueles defendidos por Morgenthau. Tal afirmação poder ser melhor observada a partir da tabela a seguir:

Pensamento	Morgenthau	San Tiago Dantas
Elementos Constitutivos do Poder Nacional	Geografia	Elemento Geográfico
	Recursos Naturais	Elemento Econômico
	População	Elemento Demográfico
	Índole Nacional	
	Moral Nacional	
	Grau de Preparação Militar	Elemento Militar
	Qualidade da Diplomacia	Elemento Cultural
	Qualidade do Governo	Elemento Político

Quadro 1 – Elementos constitutivos do Poder Nacional

Fonte: o autor.

Assim, considerando-se, por um lado, que os elementos do Poder Nacional sustentados por Morgenthau se encaixam perfeitamente na doutrina mantida pela ESG (conforme entendimento de Castro), e, por outro, que tais fatores na visão de Morgenthau e de San Tiago Dantas são bastante próximos, seria admissível concluir que, também em relação a esse ponto, o pensamento de San Tiago Dantas guarda similaridades com a posição sustentada pela ESG.

Em verdade, o exposto no parágrafo anterior, permite deduzir que, a despeito das diferentes denominações, os princípios conceituais dos elementos constitutivos do Poder Nacional nos diferentes pensamentos ora destacados (Morgenthau, San Tiago Dantas e ESG) são similares.

Voltando a abordar o Doutor e Mestre em Geografia Ronaldo Gomes Carmona, percebe-se que esse estudioso chama a atenção para os esforços conduzidos pela ESG sobre o assunto, conforme se verifica a seguir:

O conceito de Poder Nacional, como veremos, é longamente desenvolvido na literatura. Especialmente, consideramos bastante completa a decomposição de seus elementos em Morgenthau. **No caso brasileiro, o esforço para a definição e desenvolvimento do conceito ocorre principalmente no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG)**, instituição fundada em 1949, como espaço acadêmico, que desde então, em maior ou menor grau, **sempre exerceu função chave no pensamento estratégico nacional** (CARMONA, 2017, p. 12).

Ou seja, uma vez mais, se remete à pertinência do pensamento conduzido pela ESG, no que se refere ao conceito de Poder Nacional e seus desdobramentos. Em verdade, essa tendência ocorre (embora às vezes de forma tácita) até mesmo quando se analisam trabalhos alusivos ao tema, ainda que conduzidos por teóricos de áreas acadêmicas diversas daquelas que normalmente lidam com o assunto.

Nesse escopo, cita-se o artigo “Poder Nacional: alguns de seus componentes”²², publicado na Revista Síntese de Filosofia, da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Apesar do viés filosófico/teológico do trabalho, uma vez que a finalidade é defender a primazia dos fatores de ordem moral, dentre os componentes do Poder Nacional, o autor apresenta uma definição desse poder bastante similar àquelas expostas anteriormente, e, por consequência, próximas ao pensamento da ESG, como se constata no texto a seguir:

[...] poder nacional é a expressão integrada dos meios de toda ordem de que a Nação efetivamente dispõe, no momento considerado, para promover, no campo internacional e no âmbito interno, a consecução dos objetivos nacionais, apesar dos antagonismos existentes”. (MORAES, 1960, p. 36).

Assim, embora seja possível prosseguir na análise de outros autores acerca do assunto, julga-se que a relevância dos estudos verificados seja suficiente para permitir algumas considerações de importância para a presente pesquisa. Preliminarmente, constata-se a validade da expressão Poder Nacional como sinônimo da capacidade de um determinado país (entenda-se Ente/Unidade Político) em alcançar seus objetivos/aspirações. Também se verificou que esse poder pode ser fracionado em determinados fatores, com a finalidade de melhor compreendê-lo. Outro ponto fundamental consiste na necessidade de se avaliar/mensurar esse poder, para que se tenha noção de como empregá-lo adequadamente. Por fim, reitera-se a ideia de que os posicionamentos estudados sobre o Poder Nacional indelevelmente se aproximam do pensamento defendido pela ESG – permitindo inferir a relevância e pertinência da doutrina defendida por esse Estabelecimento de Ensino (que será estudada na próxima seção).

²² MORAES, Manuel H. A. de. Poder nacional: alguns de seus componentes. Síntese Revista de Filosofia. v. 2, n. 6, p. 36 – 47, jan./abr. 1960. Disponível em <<http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/3124/3205>>. Acesso em 06 mar. 2019.

2.2 O PODER NACIONAL DE ACORDO COM A DOCTRINA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG)

Conforme estabelecido no Manual Básico da ESG – Volume I²³:

Poder Nacional é a capacidade que tem o conjunto de Homens e Meios que constituem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional. (o destaque é nosso) (BRASIL, 2014, p. 34).

Para melhor entendimento dessa assertiva, seguem-se definições dispostas no Manual Básico da ESG – Volume I (2014) acerca de conceitos acima mencionados:

[...] **Nação** é entendida como: Grupo complexo, constituído por grupos sociais distintos que, em princípio, ocupando, um mesmo Espaço Territorial, compartilham da mesma evolução histórico-cultural e dos mesmos valores, movidos pela vontade de comungar um mesmo destino. (o destaque é nosso) (BRASIL, 2014, p. 17).

Objetivos Nacionais (ON) – são aqueles que a Nação busca satisfazer, em decorrência da identificação de necessidades, interesses e aspirações, em determinada fase de sua evolução histórico-cultural. (o destaque nosso) (BRASIL, 2014, p. 21).

Os conceitos anteriores permitirão melhor compreensão da seguinte abordagem em relação à conceituação de política:

[...] **Política** é entendida como a arte de fixar objetivos e orientar o emprego dos meios necessários à sua conquista. (BRASIL, 2014, p. 50)

A **ação política** pressupõe: definir objetivos e conhecer os meios a empregar para atingi-los. Quando o referencial é a Nação, trata-se, no primeiro caso, de identificar e estabelecer os Objetivos Nacionais e, no segundo, de analisar, orientar e aplicar o Poder Nacional. (o destaque nosso) (BRASIL, 2014, p. 17).

Impende ainda destacar a ampliação do conceito de nação, bem como a introdução do conceito de Estado, conforme exposto a seguir:

A Nação, ao organizar-se politicamente, escolhe um modo de aglutinar, expressar e aplicar o seu Poder de maneira mais eficaz, mediante a criação de uma macroinstituição especial - o Estado - a quem delega a faculdade de instituir e pôr em execução o processo político-jurídico, a coordenação da vontade coletiva e a aplicação judiciosa de parte substancial de seu Poder.

Assim: **Estado é a Nação politicamente organizada.** (BRASIL, 2014, p. 33 e 34).

²³ BRASIL. Manual Básico ESG – Volume I – Elementos Fundamentais. Rev., atual. - Rio de Janeiro, 2014. 4v. Disponível em <<http://docplayer.com.br/98625345-Escola-superior-de-guerra-manual-basico-volume-i-elementos-fundamentais.html>> Acesso em 08 mar. 2019.

Regressando ao conceito de Poder Nacional, a doutrina ora em estudo explica que essa capacidade não é absoluta, estando sujeita a limitações e possibilidades, como a seguir explicado:

A vontade de ter satisfeita uma necessidade, interesse ou aspiração não basta. É preciso que à vontade se some a **capacidade** de alcançar tal satisfação, ou seja, é preciso que **existam os meios necessários e suficientes** que integralizam o Poder Nacional.

O Poder Nacional reflete sempre as possibilidades e limitações dos Homens que o constituem e dos meios de que dispõe, nas suas características globais e nos efeitos de seu emprego (o destaque é nosso) (BRASIL, 2014, p. 33).

Constatado que possibilidade e limitações são inerentes ao Poder Nacional, surge a necessidade de se avaliar esse instrumento, a fim de que se disponha de um juízo de valor acerca de sua capacidade, conforme a seguir exposto:

A impossibilidade de uma nação dispor de poder suficiente para alcançar todos os seus objetivos, defrontando-se com eventuais óbices de qualquer tipo, explica a **necessidade da avaliação do Poder Nacional**. Tal avaliação inclui o exame de suas possibilidades, de suas vulnerabilidades em relação aos óbices e da formulação de juízo de valor sobre sua capacidade.

A Avaliação do Poder Nacional propicia o conhecimento dos recursos de que dispõe a Nação e da viabilidade de sua aplicação. (o destaque é nosso) (BRASIL, 2014, p. 43).

O fato de determinada possibilidade não estar disponível no futuro (podendo até mesmo converter-se em limitação) e vice-versa também corrobora a necessidade de melhor conhecer o Poder Nacional, por intermédio de sua avaliação. Esse ponto e outros correlatos encontram-se abaixo explicados:

Em face da característica dinâmica do Poder Nacional, meios que estão disponíveis para serem empregados em dado momento poderão perder essa condição. Por outro lado, meios não disponíveis poderão, mediante adequado preparo, tornar-se suscetíveis de emprego futuro.

Assim, **é fundamental conhecer o estado em que se encontra o Poder Nacional no momento de sua avaliação e prever aquele em que se encontrará, quando de sua aplicação**. (o destaque é nosso) (BRASIL, 2014, p. 45).

A doutrina em comento ainda relaciona a avaliação do Poder Nacional ao processo decisório (este, efetivado pela Política), conforme se segue:

Identificados, definidos e caracterizados os Objetivos Nacionais e conhecido e avaliado o Poder Nacional, o processo da ação política visa a maximizar a compatibilização entre meios e fins, e evitar as improvisações e o empirismo. O que se deseja é racionalizar a destinação e a aplicação do Poder [...] (BRASIL, 2014, p. 50).

Aprofundando o conceito de avaliação de Poder Nacional, faz-se necessário agregar outros conhecimentos correlatos. Nesse escopo, encontram-se os fundamentos do Poder Nacional, que, de acordo com a ESG, seriam os próprios elementos básicos da nacionalidade, a saber: Homem, Terra e Instituições (BRASIL, 2014, p. 37).

Passando a abordar cada um desses fundamentos, verifica-se que o Homem constitui o mais importante, uma vez que seria essência, agente e beneficiário do Poder Nacional (BRASIL, 2014, p. 38).

Por sua vez, a Terra é a:

[...] base física para ser habitada em caráter permanente e ser conservada íntegra sob seu domínio (do Homem) [...], compreendendo o espaço territorial, limitado pelas fronteiras (terrestres, marítimas e aeroespaciais), a comunidade estabiliza-se e as forças que a integram se tornam mais sólidas, pelo interesse comum em mantê-la. Em suma, a existência de um certo espaço territorial é requisito normal para a constituição de uma nação (BRASIL, 2014, p. 38).

Por fim, as Instituições são assim definidas:

[...] complexo integrado por ideias, normas, padrões de comportamento e relações inter-humanas, organizado em torno de um interesse socialmente reconhecido (BRASIL, 2014, p. 39).

É pertinente salientar que embora deva ser sempre considerado como um todo, haja vista ser uno e indivisível, o Poder Nacional se manifesta por intermédio de cinco expressões: Política, Econômica, Psicossocial, Militar e Científica e Tecnológica (BRASIL, 2014, p. 40).

O estudo, com base nessas divisões, permite melhor compreender, avaliar e aplicar o Poder Nacional, no contexto de um planejamento, particularmente se consideradas as manifestações dos fundamentos do Poder Nacional em cada uma dessas expressões, conforme dispõe o quadro a seguir:

Poder Nacional					
Fundamentos	Expressões				
	Política	Econômica	Psicossocial	Militar	C&T
Homem	Povo	Recursos	Pessoa	Recursos	Recursos Humanos
Terra	Território	Recursos Naturais	Ambiente	Território	Recursos Naturais e Materiais
Instituições	Instituições Políticas	Instituições Econômicas	Instituições Sociais	Instituições Militares	Instituições C&T

Quadro 2 – Expressões do Poder Nacional

Fonte: BRASIL (2014, p. 40 e 41).

É interessante verificar que essa doutrina preconiza que as expressões não devem ser consideradas de forma isolada, uma vez que o Poder Nacional é único. Por outro lado, há uma tendência que a Expressão Política prevaleça, haja vista que a finalidade do Poder Nacional é justamente alcançar objetivos (os quais, como visto, são estabelecidos pela política). A despeito dessa constatação, dependendo de determinada conjuntura, outra expressão pode se destacar circunstancialmente. (BRASIL, 2014, p. 42).

Embora sujeita a equívocos (haja vista sua condição de ciência não exata), o processo de avaliação ora explorado constitui um parâmetro que busca a objetividade e, portanto, torna-se adequado ao tipo de pesquisa como a que se encontra em curso. Tal assertiva encontra esteio na explicação abaixo:

Ainda que sujeita a erros, a avaliação é um processo indispensável para o conhecimento da capacidade do Poder Nacional, permitindo detectar vulnerabilidades e óbices. Embora possua caráter subjetivo, a predominância é de dados objetivos, passíveis de quantificação; são utilizados, fundamentalmente, levantamentos de dados e indicadores, atinentes a todas as áreas de interesse. (BRASIL, 2014, p. 44).

Ainda abordando a pertinência do emprego da Doutrina da ESG, constata-se que as seguintes vantagens desse pensamento na presente pesquisa:

[...] analisando-se o Poder Nacional sob enfoque de suas manifestações (política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica), **constata-se a vantagem didática e, sobretudo, prática** de admitir-se como categorias analíticas, diferentes Expressões do Poder Nacional, caracterizando-se cada qual pela prevalência dos efeitos a serem obtidos, em função dos elementos correspondentes à natureza de cada uma delas (o destaque é nosso) (BRASIL, 2014, p. 42 e 43).

Prosseguindo na análise, verifica-se que foram estabelecidas categorias úteis à compreensão de cada expressão do Poder Nacional. Nessa senda, existem os **fundamentos**, os quais são influenciados (valorizados ou depreciados) por determinados elementos dinâmicos: os **fatores**. Além dessas, tem-se as **organizações**, compreendidas como entidades (individuais ou coletivas) componentes de determinado sistema (político, econômico, psicossocial, militar e científico-tecnológico), que exercem **funções** inerentes a esse sistema,

caracterizando o emprego do Poder Nacional em determinada expressão. (BRASIL, 2007, p. 14)²⁴.

No seguimento, quando da abordagem específica de cada expressão, serão listadas e, quando for o caso, explicadas as categorias atinentes; ressaltando-se que, no caso dos fatores, não se tratam de listas exaustivas, dado o dinamismo inerente a esse conceito.

Passando a especificar cada uma das expressões do Poder Nacional, inicialmente será abordada a Expressão Política do Poder Nacional, que **“é a manifestação de natureza preponderantemente política do Poder Nacional, que contribui para alcançar e manter os Objetivos Nacionais”**; sendo seus fundamentos subdivididos em Povo (Fundamento Humano), Território e Instituições Políticas. (BRASIL, 2014, p. 13).

Por sua vez, os fatores dessa expressão são abaixo listados:

- Situação Geopolítica;
- Condicionamentos Históricos;
- Cultura Política;
- Doutrinas e Ideologias Políticas;
- Ordenamento Jurídico;
- Qualidade e Atitude do Eleitorado;
- Elites e Lideranças Políticas; e
- Interação dos Poderes do Estado.

Por fim, teríamos as organizações as quais “podem ser, também, identificadas como atores políticos que interagem na arena política” (BRASIL, 2014, p. 18), bem como o Sistema Político, que por sua vez “consiste numa totalidade dada pelo conjunto dos atores e das interações com as quais e pelas quais se tomam e se impõem as macrodecisões de uma sociedade. (BRASIL, 2014, p. 34).

Explorando a Expressão Econômica do Poder Nacional, verifica-se a seguinte conceituação: **“é a manifestação de natureza preponderantemente econômica do Poder Nacional, que contribui para alcançar e manter os Objetivos Nacionais”**. (BRASIL, 2014, p. 38).

²⁴ BRASIL. Manual Básico ESG – Volume II – Assuntos Específicos. Rev., atual. - Rio de Janeiro, 2014. 4v. Disponível em <<http://www.adegsp.org.br/download/ManualBasico2014Vol2.pdf>> Acesso em 1º abr. 2019.

De acordo com a Doutrina da ESG, “a manifestação dos fundamentos do Poder Nacional na Expressão Econômica ocorre por intermédio dos **Recursos Humanos**, dos **Recursos Naturais** e das **Instituições Econômicas**” (BRASIL, 2014, p. 39), os quais, por sua vez, se subdividem conforme abaixo:

- Recursos Humanos: aspectos quantitativos e aspectos qualitativos;
- Recursos Naturais;
- Instituições Econômicas: sistema econômico, mercado, empresa, consumo e moeda.

Destarte, são destacados os seguintes **fatores econômicos**, em um processo de avaliação:

- Modernização e Adaptação às Mudanças;
- Capacidade do Conhecimento Científico e Tecnológico;
- Capacidade da Acumulação e Absorção do Capital Fixo;
- Capacidade Empresarial;
- Capacidade de Financiamento;
- Capacidade de Consumo; e
- Capacidade de Participação.

Em relação às Organizações e Funções em um Sistema Econômico, constata-se que “é por intermédio delas que se realiza o emprego do Poder Nacional”, sendo que “sua natureza varia conforme o Sistema Econômico vigente em cada país”. (BRASIL, 2014, p. 50).

Já a Expressão Psicossocial do Poder Nacional é definida como **“manifestação de natureza predominantemente psicológica e social do Poder Nacional, que contribui para alcançar e manter os Objetivos Nacionais.”** Seus fundamentos são: Pessoa Humana, Ambiente e Instituições Sociais. (BRASIL, 2014, p. 52).

Por sua vez, os **fatores** dessa expressão são:

- Cultura e Padrões de Comportamento;
- Níveis de Bem-Estar;
- Dinâmica Ambiental; e
- Dinâmica Estrutural.

Sob a ótica dessa expressão, as **organizações** “podem ser compreendidas como entidades que desempenham funções de emprego do Poder Nacional”

(BRASIL, 2014, p 67); cujas **funções** são “deste modo e essencialmente, de socialização e de controle”. (BRASIL, 2014, p. 69).

Avançando na análise das expressões, constata-se que **Expressão Militar do Poder Nacional é a manifestação de natureza preponderantemente militar do Poder Nacional, que contribui para alcançar e manter os Objetivos Nacionais**; sendo seus fundamentos: Recursos Humanos, Território e Instituições Militares. (BRASIL, 2014, p. 71).

Tal expressão engloba os seguintes fatores:

- Doutrina Militar;
- Estrutura Militar;
- Capacidade de Comando e Controle;
- Interação das Forças Armadas;
- Instrução, Adestramento e Aprestamento;
- Moral Militar;
- Capacidade Logística;
- Capacidade de Mobilização Militar;
- Serviço Militar; e
- Capacidade Científica e Tecnológica.

No contexto em tela, as **organizações** desempenham as funções de preparo e emprego da Expressão Militar do Poder Nacional; sendo a principal **função** “relacionada com a Defesa Nacional, sempre e quando for necessário o emprego violento do Poder Nacional, que deverá ser exercido em defesa da Nação”. (BRASIL, 2014, p. 84).

Investigando a Expressão Científica e Tecnológica do Poder Nacional, encontra-se a seguinte conceituação: “**é a manifestação preponderantemente científica e tecnológica do Poder Nacional, que contribui para alcançar e manter os Objetivos Nacionais**”; tendo como **fundamentos** Recursos Humanos, Recursos Naturais e Materiais e Instituições Científicas e Tecnológicas (BRASIL, 2014, p. 85).

Os fatores dessa expressão são os seguintes:

- Educação;
- Comunicação;
- Nível de Pesquisa e Desenvolvimento Experimental;
- Dinâmica Produtiva;

- Infraestrutura Científica e Tecnológica;
- Biodiversidade;
- Diversidade Mineral;
- Proteção Ambiental; e
- Inovação Tecnológica.

Por fim, vale explicar que a Doutrina da ESG é bastante ampla e abrangente, sendo o Poder Nacional e suas expressões, um dos diversos temas abordados. Entretanto, considera-se que os conceitos explorados na presente seção sejam suficientes, seja para embasar e justificar o emprego do Poder Nacional à luz do pensamento da ESG, seja como instrumento para o prosseguimento da pesquisa ora em curso.

2.3 CONCLUSÃO PARCIAL

O presente capítulo teve por finalidade inicial apresentar argumentos, que permitam validar a escolha do Poder Nacional como parâmetro viável e científico, no processo de avaliação da capacidade/potencialidade do Paraguai por ocasião do início da Guerra do Paraguai. Em um segundo momento, após julgado atingido o objetivo inicial, o capítulo buscou embasar o emprego do conceito de Poder Nacional, a partir do pensamento defendido pela ESG.

Assim sendo, preliminarmente, buscou-se estudar teorias e doutrinas que remetessem ao conceito de mensuração/avaliação do poder de grupos politicamente organizados. Nesse sentido, o estudo foi direcionado para o realismo político, pensamento que dominou o campo das Relações Internacionais no Século XX; sendo Hans Joachim Morgenthau seu principal expoente.

Buscando abrangência, passou-se a estudar outros autores, considerados como referência no campo das relações internacionais. Nesse contexto, foram abordados os estudos do embaixador e chanceler João Augusto de Araújo Castro, bem como o pensamento do jurista, professor e chanceler Francisco Clementino de San Tiago Dantas.

O estudo acima encontrou pontos em comuns, sendo o primeiro deles o entendimento da existência de um conceito de poder, que englobaria a capacidade de uma determinada unidade política em alcançar seus objetivos. Outra convergência encontrada foi a necessidade de se avaliar esse poder, com a

finalidade de empregá-lo adequadamente na consecução dos objetivos estabelecidos. Nesse processo, impende mencionar que os autores também concordam que esse poder pode e deve ser fracionado, para que possa ser melhor estudado.

Ao longo da análise acima, também se chegou à conclusão que o posicionamento dos autores em tela se aproxima muito do pensamento estabelecido pela ESG em relação ao conceito dessa forma de poder – doravante denominado de Poder Nacional. Inclusive, alguns desses teóricos, como Araújo e San Tiago Dantas, bem como outros estudiosos (como Carmona), defendem a importância da ESG na formação de uma doutrina que englobe o conceito de Poder Nacional.

Destarte, passou-se a explorar a Doutrina da ESG, oportunidade na qual foram apresentados os principais conceitos atinentes. Vale destacar, que ademais de defender a necessidade e pertinência do fracionamento do Poder Nacional (assim como entendem os autores estudados), constatou-se que esse pensamento estabeleceu que cada uma das expressões constituintes desse Poder são subdivididas em categorias (fundamentos, fatores, organizações e funções), que, sob o ponto de vista didático, julga-se extremamente conveniente para a presente pesquisa.

Por fim, cabe mencionar que, no prosseguimento, quando da análise de cada expressão do Poder Nacional, buscar-se-á observar as categorias supra, sempre observando a pertinência ao escopo do trabalho.

3. ANÁLISE DO PODER NACIONAL DO PARAGUAI

3.1 EXPRESSÃO POLÍTICA

3.1.1 Análise da Expressão Política

Dando início à análise, neste momento, buscar-se-á verificar a influência da **geopolítica** na expressão política do Paraguai. Nesse sentido, ressalte-se que uma das características marcantes do processo político-histórico paraguaio foi o isolamento, decorrente em boa parte do posicionamento geográfico desse país.²⁵ Vale explicar: o Paraguai encontra-se localizado no centro da América do Sul e não é banhado pelo mar. O acesso a esse país, até fins do século XIX, era bastante dificultoso e ocorria quase que exclusivamente pela hidrovia Paraná-Paraguai. Assim, **o livre acesso ao mar sempre foi um anseio da política paraguaia.**

Historicamente, o país integrava o Vice-Reinado do Rio da Prata, cuja capital era Buenos Aires.²⁶ Como consequência dessa condição, mesmo após o processo de independência política dos países da região, **a Argentina considerava o território paraguaio como uma província**, no mesmo nível que, por exemplo, Entre Rios e Corrientes.

A região não produzia nenhuma das riquezas minerais de interesse da coroa espanhola, como a prata das minas de Potosí, no atual território boliviano. Tampouco haviam produtos nativos comercializáveis que pudessem ser aproveitados pelo extrativismo, como o pau-brasil existente na América Portuguesa. Ademais, ao longo de sua colonização, não houve condições favoráveis ao estabelecimento de culturas agrícolas exportáveis para a Europa, como a cana de açúcar produzida no Brasil.

As condicionantes expostas colocaram o Paraguai, ao longo de sua colonização, na periferia política e econômica da região, cuja primazia coube a Buenos Aires, seja pela sua condição de capital do Vice-Reinado do Rio da Prata, ou ainda pelo seu posicionamento geográfico favorável na foz do Rio da Prata - que permitia o amplo controle da navegação daquela bacia.

²⁵ QUEIRÓZ, Silvânia de. Revisando a revisão: Genocídio americano – a Guerra do Paraguai. Porto Alegre: FCM Editora, 2014. p. 86.

²⁶ LIMA, op. cit., p. 26.

Impende destacar que, além de encontrar-se à margem da política e economia, havia uma enorme dependência econômica do Paraguai, em relação a Buenos Aires, no concernente aos poucos produtos intercambiados por Assunção com o exterior.

Esse panorama corroborava o fato da **Argentina considerar o Paraguai como extensão de seu território,**²⁷ **mesmo após a independência desses países.** Por outro lado, fez crescer a **necessidade paraguaia de ter acesso ao mar, sem a ingerência externa, em especial de Buenos Aires.**

Após seu processo de independência, o Paraguai enfrentou **diversas questões com seus vizinhos**, em especial motivadas por questões lindeiras. Contudo, verifica-se que, **até o início do governo de Solano López, esses problemas eram tratados por intermédio da diplomacia.**

Em relação ao Brasil, havia divergências em relação à fronteira na região do atual Mato Grosso do Sul, à época ocupada por brasileiros. O Império desejava a manutenção do Rio Apa como limite, com base do Princípio do *uti possidetis*. O Paraguai, por sua vez, defendia o Rio Branco como fronteira, embasando-se no Tratado de Santo Ildefonso, firmado em 1777 - que a diplomacia imperial não aceitava, argumentando que esse acordo havia sido anulado pelo Tratado de Badajós, em 1801.²⁸ Além disso, havia dissenso em relação à questão da livre navegação do Rio Paraguai por parte de embarcações brasileiras – principalmente com o intuito de forçar o Império a aceitar a fronteira conforme as pretensões guaranis.

As tentativas de negociação mostravam-se infrutíferas. Em 1829, durante o Governo de José Gaspar Rodríguez de Francia, o cônsul brasileiro em Assunção, Manuel Correa de Arruda, chegou a ser expulso do país em decorrência da falta de consenso.²⁹ Em 1844, houve nova tentativa de negociação dessas questões, que resultou inconclusa.³⁰ Finalmente, em abril de 1856, após o Império ameaçar recorrer à guerra, foi firmado um tratado que garantia a livre navegação no Rio

²⁷ QUEIRÓZ, op. cit., p. 49.

²⁸ DORATIOTO, op. cit., p. 32; LIMA (op. cit., p. 33) ratifica a intenção paraguaia de pautar os limites com o Brasil embasado no Tratado de Santo Ildefonso.

²⁹ DORATIOTO, op. cit., p. 24

³⁰ Ibidem, p. 27.

Paraguai, sendo a questão de discussão de fronteiras postergada por seis anos. Enquanto isso, mantinha-se o *status quo*.³¹

Já o governo argentino argumentava que teria direito sobre toda a região do Chaco Paraguai. Na verdade, a intenção argentina era anexar todo o território guarani. Saliente-se que, à época do processo de independência da América Espanhola, a fronteira entre esses países estava caracterizada pelo Rio Bermejo.

Em 1841, o Paraguai assinou com a Província de Corrientes, então sublevada do Governo Central de Buenos Aires, um tratado estabelecendo livre comércio entre as partes. Na ocasião também foi firmado um acordo versando sobre limites, que evitou conflitos na região até uma decisão final sobre as fronteiras.³² Posteriormente, em 29 de julho de 1856, realizou-se novo acordo, desta feita com a Confederação Argentina (vale dizer, à revelia de Buenos Aires), estabelecendo a livre navegação e comércio na região, bem como suspendendo a discussão sobre limites por seis anos.³³

Além do interesse de Buenos Aires em relação ao território paraguaio, a Bolívia também reivindicava o território do Chaco Paraguai até o Rio Bermejo.³⁴ Inclusive, tal pretensão levou à Guerra do Chaco, entre Paraguai e Bolívia, no século XX.

Também é importante entender os **condicionantes históricos paraguaios**, dada a sua influência em relação à dinâmica da política desse país. Com objetivo de atender ao escopo do trabalho, será considerado o período que antecede o Governo de Francisco Solano López, iniciando-se a partir do desencadear da independência política da região até o final da gestão de Carlos López.

O Vice-Reinado do Rio da Prata foi criado em 1776, para conter a expansão portuguesa na região, e abrangia os atuais territórios da Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia, se estendendo até o Oceano Pacífico. Coube a Buenos Aires liderar o processo de independência em relação à Espanha. Nesse contexto, era intenção dos portenhos criar um estado sob sua hegemonia e que englobasse todo a área do antigo vice-reinado. Contudo, as demais províncias, aí inclusas as do interior da Argentina, não aceitavam esse protagonismo³⁵.

³¹ DORATIOTO, op. cit., p. 32-33

³² Ibidem, p. 26

³³ Ibidem, p. 32.

³⁴ Ibidem, p. 457.

³⁵ Ibidem, p. 24.

Dessa forma, uma expedição militar portenha, comandada pelo General Manuel Belgrano, tentou submeter o Paraguai; sendo, entretanto, derrotada em 1811.³⁶ Após isso, uma junta provisória assumiu o governo paraguaio, caracterizando a independência política desse país.³⁷

Entretanto, **a Argentina, em particular Buenos Aires, nunca aceitou a independência do Paraguai.**³⁸ Nos anos de 1864, por exemplo, durante a época do Governo Mitre, **o governo paraguaio era tido como um intruso, cuja presença no Prata poderia constituir uma ameaça ao Estado Argentino.**³⁹

Essa postura por parte do governo argentino, influenciou sobremaneira a política externa guarani, que, até a década de 1840, optou pelo isolacionismo como forma de garantir a independência em relação a Buenos Aires, e, conseqüentemente, a consolidação da República Paraguaia.⁴⁰

A Argentina, além de competir pelo protagonismo no território do antigo vice-reinado, também disputava com o Brasil o controle da Região do Prata. Tal situação originou um conflito entre esses países, que teve como consequência a criação do Uruguai, em 1828, com a finalidade de constituir-se um estado-tampão entre os contendores.⁴¹ Contudo, **tal medida desagradava a Argentina, que considerava o território uruguaio, antigo integrante do antigo vice reinado, como extensão natural e histórica da República Argentina.**

Tendo em vista toda essa conjuntura, **os portenhos atuavam no sentido de reverter, seja a independência do Paraguai, quanto a do Uruguai.** Assim, no Governo de Juan Manuel Rosas, a Argentina, tanto dificultava o comércio paraguaio com o exterior, por intermédio do controle da navegação do Rio Paraná, quanto interveio na Guerra Civil Uruguaia (1838-1851), apoiando os blancos.⁴²

A partir de 1840, durante o Governo de Carlos Antonio López, o Paraguai rompeu o isolacionismo político⁴³ e passou a participar dos acontecimentos platinos.⁴⁴ Essa mudança decorreu de uma percepção interna de que o país já

³⁶ Ibidem, p. 24; sobre a expedição de Belgrano para submeter o Paraguai, ver QUEIRÓZ (op. cit., p. 49).

³⁷ CARDOZO, Efraím. Breve historia del Paraguay. Assunção: Servilibro, 2011. p. 54.

³⁸ DORATIOTO (op. cit., p. 26-27); QUEIRÓZ (op. cit., p. 50 e 51) aborda as medidas implementadas por Buenos Aires em desfavor da independência paraguaia.

³⁹ DORATIOTO, op. cit., p. 50.

⁴⁰ Ibidem, p. 24.

⁴¹ Ibidem, p. 45.

⁴² Ibidem, p. 26.

⁴³ LIMA, op. cit., p. 32.

⁴⁴ DORATIOTO, op. cit., p. 25.

estaria suficientemente estruturado para “se articular externamente em defesa de sua independência”.⁴⁵

As relações entre Brasil e Paraguai até então não haviam sido boas, tendo em vista, principalmente, a falta de consenso quanto à demarcação de limites entre esses países, na região da Província de Mato Grosso. Contudo, **a postura hegemônica argentina na área, em particular, quanto à questão da independência paraguaia**, terminou por aproximar, de certa forma, esses países, a partir de 1842.⁴⁶ Essa oportunidade foi potencializada pela política de aproximação com o Paraguai, encabeçada pelo então Ministro da Fazenda brasileiro, Manuel Alves Branco.⁴⁷

Destarte, em 1842, o Presidente Carlos López, após duas décadas sem que houvesse troca de correspondência oficial, solicitou que o Império reconhecesse a independência de seu país – o que ocorreu em 14 de setembro de 1844, sendo o Brasil o primeiro país a fazê-lo.⁴⁸ Ademais, o Império comprometeu-se a realizar gerências, por intermédio de suas representações diplomáticas, para que outras nações também fizessem o mesmo.⁴⁹ Ainda nesse panorama de aproximação, em 1850, foi assinado um tratado de aliança entre Brasil e Paraguai, estabelecendo a livre navegação na Bacia do Prata, bem como apoio mútuo em caso de agressão externa.⁵⁰

Essa postura por parte do Brasil reflete uma política diplomática iniciada a partir da independência do Uruguai, que **colocava o Império na condição de garantidor das autonomias paraguaias e uruguaias** - constantemente ameaçadas pelas ambições de Buenos Aires, que buscava reconstruir o Vice Reinado do Prata. Dessa forma, o Brasil atuava **para evitar a hegemonia argentina no Prata**.⁵¹

A convergência de interesses nas relações entre Brasil e Paraguai prosseguiu até 1852.⁵² Para o Paraguai, significava apoio político em relação a sua independência. Já para o Brasil, implicava em favorecimento de sua política externa

⁴⁵ Ibidem, p. 26.

⁴⁶ Ibidem, p. 26; LIMA (op. cit., p. 32) explica que a Argentina, sob a gestão Rosas, considerava o Paraguai como uma província rebelde, que deveria ser incorporada.

⁴⁷ LIMA, op. cit., p. 32

⁴⁸ DELGADO, Ramón Teodoro. La conducción del ejército paraguayo en la guerra contra la triple alianza 1864-1870. Assunção: Marben Editora e Gráfica, 2012. p. 21.

⁴⁹ DORATIOTO, op. cit., p. 24; LIMA (op. cit., p. 33) também confirma o reconhecimento da independência do Paraguai pelo Brasil, em um contexto de aproximação política entre esses países.

⁵⁰ LIMA, op. cit., p. 34.

⁵¹ DELGADO, op. cit., p. 24.

⁵² DORATIOTO, op. cit., p. 472.

na região. **O Império entendia que a expansão argentina (seja incorporando o Paraguai ou o Uruguai), ademais de alterar o equilíbrio em favor dos portenhos, implicaria em aumento da fronteira entre Brasil e Argentina, bem como tornava a Bacia do Prata quase que exclusivamente argentina – o que poderia afetar a livre navegação.**⁵³

Nessa época, além de se aproximar do Paraguai, o Brasil também se aliou à facção liberal da Argentina e do Uruguai, tendo em vista a **postura favorável aos interesses brasileiros desse segmento político - que defendia a livre navegação na Bacia Platina.** Tal situação contribuiu para a derrubada do governo intervencionista do argentino Juan Manuel Rosas, em 1852.

Após a queda de Rosas e como não houve entendimento interno em relação ao projeto político a ser implementado no atual território argentino, passaram a coexistir duas unidades políticas independentes e em constante atrito: a Confederação Argentina, com capital em Paraná, e o Estado de Buenos Aires. A despeito dessa situação, ambas reconheceram a independência do Paraguai e facultaram a esse país a livre navegação no Prata.⁵⁴

A partir de então, o Paraguai passou a criar entraves à livre navegação do Rio Paraguai por barcos brasileiros, condicionando tal concessão à delimitação da fronteira, na Região de Mato Grosso, com base no Rio Branco, e não no Rio Apa - como defendia o Império.⁵⁵ O império buscou empregar a diplomacia; contudo as conversações mostraram-se infrutíferas, e, para agravar a situação, o embaixador brasileiro Felipe José Pereira Leal foi expulso do Paraguai.⁵⁶

Tendo em vista essa conjuntura, **o Brasil enviou ao Paraguai uma esquadra composta por vinte barcos** e chefiada pelo Almirante Pedro Ferreira de Oliveira, **como forma de pressionar o governo paraguaio** na busca de uma solução às divergências entre os países. Assim, em 27 de abril de 1855, foram assinadas duas convenções, que, a despeito de haverem arrefecido os ânimos, não chegaram a solucionar os problemas, pois não abordavam a questão dos limites, além de adiar por seis anos a entrada em vigor de uma possível livre navegação.⁵⁷

⁵³ Ibidem, p. 28.

⁵⁴ Ibidem, p. 29.

⁵⁵ Ibidem, p. 472; LIMA, op. cit., p. 54.

⁵⁶ LIMA, op. cit., p. 54.

⁵⁷ Ibidem, p. 66 e 67; sobre o envio da esquadra brasileira, ver também DELGADO (op. cit., p. 26).

Contudo, Carlos López percebendo a necessidade de se chegar a um acordo, enviou Jose Berges, na qualidade de plenipotenciário, ao Brasil, para negociar as pendências. As tratativas ocorreram com José Maria da Silva Paranhos, responsável pela Pasta dos Negócios Estrangeiros.⁵⁸ Destarte, foi assinado, em 6 de abril de 1856, um tratado que garantia a livre navegação, sendo a questão de discussão de fronteiras entre esses países postergada por seis anos.⁵⁹

Nessa época, o Brasil também assinou um tratado, que permaneceu secreto, com a Confederação Argentina. Nesse acordo, o Governo Imperial se comprometia a auxiliar seu aliado a reincorporar Buenos Aires, enquanto que a Confederação apoiaria o Brasil em seus dois problemas com o Paraguai: limites e livre navegação. Vale destacar que os ingleses, à época, sinalizavam que apoiariam os portenhos, caso o Brasil intercedesse junto à Confederação, uma vez que para a Inglaterra interessava uma Argentina unida e pacífica.⁶⁰

Apesar do acordo assinado em 1856, Carlos López prosseguiu a criar obstáculos à passagem de navios brasileiros pelo Rio Paraguai, desta feita alegando embarços administrativos⁶¹ – como necessidade de controle de febre amarela e cólera, dentre outros.⁶² Alguns barcos brasileiros, como o vapor Paraguaçu, chegaram a ser apresados, sob o pretexto de contrabando de armas. Por fim, o acordo de 1856 foi anulado pelo governo paraguaio, após troca de notas diplomáticas desafortunadas entre os interessados.⁶³ **O Paraguai acreditava que, com a livre navegação, a Província de Mato Grosso seria fortalecida militarmente, ameaçando esse país.**⁶⁴

À medida em que a crise era escalada, o Império se preparava para uma hipótese de guerra. Assim, enviou emissário à Europa com o objetivo de adquirir armamentos, bem como acompanhar a construção de seis navios de guerra.

⁵⁸ LIMA, op. cit., p. 67.

⁵⁹ DORATIOTO, op. cit., p. 32 e 33; sobre a assinatura do tratado, ver também DELGADO (op. cit., p. 26).

⁶⁰ Ibidem, p. 32.

⁶¹ Ibidem, p. 33; sobre as dificuldades de navegação impostas aos barcos brasileiros no Rio Paraguai, ver DELGADO (op. cit., p. 26).

⁶² LIMA, op. cit., p. 68.

⁶³ Ibidem, p. 69; DELGADO (op. cit., p. 26) ratifica a anulação do tratado; explicando que se tratava de pressão para que o Brasil aceitasse a demarcação de fronteiras conforme as pretensões paraguaias.

⁶⁴ DORATIOTO, op. cit., p. 33.

Ademais, tropas foram enviadas para Mato Grosso.⁶⁵ **Em certo momento, o conflito entre Brasil e Paraguai parecia iminente.**⁶⁶

Todavia, apesar dos preparativos militares, o Brasil prosseguiu com os esforços diplomáticos.⁶⁷ Assim, em 1857, foi enviado ao Paraguai o conselheiro Joaquim Thomaz do Amaral, que não obteve sucesso nas tratativas.⁶⁸ Em seguida, houve nova tentativa, a cargo do Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos.⁶⁹

Antes de qualquer conversação com o Paraguai, o futuro Barão do Rio Branco buscou assegurar melhores condições de negociação. Dessa forma, ao passar por Buenos Aires, assegurou a neutralidade brasileira em relação às divergências entre esse Estado e a Confederação.

Posteriormente, durante sua estada em Paraná, Paranhos firmou com o líder caudilho Justo Jose Urquiza a concessão de um empréstimo brasileiro e estabeleceu o protocolo reservado de 14 de dezembro. De acordo com este acordo, a Confederação, juntamente com o Uruguai, se posicionava a favor da abertura do Rio Paraguai à livre navegação.⁷⁰ Somente não foi formalizada uma aliança militar porque **Paranhos não aceitou as pretensões argentinas de limites com o Paraguai - que incluíam todo o Chaco Paraguai.**⁷¹

Embora não se tenha configurado uma aliança militar, o protocolo abria a possibilidade de uma cooperação entre Paraná e Rio de Janeiro, em caso de guerra contra o Paraguai. Caberia à Confederação ceder 6 mil homens, bem como o Comando-em-Chefe seria de Urquiza. O Império entraria com 8 mil homens e a força naval - para transporte de tropas e material, bem como ataque às posições guaranis. Se o conflito não envolvesse a Confederação, o Governo do Paraná franquearia a livre passagem de tropas brasileiras pelo território de Corrientes.⁷²

Posteriormente, Paranhos seguiu para Assunção, onde, convenientemente, circulavam os rumores do protocolo firmado entre o Brasil e a Confederação.⁷³ **Essa situação levou o Presidente Carlos López a ceder.** Assim, em 12 de janeiro de

⁶⁵ Ibidem, p. 33.

⁶⁶ LIMA, op. cit., p. 69 e 70.

⁶⁷ DORATIOTO, op. cit., p. 33.

⁶⁸ Ibidem, p. 34.

⁶⁹ Ibidem, p. 33 e 34; DELGADO, op. cit., p. 27.

⁷⁰ DELGADO, op. cit., p. 27.

⁷¹ DORATIOTO, op. cit., p. 33 e 34.

⁷² Ibidem, p. 34.

⁷³ Ibidem, p. 35.

1858, foi firmado um convenção adicional ao tratado de 1856 (conhecido como Acordo López-Paranhos⁷⁴), que garantia a livre navegação, sendo que um protocolo anexo estabelecia a Baía Negra como fronteira ocidental entre os países, sem que fosse aprofundada a questão do Rio Branco.⁷⁵ Enquanto isso, o Brasil manteria a posse dos territórios até o Rio Apa.⁷⁶

O desenrolar dos acontecimentos convenceram o Presidente, bem como seu filho mais velho, Francisco Solano López, **que Brasil e Argentina se uniriam em um conflito contra o Paraguai: o primeiro para assegurar a livre navegação na região, enquanto que o segundo para atuar contra a independência paraguaia.** Nesse contexto, a unificação argentina contrariava os interesses paraguaios, uma vez que tal condição favorecia o estabelecimento da hegemonia portenha sobre a região.⁷⁷

Em 17 de setembro de 1861, as tropas de Buenos Aires, comandadas por Bartolomé Mitre, derrotaram as forças de Urquiza, na Batalha de Pavón.⁷⁸ Tal evento teve como consequência a unificação argentina, sob a hegemonia de Buenos Aires; situação essa que alarmou Carlos López.⁷⁹ “O presidente paraguaio – como o filho caçula Angel Benigno – temia que os portenhos, com Bartolomeu Mitre, depois de bater as províncias do interior argentino, pudessem tentar outra aventura contra seu país.”⁸⁰

Nessa época, Antonio Pedro de Carvalho Borges, Encarregado de Negócios do Brasil no Paraguai, se retirou do país, convicto que o Presidente López realizaria uma ação militar contra o Brasil, desde que conseguisse garantias de que Mitre não tinha intenções hostis contra o Paraguai.⁸¹ Esse diplomata estava parcialmente certo, pois em 6 de fevereiro de 1862, Francisco Solano López, Ministro da Guerra, se reuniu com chefes militares paraguaios; sendo debatido um orçamento dos gastos de guerra, bem como acertada o início da mobilização militar.⁸² Apesar disso, **Carlos López, não chegou a empreender qualquer ação militar contra o Brasil.**

⁷⁴ LIMA, op. cit., p. 70; DELGADO, op. cit., p. 27.

⁷⁵ DORATIOTO, op. cit., p. 35.

⁷⁶ LIMA, op. cit., p. 70.

⁷⁷ DORATIOTO, op. cit., p. 35 e 37.

⁷⁸ LIMA, op. cit., p. 73.

⁷⁹ DORATIOTO, op. cit., p. 37.

⁸⁰ LIMA, op. cit., p. 82.

⁸¹ DORATIOTO, op. cit., p. 39.

⁸² Ibidem, p. 39.

Pelo contrário, em seu leito de morte, aconselhou seu sucessor, Solano López, no seguinte sentido: “há muitas questões pendentes, mas não trate de solucioná-las com a espada, mas sim com a caneta, principalmente com o Brasil”. (tradução livre)⁸³

DORATIOTO também ratifica esse posicionamento de Carlos López, conforme extrato abaixo:

Carlos López agiu para obter um lugar para o Paraguai no plano internacional, mas tinha consciência da debilidade de seu país, daí o pragmatismo de sua política externa, pautada pelos limites do possível. [...] Bem diferente seria a atuação de seu filho mais velho, ao ocupar a Presidência (2002, p. 41).

Com o objetivo de dar seguimento à análise em curso, a partir desse momento, será analisada a dinâmica da **política externa paraguaia**, abrangendo o período entre a gestão de Francisco Solano López até o desencadear do conflito. Assim sendo, inicialmente, vale mencionar que ao início desse governo, o Paraguai estava unificado, não possuía dívidas e dispunha de relativa modernização, de caráter exclusivamente militar e defensiva, ressalte-se - fruto da importação de material e técnicos estrangeiros. Por outro lado, tendo em vista características de sua economia, que, em grande parte era estatal, o país necessitava ampliar seu comércio externo para obter divisas e prosseguir a importar tecnologia.⁸⁴ O aspecto estatal da economia será explorado com maior profundidade quando da análise da expressão econômica.

Devido à conjuntura anterior, **o governo adotou nova postura em relação a sua política externa, passando a buscar maior inserção nas questões da Bacia do Prata.**⁸⁵ Assim, de pronto, **se aproximou do Uruguai**, com a finalidade de obter uma saída para o mar, por intermédio da utilização do Porto de Montevideu, ampliando suas possibilidades de comércio com a Europa.⁸⁶

Essa mudança de atitude do Paraguai contrariava os interesses do Brasil e da Argentina. No caso do Império, a divergência deveu-se ao fato do **governo brasileiro não desejar qualquer alteração na situação então em vigor no Prata.**⁸⁷ Já para o Governo de Buenos Aires, a modificação da política externa

⁸³ CARDOZO, op. cit., p. 88.

⁸⁴ DORATIOTO, op. cit., p. 44.

⁸⁵ Ibidem, p. 44.

⁸⁶ Ibidem, p. 45.

⁸⁷ Ibidem, p. 44.

paraguaia terminou por aproximar os opositores internos, localizados principalmente nas Províncias de Entre Rios e Corrientes, e Solano López.⁸⁸

Para agravar a situação, o Uruguai, sob a gestão do blanco Gustavo Berro, também modificou sua postura externa - ocasionando descontentamento do Brasil e da Argentina. Além de se aproximar do Paraguai,⁸⁹ o governo uruguaio estabeleceu relações com a oposição argentina contrária a Buenos Aires.⁹⁰

Berro ainda implementou diversas medidas que contrariavam flagrantemente os interesses do Governo Imperial, de estancieiros gaúchos e de fazendeiros brasileiros residentes naquele país.⁹¹ Dessa forma, buscava diminuir a influência brasileira sob o Uruguai.⁹² Face a esse quadro, a derrubada do governo blanco uruguaio passou a ser desejada pelo Império e por Buenos Aires.

Em abril de 1863, o colorado Venancio Flores invadiu o Uruguai para derrubar o governo blanco, com o apoio velado de Buenos Aires; ou seja, sem o envolvimento de tropas argentinas. A despeito do governo argentino haver tentado ocultar sua participação na questão, era óbvio que isso estava acontecendo. Diante desse fato e da crescente hostilidade brasileira, Bernardo Berro acelerou sua aproximação com o Paraguai. Nesse contexto, foi implementada uma política externa uruguaia independente, cuja intenção era criar um novo sistema de equilíbrio de poder regional, a partir do eixo Montevideu-Assunção-Províncias Argentinas.⁹³

Ressalte-se que, nessa época, o Paraguai recebeu, quase que simultaneamente, propostas de acordos oriundas dos blancos uruguaio e da oposição argentina. No primeiro caso, tratava-se de uma aliança comercial e de defesa; enquanto que no segundo, uma aliança ofensiva e defensiva. Solano López, entretanto, evitou se comprometer com qualquer dos proponentes, embora não houvesse rechaçado taxativamente as propostas.⁹⁴

A inércia paraguaia decorreu da percepção de que a aceitação da proposta uruguaia significaria um conflito contra a Argentina – que, como visto, apoiava a invasão colorada ao Uruguai. Já a aliança com a oposição implicaria em

⁸⁸ DORATIOTO, op. cit., p. 45.

⁸⁹ LIMA, op. cit., p. 106.

⁹⁰ DORATIOTO, op. cit., p. 45.

⁹¹ LIMA, op. cit., p. 108.

⁹² DORATIOTO, op. cit., p. 45.

⁹³ *Ibidem*, p. 46 e 47.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 47 e 48; sobre a proposta uruguaia e o posicionamento paraguaio, ver LIMA (op. cit., p. 108).

separatismo argentino, o que contrariava os interesses paraguaios de uma Argentina unida e forte, para se contrapor ao Brasil.⁹⁵ Além disso, “as relações de [Solano] López tanto com Bartolomeu Mitre quanto com Justo José de Urquiza seguiam tranquilas e não havia interesse em quebrar a política de neutralidade com os vizinhos.”⁹⁶

Para Solano López, as propostas em análise comprovavam a influência de seu governo sobre os blancos e sobre as províncias opositoras argentinas. Assim, para esse governante, **o Paraguai havia atingido o mesmo nível que Brasil e Argentina, criando um novo equilíbrio de poder na região.** Nessa linha de raciocínio, a conjuntura era favorável aos interesses paraguaios, na medida em que afastava as pretensões históricas de incorporação do território guarani pela Argentina, bem como propiciava condições favoráveis para negociações, quer com a própria Argentina, quer com o Império.⁹⁷

Essa concepção baseava-se exclusivamente em percepção pessoal de Solano López, que não condizia com a realidade, pois, além do Paraguai não haver alcançado o mesmo nível político que Brasil e Argentina, estes prosseguiram com suas respectivas políticas externas até então vigentes. Para o Império, interessava a manutenção do *status quo* na região, mediante a independência do Uruguai e do Paraguai, bem como a livre navegação na Bacia do Prata. Enquanto que Buenos Aires, mantinha o interesse de anexação dos territórios paraguaios e uruguaios.

Nesse sentido, o apoio de Buenos Aires à invasão colorada no Uruguai contrariava a lógica de Solano López, pois caracterizava claramente a tentativa argentina de reconstituição do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata - primeiramente pela anexação do território uruguaio e, posteriormente, pela incorporação do Paraguai. Inclusive, essa situação passou a preocupar o Império.⁹⁸

Por isso, Brasil, Paraguai, além do Uruguai (este último por razões óbvias), solicitaram esclarecimentos diplomáticos a Argentina sobre um possível apoio aos colorados. Para o Brasil, a Chancelaria Argentina apresentou sua intenção de substituir o governo blanco pelo colorado, mas mantendo a independência uruguaia.

⁹⁵ Ibidem, p. 47 e 48.

⁹⁶ LIMA, op. cit., p. 108.

⁹⁷ DORATIOTO, op. cit., p. 48 e 49.

⁹⁸ Ibidem, p. 49.

Perante o Paraguai e o Uruguai, o governo argentino simplesmente alegou neutralidade.⁹⁹

Em outubro de 1863, Uruguai e Argentina assinaram protocolo, por intermédio do qual, concordavam, dentre outros, na arbitragem externa como forma de resolver os problemas entre esses países. Entretanto, não se chegou a um consenso, uma vez que o Uruguai insistia em Solano López como árbitro, enquanto que a Argentina indicou Dom Pedro II para tal função. Face à ausência de entendimento, no início de 1864, uruguaios e argentinos romperam relações diplomáticas.¹⁰⁰ Por outro lado, o fato da Argentina haver recusado a mediação paraguaia abalou o orgulho de Solano López. Este, a partir de então, repensou sua postura de neutralidade em relação a seus vizinhos argentinos (Mitre e Urquiza) – mudança que contava com o total apoio do governo uruguaio.¹⁰¹

Enquanto isso, no Brasil, crescia a ideia de uma intervenção brasileira no Uruguai,¹⁰² tendo em vista as atitudes desfavoráveis do governo blanco uruguaio, que procurava romper a dependência daquele país para com o Império. Outros fatos robusteceram o posicionamento dos intervencionistas, como a morte de brasileiros na guerra civil uruguaia, a denúncia de pecuaristas gaúchos sobre a ocorrência de desordens na fronteira Brasil-Uruguai, bem como a necessidade do Gabinete Liberal se impor na política interna brasileira. Ademais, a presença brasileira naquele país impediria que uma possível vitória dos colorados beneficiasse exclusivamente a Argentina.¹⁰³

Entretanto, o Império tinha de deixar claro para os demais atores interessados (entenda-se Inglaterra e Argentina) que não tinha intenções de anexar o Uruguai. **No caso dos ingleses, pelo fato de que a independência uruguaia era conveniente aos interesses britânicos**, principalmente, comerciais. Para Argentina, a não anexação garantia a manutenção do atual equilíbrio de poder na região. Válido mencionar que um entendimento desfavorável por parte dos argentinos, isolaria internacionalmente o Brasil, uma vez que, nessa época, o Império encontrava-se com relações diplomáticas rompidas com a Inglaterra.¹⁰⁴

⁹⁹ Ibidem, p. 49; sobre a argumentação de neutralidade perante os governos paraguaios e uruguaios, também ver LIMA (op. cit., p. 109).

¹⁰⁰ DORATIOTO, op. cit., p. 49 e 50.

¹⁰¹ LIMA, op. cit., p. 110.

¹⁰² Ibidem, p. 108.

¹⁰³ DORATIOTO, op. cit., p. 51 e 52.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 52 e 53.

É interessante constatar que a diplomacia brasileira entendia **não haver necessidade de esclarecer junto ao Paraguai** suas intenções em território uruguaio, **justamente porque esse país não era considerado como ator influente na dinâmica política da região.**

Na busca de uma costura diplomática que atendesse os interesses brasileiros, argentinos e ingleses, José Antonio de Saraiva (enviado especial do Governo Brasileiro)¹⁰⁵, Rufino de Elizalde (Ministro das Relações Exteriores Argentino) e Edward Thornton (representante britânico) tentaram construir uma paz entre blancos e colorados, no Uruguai, por ocasião das Conferências de *Punta del Rosario*, em junho de 1864.¹⁰⁶

O acordo de paz estava praticamente concluído. Mas, por exclusiva inabilidade do então dirigente uruguaio, Atanásio Aguirre, a negociação não prosperou;¹⁰⁷ a despeito da concordância do líder colorado Flores. Tal conjuntura contribuiu para aproximar o pensamento brasileiro e argentino no que se refere à questão uruguaia, retirou a confiança de Brasil, Argentina e Inglaterra em torno da capacidade de Aguirre de buscar a paz, ao tempo que tanto Brasil quanto Argentina passaram a confiar na capacidade de conciliação de Flores.¹⁰⁸

Ademais, o episódio também **convenceu a Inglaterra de que nem Brasil nem Argentina tencionavam anexar o Uruguai.** Posteriormente, a própria Inglaterra, por intermédio de Edward Thornton, buscou convencer o Paraguai, na figura do chanceler José Berges, que o Brasil não desejava anexar o Uruguai. Em verdade, a **Inglaterra tentava atenuar a questão platina, ao evitar o envolvimento paraguaio na questão uruguaia.** O Paraguai, por sua vez, tentou envolver a Inglaterra na questão, ao insistir em uma argumentação, sem qualquer embasamento, que o Brasil pretendia anexar os estados menores e monopolizar o comércio no Prata.¹⁰⁹

Enquanto isso, em julho de 1864, após conversações entre Saraiva e Mitre, a Argentina manteve formalmente sua neutralidade em relação à questão uruguaia, mas deixou claro que considerava as pretensões brasileiras justas e não

¹⁰⁵ LIMA (op. cit., p. 112) esclarece que José Antonio Saraiva estava acompanhado de foças militares, sob o comando do Vice-Almirante Joaquim Marques Lisboa, o barão de Tamandaré.

¹⁰⁶ DORATIOTO, op. cit., p. 54-57; DELGADO (op. cit., p. 42) também discorre sobre as conferências de Punta Del Rosário.

¹⁰⁷ LIMA, op. cit., p. 113.

¹⁰⁸ DORATIOTO, op. cit., p. 54-57; DELGADO (op. cit., p. 42) esclarece que não se chegou a consenso tendo em vista a influência de blancos mais radicais.

¹⁰⁹ DORATIOTO, op. cit., p. 57.

ameaçadoras à independência e integridade uruguaia.¹¹⁰ Tal postura propiciou maior liberdade de ação para o Império junto ao Uruguai.

Assim, o Império entregou um ultimato ao Governo de Aguirre, em 4 de agosto de 1864,¹¹¹ reiterando a solicitação de reparações pelos danos ocasionados a brasileiros e propriedades desses, bem como requerendo proteção a esses cidadãos, além de exigir a cessação de qualquer ato hostil na fronteira entre os países. O documento brasileiro não foi aceito, sendo devolvido no mesmo dia. O Uruguai estava certo de contar com o apoio paraguaio na questão.¹¹²

O posicionamento de Aguirre levou os governos brasileiro e argentino a firmarem um protocolo, em 22 de agosto de 1864, no qual ambos os países reconheciam mutuamente a possibilidade de atuação no Uruguai, desde que observada a independência daquele país.¹¹³ Esse ato caracterizava uma aliança concreta entre Brasil e Argentina em torno da questão uruguaia; **situação essa que ocorreu de forma alheia a qualquer consulta ao Paraguai - ratificando a pouca influência dessa nação na política da região e contrariando a percepção de Solano López em relação ao tema.**

Posteriormente, o Uruguai rompeu relações com o Brasil.¹¹⁴ Ato contínuo, a diplomacia uruguaia entregou a Solano López cópia do ultimato brasileiro, com a intenção de forçar o Paraguai a agir. E, realmente, ao tomar conhecimento da situação, o governo paraguaio, em 30 de agosto de 1864, protestou junto ao Brasil contra qualquer ocupação do território uruguaio por forças do Império, alegando que isso atentaria contra o equilíbrio no Prata; afirmando, ainda, não assumir qualquer responsabilidade pelas consequências desse intervencionismo.¹¹⁵

A partir de meados de setembro de 1864, as autoridades paraguaias flagrantemente assumiram postura hostil contra o Brasil, ao tempo em que eram organizadas manifestações nas quais Solano López discursava contra o Império. O dirigente paraguaio externava disposição de invadir o território brasileiro entre os rios Apa e Branco, bem com enviar tropas ao Uruguai.¹¹⁶ Nesse contexto, prosseguia a

¹¹⁰ Ibidem, p. 57.

¹¹¹ LIMA, op. cit., p. 113; DELGADO (op. cit., p. 45) também aborda o ultimato.

¹¹² DORATIOTO, op. cit., p. 58.

¹¹³ Ibidem, p. 59.

¹¹⁴ LIMA, op. cit., p. 114.

¹¹⁵ DORATIOTO, op. cit., p. 59; DELGADO (op. cit., p. 46 e 47) esclarece que o governo paraguaio deixou claro em seu protesto que a invasão do território paraguaio por tropas brasileiras ensejaria *casus bellis* entre Paraguai e Brasil.

¹¹⁶ DORATIOTO, op. cit., p. 61.

mobilização militar paraguaia, enquanto Solano López aguardava a invasão brasileira no Uruguai para dar início a seus planos.¹¹⁷

À época, nem Brasil nem Argentina acreditavam em uma ação militar paraguaia.¹¹⁸ Afinal, desde fevereiro de 1862 estava em curso uma mobilização militar no Paraguai, e, ainda assim, aquele governo havia optado pela negociação até aquele momento. Dessa forma, a sensação era de que o governo paraguaio somente procurava exercer pressão para alcançar seus objetivos.

Assim, em 12 de outubro de 1864, uma tropa brasileira invadiu o território uruguaio, ocupando a Vila de Melo dois dias depois. Estava caracterizada a intervenção militar do Império no Uruguai.¹¹⁹ Essa notícia chegou a Assunção em 25 de outubro de 1864, de forma não oficial. O representante uruguaio no Paraguai solicitou a intervenção paraguaia conforme prometido. Solano López, entretanto, argumentou que nenhuma ação era possível naquele momento por carência de informações oficiais.¹²⁰

O momento tão aguardado por Solano López havia chegado, pois, segundo a ótica paraguaia, o Brasil havia dado motivo para o início da guerra. Ademais, dados repassados pelos informantes paraguaios retratavam **as dificuldades (notadamente a demora) no processo de mobilização de tropas brasileiras** para atuar no Uruguai. Por outro lado, **a debilidade das forças imperiais, demonstrada durante a Campanha no Uruguai**, teria aumentado a confiança do governo paraguaio em relação ao emprego de força. Por fim, **o Paraguai estava certo que o Império, ao invadir o Uruguai, anexaria parte do território uruguaio e, em seguida, invadiria o Paraguai**; afinal somente isso justificaria os gastos do Império na campanha uruguaia.¹²¹ Além disso, **para Solano López, a guerra era a oportunidade de elevar seu país a alçada de potência regional e de obtenção de acesso ao mar pelo porto de Montevidéu.**¹²²

Em verdade, toda **essa percepção paraguaia foge à lógica**, pois se o Império era considerado fraco militarmente, encontrando dificuldades mesmo em uma campanha considerada fácil como a Campanha do Uruguai, seria, no mínimo

¹¹⁷ Ibidem, p. 64.

¹¹⁸ QUEIROZ, op. cit., p. 289.

¹¹⁹ DORATIOTO, op. cit., p. 65; sobre a invasão do Uruguai por tropas brasileiras, ver LIMA (op. cit.) p. 115.

¹²⁰ DORATIOTO, op. cit., p. 66.

¹²¹ Ibidem, p. 70.

¹²² Ibidem, p. 93.

equivocado, considerar a possibilidade do Brasil prosseguir em uma ação militar contra o Paraguai, que, seguramente, dispunha de maiores forças que o Uruguai.

A despeito disso, Solano López prosseguiu com seus planos. Assim, em 12 de novembro de 1865, a canhoneira Tacuari abordou o navio brasileiro Marques de Olinda, que seguia pelo Rio Paraguai em direção a Cuiabá. O vapor brasileiro foi obrigado a retornar para Assunção, de onde havia zarpado poucas horas antes. A bordo encontrava-se o Coronel Carneiro de Campos, novo Presidente da Província de Mato Grosso, e alguns oficiais, além de vultosa quantia destinada à administração da província.¹²³ E, justamente, esse montante foi o fator decisivo que levou o governo paraguaio a capturar o vapor brasileiro; pois acreditava-se que seria uma oportunidade de alcançar, ao mesmo tempo, uma vantagem estratégico-militar e financeira.¹²⁴

A tripulação foi liberada, entretanto, os militares permaneceram como prisioneiros. Segundo o comunicado diplomático paraguaio paraguaia ao governo britânico, com esse ato o Paraguai havia respondido às hostilidades iniciadas pelo governo brasileiro sem prévia declaração de guerra.¹²⁵

Em 13 de novembro, a Chancelaria Brasileira em Assunção protestou junto à diplomacia paraguaia. Em resposta, o governo paraguaio remeteu nota, datada de 12 de novembro, rompendo relações diplomáticas com o Império e proibindo a navegação de barcos brasileiros no Rio Paraguai.¹²⁶ Nesse contexto, vale ressaltar a **tentativa do representante britânico na Argentina e Paraguai, Edward Thornton, de evitar a guerra entre Brasil e Paraguai**, ao remeter correspondência oficial a José Berges, Chanceler Paraguaio, afirmando que o Império não anexaria o Uruguai.¹²⁷

Face à gravidade da situação, o Brasil, por intermédio de José Maria da Silva Paranhos, buscou uma aliança com Buenos Aires, seja contra os blancos uruguaios, seja contra Solano López. O acordo foi recusado pelo governo argentino, que temia reações internas, em particular dos liberais autonomistas. Contudo, o Presidente argentino manifestou-se favoravelmente à vitória brasileira. Concomitantemente, Mitre tentava convencer Urquiza a também não interferir na

¹²³ Ibidem, p. 66.

¹²⁴ LIMA, op. cit., p. 117.

¹²⁵ DORATIOTO, op. cit., p. 66.

¹²⁶ DORATIOTO, op. cit., p. 67; LIMA, op. cit., p. 117 e 118.

¹²⁷ DORATIOTO, op. cit., p. 90.

questão, alegando que o Brasil não deseja anexar nem o Uruguai e nem o Paraguai. Destarte, a Argentina buscava manter a hegemonia compartilhada com o Brasil no Prata, ao posicionar-se com neutralidade em relação às questões brasileiras, não somente junto ao Uruguai, mas também quanto ao Paraguai.¹²⁸

No Uruguai, diversos fatos contribuíram para que os contendores chegassem ao consenso, como: a falta de apoio de Solano López, a pressão exercida pelo Império, bem como a assunção ao poder uruguaio de facção do partido blanco que desejava a paz. Dessa forma, em 20 de fevereiro de 1865, ocorreu a assinatura do Protocolo de Paz de Villa Unión. Tal acordo contou com a anuência da Argentina, sendo celebrado entre Brasil, o governo blanco uruguaio e Venancio Flores, líder dos Colorados. De acordo com o pactuado, Flores assumia a Presidência da República Oriental do Uruguai.¹²⁹

Nessa ocasião, Solano López poderia haver interrompido as hostilidades, uma vez que o citado acordo de paz garantia a independência e integralidade territorial uruguaia. Portanto, haviam cessados os motivos alegados pelo Paraguai para atacar o Império. Assim sendo, haveria uma justificativa diplomática para a retirada das forças invasoras paraguaias do Brasil.¹³⁰ Além disso, a neutralidade argentina até aquele momento favorecia o Paraguai, na medida em que eram negados ao Brasil pontos de apoio logístico no interior do continente, em particular ao longo da calha do Rio Paraná. Assim sendo, não era conveniente para o Paraguai qualquer atitude hostil contra o governo argentino.

Por outro lado, Mitre queria se aproveitar da guerra entre Solano López e o Brasil, uma vez que percebia uma oportunidade para retomar o propósito de anexação das províncias rebeldes – Uruguai e Paraguai. Somente não adotou qualquer iniciativa tendo em vista que somente os portenhos eram favoráveis à guerra, e também porque tinha receio de que, em um eventual conflito, os confederados, sob o comando de Urquiza, se aliassem aos paraguaios, com os quais possuíam muito mais afinidade.¹³¹

Nesse contexto, Mitre sabia que a negativa do trânsito de tropas paraguaias pelo território argentino seria descumprida (uma vez que constituía o único caminho viável para a passagem de tropas em direção ao sul) e Solano López invadiria o

¹²⁸ DORATIOTO, op. cit., p. 71-73; LIMA, op. cit., p. 122.

¹²⁹ DORATIOTO, op. cit., p. 74; LIMA, op. cit., p. 136.

¹³⁰ DORATIOTO, op. cit., p. 78.

¹³¹ QUEIRÓZ, op. cit., p. 46.

país. Esse ato hostil constituiria a motivação que uniria portenhos e confederados de forma favorável à entrada da Argentina na guerra, ao lado do Brasil e contra o Paraguai.¹³²

Todo esse quadro, que poderia induzir à busca de uma solução diplomática para o conflito, sequer foi considerado pelo governo paraguaio, haja vista aquele país não dispor de estrutura diplomática adequada que permitisse chegar a essas conclusões. Ademais havia a tendência de Solano López de avocar para si as decisões mais importantes, muitas vezes sem admitir qualquer assessoramento.¹³³ Cabe esclarecer que, por ocasião da verificação da política interna do país, a estrutura diplomática paraguaia, bem como a personalidade de Solano López serão apropriadamente aprofundadas.

Com o intuito de robustecer o trabalho, a partir de agora será verificada a **situação política envolvendo o país no pós-guerra**, tendo em vista que se considera que tal análise, embora fora da delimitação temporal da pesquisa, agregará dados importantes, em relação a pontos que estão sendo levantados, particularmente em relação à equívocos cometidos por Solano López.

Nesse sentido, constata-se que, finalizado o conflito, **o Brasil atuou incisivamente para manter a independência e autonomia do Paraguai, que eram constantemente ameaçadas pela intenção argentina de incorporar o território paraguaio.**¹³⁴

Dessa forma, o Império impediu que a Argentina se apossasse de todo o Chaco Paraguaio, embora tal possibilidade estivesse prevista no Tratado da Tríplice Aliança. Ademais, no período de 1869 a 1876, o governo brasileiro promoveu a estabilidade interna do Paraguai, como forma de viabilizar a independência política paraguaia.¹³⁵

Ainda no contexto anterior, o Império celebrou a paz em separado com o Paraguai, em janeiro de 1872; com o intuito de caracterizar o reconhecimento, no campo diplomático, da soberania do Estado Paraguaio. Destarte, era dado outro importante passo no processo de manutenção da independência paraguaia.

Nessa oportunidade, foi acertado que a fronteira entre os dois países seria constituída pelo Rio Apa e pelo Rio Paraguai, a partir da Região de Sete Quedas em

¹³² QUEIRÓZ, op. cit., p. 47.

¹³³ DORATIOTO, op. cit., p. 78.

¹³⁴ Ibidem, p. 463-464.

¹³⁵ Ibidem, p. 463-464.

direção ao sul. Em verdade, era a mesma fronteira proposta por Paranhos a Carlos López, em 1850, e que já estava efetivamente ocupada por brasileiros. Ou seja, o Brasil não se aproveitou da situação para avançar sobre terras paraguaias. Valioso frisar que a celebração contrariou o previsto no Tratado da Tríplice Aliança, o qual preconizava que a paz teria de ser acordada em conjunto por todos os contendores.¹³⁶

Por fim, é importante mencionar que o governo brasileiro insistiu em relação ao não cancelamento da dívida de guerra do Paraguai para com o Brasil – débito esse intencionalmente estimado a menor pelo Império. Tal postura tinha por finalidade desestimular a anexação do território guarani pela Argentina, uma vez que caso assim agisse, o governo argentino assumiria a aludida dívida perante o Brasil. Saliente-se que, em 1940, essa dívida foi perdoada durante o Governo Vargas.¹³⁷

Após analisar-se a política externa paraguaia, será realizada a verificação da **política interna** do país, a começar pelo **sistema político**. Inicialmente, cabe recordar que o Paraguai conquistou sua independência em 15 de maio de 1811¹³⁸; sendo que, somente em 12 de outubro de 1813, o II Congresso Geral Paraguaio deliberou pela designação do país como uma república.¹³⁹ Contudo, diversos mecanismos e instituições inerentes a um regime republicano não existiam no país.

Em 16 maio de 1811, logo após a independência, **sem qualquer participação popular**, foi constituído um governo provisório, composto por três membros, Bernardo Velasco, Juan Valleriano de Zeballos e José Gaspar Rodriguez de Francia, que assumiu o executivo. Aos 17 de junho de 1811, o Congresso foi convocado para compor um governo definitivo, oportunidade na qual deliberou-se por uma Junta Governativa presidida por Fulgencio Yegros e composta por José Gaspar Rodriguez de Francia, Pedro Juan Caballero, Francisco Xavier Bogarín e Fernando de la Mora.¹⁴⁰

Posteriormente, em 12 de outubro de 1813, o II Congresso Geral Paraguaio nomeou Fulgencio Yegros e José Gaspar Rodriguez de Francia como cônsules, constituindo o denominado Primeiro Consulado. Contudo, menos de um ano depois,

¹³⁶ Ibidem, p. 465.

¹³⁷ Ibidem, p. 457; sobre o perdão da dívida paraguaia, ver também LIMA (op. cit., p. 369).

¹³⁸ LIMA, op. cit., p. 27 e 28; DELGADO, op. cit., p. 21.

¹³⁹ DELGADO, op. cit., p. 21.

¹⁴⁰ CARDOZO, op. cit., p. 54 e 55.

em 3 de outubro de 1814, Francia foi nomeado pelo Congresso como **Ditador Perpétuo da República, governando até sua morte** em 1840.¹⁴¹

Após o falecimento de Francia, uma junta militar assumiu o poder, sendo deposta por um motim, em 22 de janeiro de 1841. Em substituição, assumiu um triunvirato, que também terminou por ser derrubado, em 9 de fevereiro de 1841, por Mariano Roque Alonso. Este, por sua vez, convocou o Congresso, que, em 12 de março de 1841, deliberou pela volta do consulado (Segundo Consulado), nomeando como cônsules o próprio Alonso e Carlos Antonio López.¹⁴², os quais governariam por três anos.¹⁴³

Em 13 de março de 1844, o Congresso se reuniu novamente e aprovou a Lei de Administração Política da República, que, dentre outros, criava o cargo de Presidente da República. **Vale dizer, o cargo de presidente foi criado após mais de três décadas da designação oficial do país como república.** Nessa ocasião, Carlos López foi designado como presidente por um período de dez anos - **embora tenha permanecido no poder até sua morte**, em 1862.¹⁴⁴

Em 1856, mediante nova convocação do Congresso, foi aprovada proposta presidencial de **modificação da idade mínima para ocupação do cargo de presidente**, que passou a ser de trinta anos, quando o limite anterior era de quarenta. Além disso, **foi facultado ao presidente a possibilidade de indicar seu sucessor.**¹⁴⁵ Certamente, nessa época, Carlos López já tinha intenção de **passar o cargo para um de seus filhos.**¹⁴⁶

Por sua vez, a função de vice-presidente permaneceu vaga durante quase todo o Governo de Carlos López. O cargo somente passou a ser ocupado a partir de agosto de 1862, quando o Presidente, acometido de grave enfermidade, resolveu indicar seu filho Angel Benigno López para a função, mediante um testamento político.¹⁴⁷

¹⁴¹ CARDOZO, op. cit., p. 55-60; LIMA (op. cit., p. 27 e 28) explica que Francia, inicialmente, foi nomeado como ditador temporário, e, em 1816, ditador perpétuo.

¹⁴² CARDOZO, op. cit., p. 69.

¹⁴³ LIMA, op. cit., p. 31; o qual ainda esclarece que a administração militar ficou a cargo de Roque Alonso, enquanto Carlos López ficou incumbido das questões civis.

¹⁴⁴ CARDOZO, op. cit., p. 72; Lima, op. cit., p. 31.

¹⁴⁵ DORATIOTO, op. cit., p. 40; De acordo com LIMA (op. cit., p. 82), Carlos López atuou para diminuir a idade mínima para o cargo de presidente com a intenção de que algum de seus filhos o sucedessem.

¹⁴⁶ LIMA, op. cit., p. 31.

¹⁴⁷ DORATIOTO, op. cit., p. 40; LIMA (op. cit., p. 85) também ratifica a indicação de Angel Benigno para o cargo, ainda que caçula do Presidente Carlos López.

Entretanto, Francisco Solano López, filho mais velho, não concordou com essa decisão e intercedeu junto a seu pai. Este, pressionado, terminou por indicar seu primogênito como vice-presidente. Pouco tempo depois, em 10 de setembro de 1862, Carlos López faleceu.¹⁴⁸

Assim, assumiu o poder Francisco Solano López, **caracterizando uma verdadeira linha sucessória familiar**. Na ocasião, o Congresso foi novamente convocado para ratificar a designação, mas percebe-se que se tratou de mera formalidade. À época, o novo Chefe do Executivo contava com 36 anos; e, portanto, somente pôde ascender à presidência graças a redução da idade mínima para a função, ocorrida em 1856 - conforme anteriormente abordado. Em verdade, não fosse essa alteração, nenhum dos filhos de Carlos López poderia legalmente assumir o cargo.¹⁴⁹

A fragilidade das instituições republicanas no país terminou por fomentar o **autoritarismo**. Essa característica começou a se acentuar a partir do Governo Francia, que adotou uma política isolacionista com a finalidade de garantir o fortalecimento do regime em vigor. Por outro lado, tal atitude também contribuía para propiciar o afastamento de Buenos Aires, o que robustecia a independência do país.¹⁵⁰

Durante o Governo Francia, a rigidez na condução do país era tamanha que superava até mesmo o rigor da época da dominação espanhola.¹⁵¹ As autarquias públicas não tinham qualquer autonomia, tendo que se submeter à vontade do Ditador Perpétuo. O comércio era diminuto e totalmente estatizado. Qualquer tipo de oposição era eliminada, muitas vezes sumariamente. Em reação ao apoio do Papa Leão XII ao Rei de Espanha, nos esforços de reestabelecimento da América Espanhola, as ordens religiosas católicas foram expulsas do país e os bens da Igreja foram confiscados. Com o intuito de evitar qualquer forma de ameaça ao poder, os grupos oligárquicos foram desestruturados.¹⁵² Além disso, foram adotadas diversas medidas em relação às forças armadas: o Presidente assumiu diretamente o controle total dos militares; o efetivo foi reduzido ao mínimo necessário; o posto

¹⁴⁸ DORATIOTO, op. cit., p. 40; LIMA (op. cit., p. 86) explica que a insistência de Solano López terminou por convencer o pai a alterar seu testamento político.

¹⁴⁹ DORATIOTO, op. cit., p. 40.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 24; QUEIRÓZ (op. cit., p. 50) confirma a política de auto isolamento como contraponto à pressão de Buenos Aires.

¹⁵¹ LIMA, op. cit., p. 28-30; sobre a rigidez no Governo Francia, ver QUEIRÓZ (op. cit., p. 89).

¹⁵² DORATIOTO, op. cit., p. 25.

máximo era o de capitão; a tropa foi dispersa em pequenas guarnições, preferencialmente nas fronteiras, permanecendo na capital apenas a guarda pessoal do Chefe do Executivo.¹⁵³

Na gestão de Carlos Antonio López, sucessor de Francia, prosseguiu o rigor no trato político. Havia a prática do fuzilamento sumário, motivado muito mais pelo humor instável do Presidente que pela gravidade das infrações. O governo controlava os meios de imprensa, constituídos pelo periódico oficial (o *El Semanario*) e a única “alternativa” (o *Eco del Paraguay*). Estrangeiros eram proibidos de comprar terras no país e ninguém era autorizado a entrar no Paraguai com livros, revistas ou jornais oriundos do exterior.¹⁵⁴

A promiscuidade entre os assuntos de governo e pessoais do Presidente era tamanha que a Família López passou a ser a maior proprietária de terras do país. Essa situação era agravada pelo fato de que, tendo em vista a forte estatização econômica vigente, todo o excedente gerado pela economia passava obrigatoriamente pelas mãos do Estado, a quem cabia distribuí-lo aos diversos setores.¹⁵⁵ Fruto desse panorama “o enriquecimento de toda a família López por meio do controle do Estado era evidente.”¹⁵⁶

Já no governo de Solano López, **o autoritarismo atingiu o clímax** - o poder do Presidente era absoluto.¹⁵⁷ Havia uma ampla rede de informantes por todo o país que vigiava a população, sendo que, o mínimo comentário, considerado contrário ao governo, podia gerar a detenção do suspeito para esclarecimentos. A Igreja foi nacionalizada e os sacerdotes passaram a prestar juramento de obrigação para com o Estado, que tinha primazia em relação ao Vaticano. Ademais, os religiosos deveriam relatar às autoridades qualquer atividade suspeita nas respectivas paróquias e dioceses.¹⁵⁸ Nessa época, o Estado era proprietário de cerca de 90% do território, e de aproximadamente 80% da economia.¹⁵⁹

¹⁵³ LIMA, op. cit., p. 28-30; CAWTHORNE, Nigel. Uma nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2015. p. 33-34.

¹⁵⁴ LIMA, op. cit., p. 31 e 32.

¹⁵⁵ DORATIOTO, op. cit., p. 30; LIMA (op. cit., p. 93) explica que o modelo das Estâncias da Pátria “havia se desvirtuado das propostas originais implantadas no governo de Francia e no qual as linhas entre público e privado, de função social e de interesse da elite governante haviam se tornado difusas”.

¹⁵⁶ LIMA, op. cit., p. 93.

¹⁵⁷ DELGADO, op. cit., p. 29.

¹⁵⁸ DORATIOTO, op. cit., p. 42.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 44.

Abordando especificamente o **Executivo**, inicialmente constata-se que a sua referida **hipertrofia** devia-se muito mais à **centralização do poder nas mãos do presidente**, uma vez que suas **instituições eram frágeis, quando não inexistentes**.

Desse modo, **no campo diplomático**, o governo paraguaio não dispunha de serviços de qualidade, haja vista a ausência de uma classe dirigente comprometida com o país e com capacidade de conceber uma visão ampla (estratégica) dos acontecimentos.¹⁶⁰ Além disso, o corpo diplomático era diminuto. Na região do Prata, principal centro dos interesses paraguaios, havia apenas um cônsul na Cidade de Paraná e agentes comerciais em Buenos Aires e Montevideú. Mesmo na Europa, o Paraguai dispunha de somente um encarregado de negócios junto aos governos britânicos e francês e um representante comercial para Bruxelas e Berlim - este último sequer era paraguaio. O Brasil, por sua vez, tinha em seus quadros diplomatas de qualidade e experientes, dispondo de representações em diversos países europeus e americanos.¹⁶¹

A situação da diplomacia paraguaia terminou por influenciar na qualidade, na oportunidade e, conseqüentemente, na percepção com que as informações chegavam ao governo. Solano López, por exemplo, não conseguia entender corretamente o contexto político que levou à guerra, em boa parte, devido à baixa qualificação de seu corpo diplomático.¹⁶² Essa conjuntura ocasionou decisões inadequadas decorrentes de equívocos graves na interpretação de fatos. Tal situação pode ser percebida quando Solano López considerou que o Paraguai havia alcançado o mesmo nível que Brasil e Argentina, pelo fato de haver sido procurado pelos blancos uruguaios e pelos opositores argentinos para efetuar alianças, em função da invasão de Flores ao Uruguai, ocorrida em abril de 1863. Essa percepção era exclusivamente unilateral, pois estava claro que nem o Império e nem Buenos Aires desejavam compartilhar a hegemonia na região.¹⁶³

Nesse sentido, outro erro consistiu na ilação de que o Brasil, após invadir o Uruguai, anexaria parte desse território e invadiria posteriormente o Paraguai. Conforme amplamente exposto, o Império nunca desejou incorporar o Paraguai, pois

¹⁶⁰ QUEIRÓZ, op. cit., p. 222 e 223.

¹⁶¹ DORATIOTO, op. cit., p. 70; DELGADO (op. cit., p. 31) ratifica a ausência de diplomatas paraguaios em Buenos Aires, Montevideú e Rio de Janeiro; discorrendo ainda sobre a falta de um serviço de inteligência estratégica.

¹⁶² QUEIRÓZ, op. cit., p. 226.

¹⁶³ DORATIOTO, op. cit., p. 70.

essa anexação criaria forte atrito com a Argentina, a qual, por sua vez, até aquele momento, jamais havia abandonado a sua disposição em anexar o território paraguaio.¹⁶⁴ Em suma, Brasil, Argentina e mesmo a Inglaterra não desejavam qualquer alteração no *status quo* vigente na região do Prata, que dependia da manutenção da condição do Paraguai e Uruguai como Estados independentes.

Por fim, face a atuação desastrosa no campo diplomático:

[...] os paraguaios estavam em situação bem mais delicada que os aliados. [Solano] López atraía a oposição do mundo ocidental ao infringir as normas da legislação internacional e ao iniciar uma guerra sem a declaração formal. Se o Paraguai tivesse decidido declarar guerra para defender o Uruguai, provavelmente teria conquistado apoio internacional pelo auxílio a um país com sua soberania ameaçada. Mas, com suas atitudes, Solano López conseguiu com que três vizinhos, sendo dois deles rivais tradicionais, se unissem contra o Paraguai. Em outras circunstâncias, a Grã-Bretanha ou a França poderiam apoiá-lo, mas o tratamento infligido aos cidadãos dos dois países invadidos (Brasil e Argentina), somados à postura adotada em relação aos respectivos embaixadores causaram indignação internacional. (CAWTHORNE, 2015, p. 112).

Outro ponto importante em relação à deficiente estrutura de governo refere-se à **inexistência de um devido processamento das informações em diferentes esferas e sob perspectivas diversas**, com a participação de técnicos, militares, políticos e outros. O processo decisório, face ao autoritarismo do regime, praticamente centrava-se na figura do Presidente, o que aumentava exponencialmente a possibilidade de equívocos.¹⁶⁵

Essa característica era agravada pelo fato dos ocupantes de cargos de destaque no governo, e que poderiam auxiliar com a gestão (seja no assessoramento, ou com uma execução mais eficiente), eram nomeados por critérios extremamente subjetivos; sendo o principal a proximidade com o poder. Dessa forma, a grande maioria desses burocratas não dispunha de qualquer qualificação para o exercício de suas funções; valendo-se de seus cargos para usufruto próprio.

Nesse contexto, Venâncio López, irmão de Solano López, foi nomeado ministro da Guerra e da Marinha; Francisco Sánchez, amigo da família, foi designado para o cargo de vice-presidente; o Coronel Saturnino Bedoya, cunhado de Solano López, assumiu a pasta do Tesouro Nacional¹⁶⁶; já o Padre Manuel

¹⁶⁴ Ibidem, p. 70.

¹⁶⁵ Ibidem, 2002, p. 71.

¹⁶⁶ LIMA, op. cit., p. 94.

Antonio Palacios foi nomeado Bispo somente porque havia sido o único religioso que concordara em batizar o filho de Solano López com Elisa Lynch.¹⁶⁷

A **personalidade de Solano López** exacerbava ainda mais o contexto de autoritarismo vigente. Desde a infância, o futuro presidente do Paraguai demonstrava um temperamento rebelde e muito agressivo.¹⁶⁸ O próprio Carlos López não confiava muito em seu filho mais velho, pois o considerava impulsivo, pouco receptivo ao assessoramento, e com tendência para impor suas opiniões como regra de conduta aos demais. Na opinião do então Presidente, isso era péssimo, na medida em que considerava não haver outra solução para o Paraguai, que não a negociação como forma de solução de conflitos.¹⁶⁹

Na adolescência, Solano López fascinou-se com a figura de Napoleão Bonaparte,¹⁷⁰ que, a partir de então, passou a influenciar sua vida pública.¹⁷¹ Dessa forma, ao assumir o poder, adotou o Segundo Império Francês como modelo para seu governo, embora o Paraguai fosse uma república.¹⁷² Além disso, seu plano era construir o Paraguai Maior, que englobaria o atual Rio Grande do Sul, grande parte de Santa Catarina, porções de São Paulo e do Mato Grosso do Sul, bem como quase todo o Uruguai.¹⁷³

À medida em que foi galgando cargos mais elevados, Solano López era cada vez menos propenso a assessoramentos, reagindo desproporcionalmente quando as opiniões eram contrárias às suas ideias. A reação podia ser ainda mais violenta quando a atitude era interpretada como crítica ao governo. Nesse sentido ocorreram prisões, execuções sumárias, açoites diversos, dentre outros. Além disso, não era incomum que terceiros fossem responsabilizados por erros cometidos pelo Presidente. Tal ambiente inibia iniciativas por parte da pequena elite paraguaia, no sentido de participar das decisões de governo.

No contexto em análise, é pertinente suscitar dúvidas sobre **a capacidade política de Solano López** de conduzir o país, principalmente em uma forma de governo na qual as decisões estão centralizadas na figura do presidente. Sob esse tema, vale recordar que Solano López, embora primogênito, foi preterido

¹⁶⁷ Ibidem, p. 87.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 19-20; CAWTHORNE, op. cit., p. 43.

¹⁶⁹ DELGADO, op. cit., p. 28.

¹⁷⁰ LIMA, op. cit., p. 20; CAWTHORNE, op. cit., p. 44.

¹⁷¹ LIMA, op. cit., p. 23.

¹⁷² Ibidem, p. 95.

¹⁷³ QUEIROZ, op. cit., p. 288.

inicialmente na sucessão do poder. A primeira opção de Carlos López era seu caçula, Benigno López, que havia estudado por dois anos na Escola Naval da Marinha brasileira, possuía ascendência cultural, mesmo entre a diminuta elite local, e era dotado de ideias liberais.¹⁷⁴ Assim sendo, era considerado pelo pai “mais ponderado e mais identificado com sua forma de governar, que o impulsivo primogênito.”¹⁷⁵

Solano López, ao contrário de seu irmão, não havia estudado fora do país e tampouco dispunha de cultura acima da média. De acordo com Charles Washburn (embaixador norte-americano no Paraguai entre 1861-1868), tinha escassos conhecimentos de história, não demonstrava gosto pela música, arte e literatura, e suas noções de política embasavam-se nas teorias de Francia.¹⁷⁶ Sua única experiência no exterior decorreu de uma estada na Inglaterra e França em 1854, na condição de ministro plenipotenciário para a compra de armamentos e realização de contratos comerciais. Nessa época, conheceu Elisabeth Alicia Lynch, que, a partir de então tornou-se sua companheira.

As décadas de repressão política também resultaram em uma **sociedade alheia às questões políticas**. A atividade política era restrita a uma pequena elite, a qual dificilmente opinava-se, ou sequer opinava junto ao presidente. Os jornais do país estavam sob controle do governo, o que impedia qualquer iniciativa, seja em relação a debates sobre a situação política do país, ou em relação a manter a população esclarecida sobre os acontecimentos. Nesse ambiente, **a opinião pública era irrelevante**, pelo fato de simplesmente inexistir.¹⁷⁷ Por outro lado, o excessivo autoritarismo de Solano López terminou por fomentar na diminuta burguesia paraguaia o desejo de que o país entrasse em guerra. Afinal era uma forma de acabar com aquele governo opressor e violento.¹⁷⁸

Conforme abordado anteriormente, o **Poder Legislativo não tinha caráter permanente**, uma vez que o Congresso somente se reunia quando era convocado pelo executivo - entenda-se o presidente. Além disso, **não havia participação popular** nesse poder, pois os congressistas eram escolhidos dentre a elite

¹⁷⁴ DORATIOTO, op. cit., p. 40; LIMA (op. cit., p. 21) também corrobora as informações acerca da formação militar de Angel Benigno, de suas tendências liberais, bem como de sua intelectualidade acima da média.

¹⁷⁵ LIMA, op. cit., p. 85.

¹⁷⁶ CAWTHORNE, op. cit., p.44.

¹⁷⁷ DORATIOTO, op. cit., p. 71.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 62.

paraguaia. Ao longo do tempo, com o recrudescimento político, as oportunidades de reunião, basicamente, **destinavam-se a ratificar decisões presidenciais**¹⁷⁹, **sendo que qualquer tentativa de oposição por parte dos congressistas era veementemente coibida; o que terminou por subordinar o legislativo ao executivo.**

Nesse diapasão, em 1842, um Congresso Extraordinário proclamou solenemente a independência, como parte da estratégia de Carlos López de fortalecer politicamente o país no exterior.¹⁸⁰ No ano de 1844, novo Congresso criou o cargo de presidente, elegendo Carlos López para ocupar a função. Nova convocação em 1856 resultou em deliberação, na qual o Congresso ratificou duas decisões de Carlos López: a primeira referia-se à redução do limite de idade para ocupação do cargo de presidente, sendo que a segunda facultava ao presidente a indicação de seu sucessor.

Ainda nesse sentido, em 16 de outubro de 1862, o Congresso se reuniu para a decidir sobre a Chefia do Executivo, até então ocupada em caráter provisório por Solano López, na qualidade de vice-presidente. Havia um único candidato – o próprio Solano López. Nessa oportunidade, uma situação atípica ocorreu, pois se tentou um debate político acerca da legitimidade da passagem de poder de pai para filho, conforme ação movida pelo deputado José María Varela.¹⁸¹

Na verdade, alguns membros da diminuta elite política tentaram impedir que Solano López assumisse o poder e, ao mesmo tempo, buscavam a criação de uma constituição. Entretanto, após forte pressão interna da casa, o autor terminou por retirar a moção de oposição. No prosseguimento, Solano López foi eleito, por unanimidade, para um mandato de dez anos.¹⁸² Os opositores, por sua vez, foram presos e condenados à prisão por conspirarem contra o Estado e por tentarem promover uma revolução. Solano López ainda determinou o confinamento de seu irmão Benigno López no interior do país, alegando que suas ideias liberais haviam influenciados os congressistas.¹⁸³

Também vale exemplificar que, em 5 de março de 1865, o Congresso se reuniu por determinação do Presidente, que desejava oficializar a autorização para

¹⁷⁹ Ibidem, p. 26.

¹⁸⁰ Ibidem, p. 26.

¹⁸¹ Ibidem, p. 41; LIMA, op. cit., p. 88; DELGADO, op. cit., p. 29.

¹⁸² DORATIOTO, op. cit., p. 41; LIMA, op. cit., p. 88; DELGADO, op. cit., p. 29.

¹⁸³ DORATIOTO, op. cit., p. 41 e 42; em relação às prisões e julgamentos, ver LIMA (op. cit., p. 89); sobre o exílio de Benigno López, ver LIMA (op. cit., p. 92).

fazer guerra contra o Brasil (que, na prática já se encontrava em curso) e contra a Argentina. Os congressistas, antes de se dirigirem à sessão, eram orientados a se reunirem com um dos ministros do governo em seus respectivos gabinetes, com o objetivo de receberem instruções sobre o assunto a ser debatido. Logicamente, por ocasião da votação, todas as demandas de Solano López foram atendidas; inclusive, por iniciativa do legislativo, o Chefe do Executivo foi promovido a marechal, além de ter seu soldo aumentado.¹⁸⁴

Por outro lado, na ausência de um poder legislativo atuante, as decisões do executivo não eram sequer debatidas. **Não existiam partidos políticos.** As iniciativas de lei partiam do executivo, que, como visto, centrava-se na figura do Presidente; cabendo ao Congresso tão somente ratificá-las. Essa conjuntura somada à deficiente estrutura no executivo **agravava a centralização excessiva de todas as decisões nas mãos do presidente.**

A **inexistência de uma Constituição**¹⁸⁵ estabelecendo limites entre os poderes, direitos individuais, bem como outros mecanismos típicos de uma república era outro fator que favorecia o autoritarismo no país. Alguns autores, como Cardozo (2011, p 72) defendem que a Lei de Administração Política da República, aprovada pelo Congresso em 1844, tratava-se de uma constituição. Contudo, esse mesmo autor concorda que, ainda assim, essa carta magna era “nada parecida às vigentes em outros países do continente” pois “salvo a liberdade perante a lei e o direito de queixa, nenhuma outra liberdade foi reconhecida para a cidadania”.¹⁸⁶ (a tradução é nossa)

O poder **judiciário** destinava-se praticamente a dar ares de legalidade às arbitrariedades decididas pelo Presidente. Os juízes, na prática, não possuíam liberdade para decidir. Essa situação era agravada pela ausência de um ordenamento jurídico robusto, em particular de uma constituição. A subordinação do judiciário ao executivo se tornou ainda mais marcante no governo de Solano López.

O trecho a seguir apresenta uma apreciação bem sucinta, porém bastante pertinente acerca do autoritarismo do regime e suas consequências para a política do país:

¹⁸⁴ DELGADO, op. cit., p. 62 e 63.

¹⁸⁵ DORATIOTO, op. cit., p. 26.

¹⁸⁶ LIMA (op. cit., p. 31) também se refere à normativa como Lei de Administração Pública e não como uma constituição.

O despotismo deixa o Paraguai com uma percepção muito equivocada de seu poder nacional, uma notória incapacidade para compreender o mundo além de suas fronteiras e uma preocupante carência de instituições republicanas e de opinião pública. (SIMÓN GUGGIARI, 1995 apud DELGADO).

3.1.2 Conclusão Parcial

Inicialmente, verificou-se que **a conjuntura geopolítica analisada apresentou algumas questões que influenciaram a política paraguaia**. Uma delas foi a busca pelo livre acesso ao mar, sem ingerência externa, em particular de Buenos Aires. A outra seria o fato da Argentina considerar a região do atual Paraguai como parte de seu território, mesmo depois do processo de independência política dos países dessa região. Também havia problemas relativos à indefinição de fronteiras entre o Paraguai e seus vizinhos, em particular com o Brasil e a Argentina. Por fim, a discordância entre os governos paraguaio e brasileiro, em relação à livre navegação no Rio Paraguai.

Entretanto, até a assunção de Francisco Solano López ao poder, o Paraguai optou pela via diplomática para a solução das divergências. Outro ponto bastante importante nesse panorama, foi que justamente durante o governo de Solano López venceram os acordos firmados em 1856 e que evitaram, até aquele momento, conflitos sobre as discussões envolvendo limites.

Já o exame dos **condicionantes históricos, no período compreendido entre a independência do Paraguai e o início do Governo Solano López, permitiu inferir que a hegemonia política na região era compartilhada entre Brasil e Argentina**. Contudo, por um lado, **o Império desejava o prosseguimento do *status quo***. Para tanto, era fundamental a livre navegação no Prata, bem como a manutenção da independência do Paraguai e do Uruguai. Enquanto isso, **a Argentina prosseguia com o intento de anexar os territórios uruguaios e paraguaios** - o que desequilibraria o equilíbrio de poder em favor dos argentinos.

Nesse contexto, **a percepção de Carlos López de que o Brasil atuaria contra a independência paraguaia**, isoladamente ou em conluio com a Argentina, **se mostrou totalmente equivocada**. De qualquer forma, ainda que de posse de uma visão distorcida da realidade, **esse governante não empregou a força para resolver essa questão**, até mesmo porque, acertadamente, tinha noção das debilidades de seu país.

A análise da **política externa** paraguaia implementada por Solano López permitiu inferir que, **no período pré-guerra, o governo paraguaio** alterou sua postura externa e **passou a tentar influir nas questões políticas do Prata. Essa mudança de atitude resultou de uma perspectiva infundada, por parte de Solano López**, em relação ao equilíbrio de poder na região, no sentido de que **o Paraguai havia alcançado o mesmo patamar político que Brasil e Argentina**. Assim sendo, **o Paraguai atuou para robustecer sua posição, mediante alianças com o Uruguai e com os opositoristas argentinos**.

Entretanto, **os governos brasileiro e argentino não comungavam dessa perspectiva**. Pelo contrário, para esses países o compartilhamento da hegemonia permanecia restrito a ambos. Válido destacar que a Inglaterra também enxergava a situação sob essa ótica. Além disso, **as alianças estabelecidas pelo Paraguai contrariavam os interesses de Brasil e Argentina**.

De qualquer forma, **com base em uma percepção equivocada, aliada a uma subestimação também errônea dos seus oponentes, Solano López decidiu empregar a força para alcançar seus objetivos**, ao invés de prosseguir com o emprego da diplomacia, que vinha caracterizando o relacionamento externo paraguaio.

Fugindo um pouco ao escopo do trabalho, foi realizada a análise da **política externa do pós-guerra do país**, com o intuito de confirmar algumas conclusões. O estudo realizado permitiu concluir que **o Brasil, após o conflito**, tinha amplas condições de incorporar o território paraguaio. Entretanto, **optou por atuar na manutenção da independência desse país**, inclusive se opondo às patentes pretensões argentinas. Dessa forma, ficou ratificado o entendimento de que **Solano López estava equivocado ao considerar que, em 1864, o Império tinha intenção de anexar o Paraguai**.

Depois, passou-se à **análise da política interna** do país. Em um primeiro momento, verificou-se a **forma de governo**, sendo constatada a **fragilidade das instituições e mecanismos que caracterizam uma república**. Não havia qualquer participação popular na eleição do chefe do executivo. Apenas em 1844 foi criado o cargo de presidente, até então somente no período da gestão de Francia houve um único chefe do executivo – uma vez que, nos demais períodos, dois ou três pessoas compartilhavam esse cargo. Mesmo quando havia uma única pessoa chefiando o executivo, na prática, não havia limite de mandato. Por fim, o presidente poderia

escolher seu sucessor, o que terminou por implicar em sucessão de poder entre membros da mesma família.

Depois de constatada a debilidade do regime republicano, passou-se a discorrer sobre o autoritarismo. Nesse sentido, foi verificado que **os seguidos regimes autoritários terminaram por gerar um Estado não estruturado, composto por um executivo hipertrofiado, um legislativo quase inexistente e um judiciário subserviente ao governante**. As instituições públicas eram acanhadas e ineficientes, e, em muitas áreas, ausentes. A falta de estruturação dos serviços públicos se refletia em todos os níveis e setores.

Também se constatou que tendo em vista a ausência de mecanismos e instituições típicas de um sistema republicano, bem como o autoritarismo, havia uma **grande concentração de poder nas mãos do Presidente**, principalmente no concernente a decisões de vulto. A situação era agravada pela **ausência de estruturação na máquina do governo**, mesmo em relação ao hipertrofiado executivo; o que resultou na **inexistência de um processo decisório** a nível estatal, englobando diversos níveis e esferas, principalmente a diplomática. Por fim, havia a **personalidade de Solano López**, que avocava para si as decisões, ignorando ou, muitas vezes, nem consultando os poucos assessores dispostos a opinar.

O panorama acima, aliado à truculência do regime, resultou no **alheamento da sociedade**, e, portanto, na **inexistência de uma opinião pública** que debatesse os temas afetos ao país. A população sequer tomava parte no legislativo, pois não havia mecanismos para tal. E, mesmo se isso fosse possível, quase não haveria resultado prático; pois, além da **ausência de uma constituição** regulando a organização do Estado, o Congresso destinava-se basicamente a ratificar as decisões presidenciais. Em suma, **não havia oposição no país**.

Nesse contexto, **a formulação de perspectivas e, principalmente, a qualidade das decisões passou a depender exclusivamente da capacidade política do governante**. No caso de Solano López, havia uma tendência, infundada, de superestimar as potencialidades paraguaias, e, ao mesmo tempo, subestimar o poder de seus adversários. Some-se a esse traço sua inexperiência, seja devido a sua idade, ou a sua pouca vivência política e militar. Destarte, as possibilidades de equívoco eram enormes.

Essa dinâmica explica as percepções e decisões equivocadas de Solano López, em relação à política externa do Prata. Primeiro, ao decidir que o Paraguai deveria passar a interferir na política da região. Depois, ao considerar que seu país havia alcançado o mesmo patamar político que Brasil e Argentina. E, por fim, ao inferir que o Império intencionava anexar o Paraguai, após intervir no Uruguai. Com base principalmente nessa sequência de erros, Solano López decidiu empregar a força contra o Brasil.

Em verdade, **a dinâmica política do Prata não havia se alterado**. Brasil e Argentina dividiam a hegemonia da região, e não desejavam estender essa situação a terceiros. Buenos Aires mantinha a intenção (ainda que não declarada abertamente) de anexar o Paraguai e o Uruguai, mas não dispunha de liberdade de ação para tal; uma vez que, além de enfrentar problemas internos (ocasionados pelos opositores à federação), teria de enfrentar a oposição do Império e da Inglaterra. O Brasil desejava a manutenção do *status quo* (com Paraguai e Uruguai independentes) e, para tanto, era fundamental a livre navegação na região.

Destaque-se que Carlos López também compartilhava a percepção de que o Brasil tinha intenção de ameaçar a independência do Paraguai. Entretanto, recuou por duas vezes quando percebeu que a situação poderia escalar para um conflito armado com o Império. Ademais, quando buscou robustecer seu país militarmente, o fez de forma defensiva. Por fim, aconselhou seu sucessor, Solano López, a não empregar a força para a solução dos problemas da nação, principalmente contra o Império.

Assim, não havia embasamento, pelo menos sob o ponto de vista da expressão política do Poder Nacional, para que Solano López deixasse de lidar com os problemas do Paraguai por intermédio da diplomacia, conforme vinha ocorrendo há décadas, e optasse pelo emprego da força.

3.2 EXPRESSÃO ECONÔMICA

3.2.1 Análise da Expressão Econômica

A economia à época da independência do Paraguai refletia o isolacionismo geográfico, bem como o posicionamento periférico do país na política da região; sendo, portanto, de caráter agropecuário, voltada para o público interno e com

pouco contato com o exterior. A partir de então, **o regime político autoritário vigente no país passou a influenciar a atividade econômica**, especialmente por intermédio de uma **crescente participação do Estado**. Esse panorama terminou por incrementar ou atenuar as características em tela, conforme a política estabelecida pelo governante.

Durante a **gestão de Francia**, vigorava uma **forte política isolacionista**, como forma de consolidação da independência e do próprio governo. Dessa forma, foram adotadas diversas medidas que tinham por objetivo o fortalecimento do poder central e que resultaram em **aumento da intervenção estatal** nos diversos setores da economia.

Nesse contexto, as terras da elite tradicional foram confiscadas pelo Estado, sendo estabelecidas as *Estancias de La Patria*. Tais propriedades eram estabelecimentos de posse estatal, que eram arrendadas a camponeses ou exploradas pelo próprio governo, por intermédio também de mão-de-obra negra ou de prisioneiros.¹⁸⁷ Ademais, foi incentivada junto à população a produção agropecuária de subsistência, como forma de garantir o sustento interno das famílias e de reduzir a dependência externa.¹⁸⁸ Destarte, o comércio externo continuou acanhado, ocorrendo basicamente pelo porto de Villa del Pilar, com a Província Argentina de Corrientes, e pelo entreposto de Villa de Itapúa, com o Brasil. Os produtos mais significativos do país eram erva-mate, madeira e tabaco, sendo **todas as atividades econômicas reguladas e monopolizadas pelo Estado**.¹⁸⁹

A partir do governo de **Carlos López**, houve um **rompimento com o isolacionismo** e o Paraguai passou a tomar parte na política da região. Para tanto, também era necessária maior inserção da economia local no mercado platino e exterior. Assim, foram firmados tratados de livre navegação e comércio com a Província de Corrientes e com o Império. Entretanto, a participação efetiva da **economia paraguaia prescindia de modernização**.¹⁹⁰

O problema era que, tendo em vista a atuação de Francia face às elites, particularmente em relação ao confisco de terras, não havia qualquer possibilidade de atuação da iniciativa privada, seja pela **ausência de capital** ou mesmo pela

¹⁸⁷ DORATIOTO, op. cit., p. 25.

¹⁸⁸ LIMA, op. cit., p. 28-30.

¹⁸⁹ DORATIOTO, op. cit., p. 25; QUEIRÓZ (op. cit., p. 51) aborda a questão do controle estatal sobre a economia na gestão de Francia.

¹⁹⁰ DORATIOTO, op. cit., p. 26.

inexistência de uma classe social para tal fim. Assim, coube o Estado, sob um novo viés, assumir o protagonismo junto à economia. Essa conjuntura contribuiu sobremaneira para a **monopolização econômica estatal**. A partir de então, a economia obteve **relativa expansão, sempre embasada na exportação de produtos agropecuários**.¹⁹¹

Um dos problemas do Paraguai era o acesso ao mar, mediante o Rio Paraná. Buenos Aires criava constantes entraves à navegação nesse corredor, como forma de desestabilizar a autonomia guarani¹⁹² – o que favorecia as pretensões argentinas de anexação do território paraguaio.

Contudo, a partir de 1854, ocorreu a cisão política argentina, materializada pela coexistência da Confederação e do Estado de Buenos Aires. Essa situação favoreceu os paraguaios, pois ambos os Entes Argentinos concordaram com o livre trânsito na Bacia do Prata, com o intuito de angariar apoio para a respectiva causa. A conjuntura exposta trouxe mais **estabilidade ao crescimento da economia paraguaia**, que, saliente-se, dependia fortemente da exportação de produtos primários.¹⁹³ Dessa forma, em 1860, mais de 86 toneladas de erva-mate, o principal produto de exportação guarani, chegaram a ser vendidas na capital argentina. Entretanto, **qualquer ameaça à livre navegação no Rio Paraná asfixiaria a economia paraguaia**.¹⁹⁴

A abertura da economia possibilitou o **ingresso de capital estrangeiro** na economia local. Contudo, ao invés de serem empregados em melhorias na infraestrutura do país,¹⁹⁵ esses aportes basicamente eram **revertidos em um projeto de modernização militar, mediante importação de armamentos, bens de capital e técnicos**. Esse processo fazia parte da estratégia de Carlos López, no sentido de fortalecimento do país e maior participação na política do Prata.¹⁹⁶

Nesse contexto, o Paraguai passou a importar armamentos e enviar nacionais para serem treinados no exterior no uso desses equipamentos. Também

¹⁹¹ DORATIOTO, op. cit., p. 26; LIMA (op. cit., p. 81) ratifica a que o Estado centralizava a maior parte das riquezas.

¹⁹² DORATIOTO, op. cit., p. 26.

¹⁹³ Ibidem, p. 29.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 30.

¹⁹⁵ DELGADO, op. cit., p. 30.

¹⁹⁶ DORATIOTO, op. cit., p. 29; LIMA (op. cit., p. 35) confirma a existência de um processo de modernização no Paraguai àquela época, embora não se refira tacitamente ao viés militar. Todavia, o tipo de material adquirido, permite seguramente inferir acerca de uma vertente militar do aludido processo.

foram recrutados técnicos europeus – em um total de 250 profissionais, sendo 200 ingleses, entre 1850 e 1870. Todas essas atividades foram intermediadas pela firma britânica Blyth & Co, uma das mais avançadas empresas de tecnologia do mundo à época.¹⁹⁷

Essa dinâmica terminou por ocasionar **extrema dependência do Paraguai em relação à Inglaterra**; uma vez que os principais projetos de infraestrutura do país, a maioria de cunho militar, dependiam de bens de capital e técnicos ingleses.¹⁹⁸ Nesse sentido, cabe mencionar a construção do primeiro trecho ferroviário do país, iniciado em 1857, a cargo do inglês George Paddison, chefiando uma equipe de engenheiros britânicos, e cujos insumos (equipamentos, dormentes e maquinário) foram importados com a mediação da Blyth & Co.¹⁹⁹ Outro importante projeto que também se encaixa nesse modelo foi o da metalúrgica de Ibicuy, cujo estabelecimento embasou-se totalmente em capital, material e assessoria técnica ingleses.²⁰⁰ Em 1865, cerca de 75% das importações do país eram oriundas dos mercados ingleses. Esses produtos necessariamente passavam por Buenos Aires, embora todas as operações fossem controladas pelos britânicos.²⁰¹

Outra questão crucial, refere-se ao fato de que todo **o excedente de capital ingressava na economia por intermédio do Estado, que realizava essa distribuição conforme sua conveniência**. Em 1860, o governo, embora recebesse cerca de 12 centésimos de libra por quilo de erva-mate exportada, pagava quase 1 libra e setenta centésimos (15 vezes mais) pela mesma quantia aos poucos permissionários existentes no país. Por outro lado, os camponeses que trabalhavam na lavoura, seja diretamente para o Estado ou não, recebiam apenas 1 centésimo de libra para cada arroba (14,7 kg) de erva-mate produzida – isso representava mais de 1.600 vezes menos que o governo arrecadava por quilo. Logicamente, **o Estado era quem mais se beneficiava da situação, visto que era o maior proprietário de terras do país**.²⁰²

A ingerência do Estado na economia ocasionava distorções na priorização da pauta de obras de infraestrutura e no destino dos

¹⁹⁷ DORATIOTO, op. cit., p. 29 e 30; LIMA (op. cit., p. 35) ratifica essas informações; acrescento, ainda que na ocasião foi adquirida a embarcação de guerra Tacuari.

¹⁹⁸ DORATIOTO, op. cit., p. 30.

¹⁹⁹ LIMA, op. cit., p. 79.

²⁰⁰ Ibidem, p. 80.

²⁰¹ DORATIOTO, op. cit., p. 30; QUEIRÓZ, op. cit., p. 307.

²⁰² DORATIOTO, op. cit., p. 30; LIMA (op. cit., p. 81) argumenta que o lucro para o Estado era 2500 vezes maior.

investimentos, uma vez que tais decisões se embasavam basicamente na vontade do Chefe do Executivo, o qual, via de regra, não se valia de especialistas para tal. Dessa forma, em diversas ocasiões, as iniciativas contribuíam muito mais para exacerbar o ufanismo ao regime, do que propriamente para o desenvolvimento do local. Como exemplo, vale mencionar que o primeiro trecho de ferrovia do país tinha somente oito quilômetros, e ligava Assunção ao vilarejo de Trinidad, onde havia uma propriedade do Presidente – trazendo, portanto, pouco retorno ao país.²⁰³ Nesse sentido, também é pertinente citar a iniciativa de estabelecer uma siderúrgica em Ibicuy. Todavia, devido às limitações das instalações e a distância dos principais centros urbanos do país, esse empreendimento tinha grandes dificuldades em manter um fornecimento regular – cujo principal destino era o emprego militar.²⁰⁴

À época de Solano López foi atingido o **ápice do intervencionismo estatal na economia** - o Congresso de 5 de março de 1865 chegou a decretar que os bens privados do Presidente e a Fazenda Nacional eram únicos.²⁰⁵ O governo era proprietário de 90% das terras - isso em uma economia eminentemente agropecuária. Ademais, o Estado controlava cerca de 80% do comércio.²⁰⁶ O mercado consumidor interno era irrelevante, pela falta de poder aquisitivo da população. A abertura da economia às importações inibia qualquer iniciativa de produção comercial e industrial local.²⁰⁷ **A manutenção do desenvolvimento do país estava condicionada ao incremento das exportações agropecuárias, única fonte de divisas do país.**²⁰⁸

Com a **mobilização militar**, iniciada em 1862, no fim do governo Carlos López e aprofundada por Solano López, o Paraguai passou a **depende ainda mais de aporte de recursos**, necessários para aquisição de maquinaria, armamento e material defensivo. Entretanto, o preço da erva mate, principal produto de exportação do país estava muito baixo, devido ao excesso de oferta. A saída engendrada foi a de **ampliar a exportação, a partir da erva mate produzida nos territórios brasileiros**, que eram reivindicados pelo Paraguai.²⁰⁹

²⁰³ LIMA, op. cit., p. 79 e 80.

²⁰⁴ QUEIROZ, op. cit., p. 214.

²⁰⁵ DELGADO, op. cit., p. 63.

²⁰⁶ DORATIOTO, op. cit., p. 44.

²⁰⁷ Ibidem, p. 87.

²⁰⁸ Ibidem, p. 44.

²⁰⁹ Ibidem, p. 39 e 44.

A **falta de investimentos na infraestrutura interna** terminou por gerar um país atrasado, que, em 1870, quase não tinha estradas, e dispunha de poucos núcleos urbanos, os quais eram cercados de vegetação cerrada. Mesmo em Assunção essa situação se repetia e onças eram avistadas a poucos quilômetros do centro.²¹⁰ Durante a guerra, uma das grandes dificuldades dos aliados foi a inexistência de mapas do país, bem como a ausência de registros de população, de recursos e outros; conjuntura essa decorrente da **ausência de uma burocracia estatal adequada** que confeccionasse tal documentação.²¹¹

A tabela a seguir materializa em números a economia dos países envolvidos no conflito:

País	Comércio Exterior em Libras Esterlinas (1860)	Arrecadação de Impostos em Libras Esterlinas (fins 1864)
Paraguai	560.392	314.420
Argentina	8.951.621	1.710.324
Brasil	23.739.898	4.392.226
Uruguai	3.607.711	870.714

Quadro 3 - Comércio Exterior e Arrecadação de Impostos dos Países Platinos

Fonte: DORATIOTO (2002, p. 91); DELGADO (2012, p. 73).

Os dados acima indicam que, em 1860, a **arrecadação com comércio exterior do Paraguai** era quase 6,5 vezes menor que a uruguaia, quase 16 vezes menor que a argentina e mais de 42 vezes menor que a brasileira. Situação semelhante também é constatada em relação à **capacidade de arrecadação de impostos**. Em relação a esse item a economia paraguaia (no ano de 1864) era cerca 2,7 vezes menor que a uruguaia, quase 5,5 vezes menor que a argentina e quase 14 vezes menor que a brasileira.

Válido destacar que no final do século XIX, os conflitos tinham longa duração, medida em anos. Nesse contexto **a robustez da economia era fundamental para propiciar a sustentação do esforço de guerra**.²¹² Assim sendo, as informações contidas no quadro anterior permitem inferir que as economias dos países aliados, em especial as de Brasil e Argentina, dispunham de muito maior capacidade de suportar um conflito. No caso do Brasil, por exemplo, os gastos com a guerra alcançaram cerca de 614 mil contos de réis - o que equivale a pouco mais

²¹⁰ Ibidem, p. 457.

²¹¹ Ibidem, p. 476.

²¹² DELGADO (op. cit., p. 30) explica que o Brasil, em fins de 1864, tinha um exército de apenas 18 mil homens; contudo dispunha de riqueza suficiente para armar, equipar e remunerar um efetivo muito superior.

de 52 milhões de libras esterlinas. Essa quantia equivalia a onze anos de orçamento do país, com base nos dados de 1864.²¹³

Outra questão econômica relevante refere-se à **capacidade de auferir financiamento externo**, seja no período pré-guerra ou durante o conflito. Os investidores externos consideravam as operações financeiras no Paraguai como de risco, devido ao isolamento geográfico do país, a sua situação política interna autoritária e a sua diminuta estatura econômica. Nesse contexto, o governo paraguaio encontrava muita dificuldade para obter empréstimos. Observada a mesma lógica, o Brasil não tinha dificuldades em obter os aportes estrangeiros que necessitava²¹⁴ - os quais alcançaram a cifra de 49 mil contos de réis, durante toda a guerra.²¹⁵

Já a Inglaterra, no período imediatamente anterior à guerra, foi o país que mais se beneficiou da mobilização militar paraguaia, ao receber grande parte do capital oriundo do Paraguai, uma vez que o material e os técnicos importados eram, em sua maioria, ingleses.²¹⁶ Essa situação foi alterada com o início do conflito na região, haja vista que o bloqueio do Rio Paraná isolou o Paraguai, **interrompendo qualquer possibilidade de comércio**; o que terminou por afetar os lucros britânicos auferidos com as importações paraguaias. Enquanto isso, os países aliados (Brasil, Argentina e Uruguai) tinham capacidade de prosseguir com os respectivos comércios exterior, tendo em vista disporem de acesso direto ao mar.

3.2.2 Conclusão Parcial

A análise realizada verificou que o regime político autoritário vigente no país terminou por gerar um crescente **intervencionismo estatal na economia**, que atingiu seu ápice no Governo de Solano López. Por outro lado, a abertura da economia, a partir da gestão de Carlos López, propiciou desenvolvimento

²¹³ DORATIOTO, op. cit., p. 461 e 462. Para a conversão para libra esterlina foi empregado o câmbio corrente do ano de 1870, conforme pesquisa de MOURA FILHO, Heitor. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). Cadernos de História. n. 11. Jan. 2009. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/214823703_Cambio_de_longo_prazo_do_milreis_uma_abordagem_empirica_referente_as_taxas_contra_a_libra_esterlina_e_o_dolar_1795-1913>. Acesso em 24 abr 2019. p. 33

²¹⁴ DORATIOTO, op. cit., p. 91 e 92.

²¹⁵ Ibidem, p. 462.

²¹⁶ Ibidem, p 88.

econômico, mediante o ingresso de capital estrangeiro, principalmente inglês, em decorrência da exportação de produtos agropecuários.

Essa conjuntura terminou por ocasionar diversas consequências para a economia local. Uma delas era a **grande dependência em relação ao governo**, que, por sua vez, era quem manejava praticamente todos os recursos financeiros; auferindo grandes lucros com isso.

Além disso, constatou-se uma quase ausência de iniciativas privadas de produção comercial e industrial, seja pela concorrência desigual gerada pelos produtos importados, pelo baixo poder aquisitivo da população, ou pela inexistência de investimentos privados. Dessa forma, o Paraguai não produzia itens básicos, importando praticamente todas as suas necessidades. **Assim sendo, qualquer interrupção desse fluxo, afetaria a rotina do país; prejudicando o esforço de guerra.**

Ainda, **havia a necessidade de incremento das exportações para o prosseguimento do desenvolvimento econômico.** Contudo, esse acréscimo somente era possível mediante o aumento da área cultivada e, conseqüentemente, do incremento de recursos humanos para trabalhar na lavoura; uma vez que somente o emprego das técnicas de produção (que eram muito arcaicas) dificilmente resultaria em maior produtividade. Impende salientar que, **em caso de conflito, essa necessidade se acentuava, tendo em vista as despesas extras.**

Nesse ambiente, **o esforço de guerra se mostrava duplamente prejudicial**, ao desviar mão-de-obra da lavoura para a frente de combate. Primeiro, porque prejudicava a obtenção de produtos exportáveis, **impactando negativamente a economia.** Depois, porque dificultava a agricultura de subsistência, responsável pela **alimentação da população local e dos efetivos militares.**

Ademais, ainda se verificou que os recursos oriundos da exportação eram revertidos, em grande parte, para um projeto de modernização militar, mediante a importação de armamento, equipamento e técnicos, principalmente ingleses. Inclusive, os britânicos também intermediavam e controlavam essas operações comerciais. Essa situação implicou em **grande dependência econômica do Paraguai em relação à Inglaterra.**

Vale destacar que **toda a economia paraguaia dependia do Rio Paraná para se ligar ao exterior.** Assim, qualquer ameaça ao trânsito nessa hidrovia, traria

diversas repercussões negativas. Primeiro, estancaria as atividades comerciais paraguaias. Dessa forma, não haveria ingresso de recursos e bens no país. Além disso, o país não teria como receber material militar. Também seriam afetadas as necessidades básicas da população, pois quase tudo era importado. Saliente-se que, **em caso de conflito, tanto o Brasil, quanto a Argentina teriam plenas condições de realizar esse bloqueio.**

Por outro lado, a **falta de investimentos na infraestrutura interna** terminou por gerar um **país atrasado**, que, em 1870, quase não tinha estradas, não era cartografado e dispunha de poucos núcleos urbanos. Para agravar a situação, devido às distorções decorrentes da grande intervenção do Estado na economia, foram cometidos **equívocos na priorização das poucas iniciativas estruturais, bem como em relação ao destino dos parques investimentos.**

Também foi constatada a enorme disparidade entre o tamanho da economia dos países envolvidos. **Importa explicar que, ao longo do desenrolar de um conflito, a robustez da economia é fundamental para propiciar a sustentação do esforço de guerra.** Essa característica avultava de importância no Século XIX, tendo em vista a longa duração dos conflitos, que geralmente duravam anos.

No que se refere à **arrecadação com o comércio exterior**, o Paraguai recolhia quase 65 vezes menos que a soma da arrecadação de Uruguai, Brasil e Argentina. O outro item analisado foi a **capacidade de arrecadação de impostos**, que, no caso do Paraguai era cerca de 22 vezes menor que a soma dos países aliados. Destaque-se que, com o bloqueio do Rio Paraná, **o governo paraguaio passou a dispor apenas dos recursos oriundos dos impostos. Enquanto isso, os demais países prosseguiram em situação de normalidade.**

Por fim, foi verificado que, devido às peculiaridades da economia paraguaia, os investimentos naquele país eram considerados de risco. Por isso, o governo paraguaio encontrava muita dificuldade em auferir **financiamento externo**. Essa situação se agravou durante o conflito, dada a dificuldade de acesso do Paraguai com o exterior. Por outro lado, o Brasil não tinha dificuldades em obter os financiamentos que necessitava.

O analisado permite concluir que a expressão econômica do Poder Nacional do Paraguai não oferecia respaldo para que o país deflagrasse o conflito contra Brasil, Argentina e Uruguai.

3.3 EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL

3.3.1 Análise da Expressão Psicossocial

De acordo com o censo oficial de 1857, o Paraguai teria 1.337.439 habitantes naquele ano.²¹⁷ Tal dado é contestado por diversos estudiosos do assunto. E, realmente, as características autoritárias do regime permitem inferir a possibilidade de manipulação de dados, com o intuito de apresentar uma realidade favorável ao governo; a qual, provavelmente, encontraria aceitação junto à sociedade, seja pelo alheamento decorrente do isolacionismo, ou ainda pelo temor às represálias em vista de um eventual questionamento desses números. Nesse contexto, vale ainda mencionar a ineficiência dos órgãos públicos, que pode haver contribuído para a apresentação de um levantamento irreal.

Por outro lado, durante estada no Paraguai, em 1869, o diplomata inglês, Sir Richard Francis Burton, estimou que a população paraguaia, ao início da guerra, alcançava, na melhor hipótese, entre 400 mil e 450 mil pessoas. Desse efetivo, 110 mil teriam entre quinze e cinquenta anos, e, portanto, poderiam ser empregados na frente de combate.²¹⁸

Um estudo da historiadora norte-americana Vera Blinn Reber, publicado em 1988, buscou comprovar a impossibilidade científica de que a população guarani fosse de cerca de 1,3 milhão de habitantes em 1857. A pesquisadora argumentou que, para tanto, haveria necessidade de crescimento demográfico na casa de 17% ao ano durante 11 anos seguidos, uma vez que o censo oficial de 1846 concluía que a população do país era de 250 mil habitantes.²¹⁹ Ao fim, Reuber, empregando índices de crescimento demográfico julgados compatíveis com o período, concluiu que o Paraguai, no início do conflito, tinha entre 285.715 e 318.144 habitantes.²²⁰

Porém, em 1999, os historiadores Thomas L. Whingham e Barbara Potthast, conduziram novo estudo sobre tema, estabelecendo que o Paraguai tinha entre 420 mil e 450 mil habitantes, por ocasião do início da guerra.²²¹ Esses números estão

²¹⁷ DORATIOTO, op. cit., p. 456.

²¹⁸ Ibidem, p. 456.

²¹⁹ Ibidem, p. 456.

²²⁰ Ibidem, p. 456.

²²¹ Ibidem, p. 456.

muito próximos da estimativa apresentada por DELGADO (2012, p 22), com base em censo conduzido por Alfred Marbais Du Graty em 1851.

O quadro a seguir apresenta dados populacionais, relativos aos países envolvidos no conflito, resultantes da compilação de diversas fontes, cujos números, no caso do Paraguai, se aproximam da média das pesquisas anteriormente discorridas:

País	População (1860)
Paraguai	400.000
Argentina	1.737.076
Brasil	9.100.000
Uruguai	250.000

Quadro 4 – População dos países envolvidos na Guerra do Paraguai
Fonte: DORATIOTO (2002, p. 91).

A análise do quadro apresentado permite inferir que, em 1860, a população paraguaia era cerca de 4,3 vezes menor que a argentina e quase 23 vezes menor que a brasileira. Em uma época na qual os conflitos duravam anos, **o tamanho da população é fundamental para o esforço de guerra, pois implica em capacidade de fornecimento e reposição de tropas para as forças armadas, e, concomitantemente, disponibilidade de mão-de-obra para manter a economia durante o conflito.** Dessa forma, a comparação exposta, apresenta um quadro desfavorável ao Paraguai.

Passando a abordar tópicos de natureza qualitativa, inicialmente vale colocar que diversos estudiosos apresentam um Paraguai que, à época da deflagração do conflito, apresentava elevados índices positivos no campo psicossocial, resultantes de um alegado modelo de desenvolvimento autônomo. Entretanto, no aprofundamento dessa questão, verifica-se que se trata de interpretação não condizente com a realidade dos fatos e, muitas vezes, embasada em viés ideológico.

Nesse sentido, é comum encontrar menções a uma suposta reforma agrária, conduzida pela gestão Francia, oportunidade na qual a elite foi expropriada de suas terras, que passaram às mãos do Estado - constituindo as *Estancias de La Patria*. O governo, por sua vez, permitia que o povo cultivasse a terra, sendo parte da produção destinada ao país. Em suma, um modelo socialmente mais justo.

Contudo, Francia tomou as terras da aristocracia local (geralmente composta por *criollos* - vale explicar, descendentes de espanhóis), com o intuito de acabar com essa elite (que constantemente tramava contra o Ditador Perpétuo – que não tinha

ascendência espanhola). Dessa forma, o Dirigente Paraguaio pretendia consolidar seu poder. Já no governo de Carlos López (que era um *criollo*), diversas medidas possibilitaram o ressurgimento da aristocracia rural. Ao longo desse processo, cada vez mais ficaram difusos os limites entre público e privado, chegando-se ao ponto em que a Família López era a maior proprietária de terras do país.²²²

De qualquer modo, em qualquer um dos modelos que vigoraram (com ou sem a participação da elite rural), a maior parte da riqueza nunca chegou ao povo; sendo o Estado o maior beneficiário dos extraordinários lucros auferidos (os quais alcançavam entre 1600 a 2500 vezes, de acordo com o autor). A única diferença, foi que, com a ascensão da aristocracia, essa classe também passou a usufruir de parcela da riqueza.²²³

Ademais, como forma de argumentação em favor do alegado modelo autônomo de desenvolvimento, é muito mencionado o fato de que era escasso o emprego da escravidão no país. Em verdade, essa característica não decorria de um sistema de trabalho mais justo do ponto de vista social, e sim das características da economia, que não possuía empreendimentos (extrativistas minerais ou agrícolas) em uma escala que justificasse o emprego de mão-de-obra escrava – que, por sua vez, demandava grandes investimentos. Assim, preferia-se a utilização do trabalho dos nativos - índios e mestiços.²²⁴ Por outro lado, o governo fazia uso de regimes de trabalho com características muito próximas ao escravo para levar a cabo suas iniciativas. Por exemplo, na construção do primeiro trecho ferroviário do país, soldados, sem percepção de soldo, trabalhavam doze horas diárias, mediante um descanso semanal.²²⁵

No contexto apresentado, é falacioso afirmar que o Paraguai dispunha de um elevado nível social, vez que a população era predominantemente rural e sujeita a “relações semisservis e desiguais”.²²⁶ Ademais, a dinâmica vigente não contribuía para o enfrentamento das contradições sociais²²⁷, pois a riqueza auferida com as exportações somente beneficiavam o Estado e a elite próxima ao poder, enquanto que a maior parte da população permanecia alheia a esse fluxo.²²⁸ E, acima de

²²² QUEIRÓZ, op. cit., p. 208.

²²³ Ibidem, p. 208.

²²⁴ LIMA, op. cit., p. 81.

²²⁵ Ibidem, p. 80.

²²⁶ QUEIRÓZ, op. cit., p. 78.

²²⁷ LIMA, op. cit., p. 81.

²²⁸ Ibidem, p. 81.

todas essas condicionantes, vigorava um controle extremo do Estado sobre a população – que foi fator primordial para o sucesso de diversas medidas governamentais, dentre elas a mobilização de um numeroso exército em um espaço de tempo relativamente curto.²²⁹

Outro ponto importante, refere-se ao fato de que na sociedade a maioria da população era alheia aos acontecimentos internos e externos, em decorrência do isolacionismo geográfico e político – este último bastante acentuado até 1840. Tal característica, aliada ao autoritarismo do regime, teve como consequência um povo com incapacidade de conceber adequadamente as potencialidades do país, bem como o do ambiente internacional.²³⁰ Nesse ambiente, **a tendência é de superestimar os pontos favoráveis e desprezar aqueles nem tanto.**

A conjuntura exposta foi agravada pelo autoritarismo do regime, que, conforme discorrido anteriormente, empregava a máquina estatal para vigiar, delatar, prender e eliminar qualquer vestígio de opinião considerada contrária ao Estado. Com a proximidade do conflito essa situação se agravou. Dentre as inúmeras represálias adotadas pelo governo, havia aquela que obrigava os familiares de opositores e desertores a escreverem cartas, publicadas no jornal *El Semanario*, condenando a atitude de seus parentes e acusando-os de traição.²³¹ Esse contexto **inibia qualquer iniciativa da sociedade de participar nos assuntos do governo**, mesmo uma simples discussão. **Não havia opinião pública no Paraguai do pré-guerra.**²³²

A **reduzida e “domesticada” imprensa** contribuía para o alheamento e a não participação da sociedade em relação aos assuntos do país. Tal assertiva se embasa no fato de que **não existiam meios para que a diminuta oposição pudesse dar voz a seus anseios**, fazendo-os chegar a um público maior. O governo controlava os dois únicos jornais do país, a saber: o *El Semanario*, principal veículo de imprensa, que se prestava mais a realizar propaganda do governo; e o *Eco del Paraguay* - única “alternativa” à imprensa oficial.²³³ Além disso, **notícias do exterior não chegavam ao conhecimento da população**, mesmo entre aqueles

²²⁹ DELGADO, op. cit., p. 30.

²³⁰ DORATIOTO, op. cit., p. 61.

²³¹ Ibidem, p. 62; CAWTHORNE, op. cit., p. 99.

²³² DORATIOTO, op. cit., p. 61.

²³³ LIMA, op. cit., p. 31 e 32.

mais letrados. Na gestão de Francia, por exemplo, era proibida a entrada no país de qualquer publicação - livro, revistas, jornais - oriundas do exterior.²³⁴

O **baixo nível educacional** somente agravava o contexto psicossocial exposto, pois implicava em uma população com **pouca capacidade de discernimento político**, mais preocupada com aspectos práticos da rotina diária. “É equivocada a apresentação do Paraguai como um Estado onde haveria igualdade social e educação avançada”.²³⁵

Alguns autores, contradizem essa percepção da questão da educação. Sobre o assunto, QUEIROZ (2014, p. 209) argumenta que se trata de fenômeno da absolutização de fenômenos sociais, muito comum em determinadas tendências historiográficas. Realmente ocorreu um importante programa educacional no período Francia, que foi ampliado no Governo de Carlos López. Contudo, essa iniciativa restringiu-se à parte da população paraguaia escolar do sexo masculino.

Ademais, **a maioria absoluta da população dependia do governo para obter renda**. Nesse sentido, vale recordar que o Estado era o maior proprietário de terras do país, bem como monopolizava grande parte do comércio, sendo que, conforme já explicado, cabia ao governo a distribuição do excedente gerado, conforme sua conveniência. Nessa dinâmica, a mesma arroba gerava para o próprio governo (quando a terra era estatal) ou para os membros da elite (nos casos de arrendamento) 1.600 vezes - ou 2.500 vezes, de acordo com alguns autores, como LIMA (2016, p. 81) - mais lucro que para o camponês trabalhador da terra.

Para agravar a situação, grande população em idade economicamente ativa se encontrava ociosa, tendo em vista a falta de oportunidade para inserção no mercado de trabalho. Essa ociosidade era tão patente, que facilitou sobremaneira o recrutamento militar,²³⁶ iniciado durante a gestão de Carlos López e incrementado no governo de Solano López; afinal era uma perspectiva de sustento. Esse contexto de dependência contribuía para **inibir tentativas de oposição**, ao mesmo tempo em que **fortalecia os vínculos entre o governo e a pequena burguesia rural apoiadora**.

A **religiosidade era um traço característico do povo paraguaio**, o qual em sua maioria comungava dos preceitos da religião católica apostólica romana.

²³⁴ LIMA, op. cit., p 31 e 32.

²³⁵ DORATIOTO, op. cit., p. 30.

²³⁶ DELGADO, op. cit., p. 30.

Esta constituía a religião formal do governo, embora não de forma oficial, devido à inexistência de uma Constituição assim estabelecendo. Sobre o assunto, vale recordar que havia **total controle estatal sobre a Igreja**, iniciado a partir da **secularização** dos bens e consolidado por meio da **nacionalização** dessa Instituição. Essa última medida ocasionou a conversão dos sacerdotes em servidores públicos, com obrigação de prestar contas ao governo, que tinha precedência sobre o Vaticano. Nessa condição, era dever dos religiosos relatar todo fato considerado suspeito em suas respectivas paróquias e dioceses às autoridades. Por fim, a Igreja converteu-se em mais uma **ferramenta de controle e domínio do governo sobre a população**.²³⁷

Por outro lado, em determinado momento pré-guerra da gestão de Solano López, a elite paraguaia passou a desejar a troca de poder. Essa mudança de postura de um aliado tradicional do Estado deveu-se à excessiva truculência daquele governo, materializada por prisões arbitrárias, torturas e execuções, em níveis nunca antes vistos. Como a tentativa de articulação de um golpe era praticamente impossível, a elite inferiu que a guerra com o Brasil constituía uma alternativa viável para a retirada de Solano López do poder.²³⁸

3.3.2 Conclusão Parcial

A análise, em um primeiro momento, verificou que a população paraguaia, em 1860, era quase 28 vezes menor que a soma da população brasileira, argentina e uruguaia. Ou seja, **o Paraguai, durante um esforço de guerra, possuía muito menor capacidade de fornecer e repor tropas e, ao mesmo tempo, dispor de mão-de-obra para manter sua economia**. Essa desvantagem avultava de importância no Século XIX, uma vez que nessa época os conflitos, em média, duravam anos.

Ainda foi visto que o país apresentava baixos índices de desenvolvimento social no período pré-guerra, como péssima distribuição de riquezas (que terminavam por se concentrar em mãos do Estado - aí entendido como a Família López – ou da elite); relações de trabalhos com características que remontavam ao período colonial e bastante próximas à escravidão; extremo controle estatal sobre a

²³⁷ DORATIOTO, op. cit., p. 25 e 42.

²³⁸ Ibidem, p. 62.

população; dentre outras. Assim, não encontra fundamento a alegação de que no país vigorava um modelo de desenvolvimento autônomo e socialmente mais justo.

Também se constatou que o isolacionismo e o autoritarismo do regime, trouxeram diversas consequências para o povo. Primeiro, implicou no **alheamento da sociedade**, tendo como consequência uma população com tendência de **superestimar os pontos favoráveis e subestimar aqueles desfavoráveis**. Além disso, **o povo não tomava parte nas discussões do governo**, e, por isso mesmo, **não havia oposição ou manifestações da opinião pública**.

A **pouco atuante imprensa** contribuía para essa conjuntura, uma vez que **não havia meios eficazes para a circulação de notícias ou para disseminação de ideias contrárias**. De certa forma, o **baixo nível educacional** do povo também colaborava com o exposto, pois implicava em **pouca capacidade de discernimento** e preocupação com aspectos mais práticos da vida, como a rotina diária.

Uma sociedade com essas características **aceitaria com mais facilidade decisões do governo, mesmo aquelas mais extremas, como uma guerra**. Afinal, a população não tinha noção dos acontecimentos, não possuía capacidade e não poderia fazer juízo de valor das informações, e, por isso mesmo, tendia a acreditar em dados oficiais repassados pelo Estado - ainda que aparentemente com lógica não consistente. Vale destacar que o ocorrido trata-se de situação bastante subjetiva, que poderia ser facilmente modificada por alteração das condicionantes, como por exemplo, diminuição do controle do governo.

Além disso, o governo dispunha de **fortes mecanismos para coagir a população** a atuar em prol de um esforço de guerra. Um deles era o fato de que o Estado era o maior empregador do país, controlando todos os bens em circulação. Havia ainda a rede de informantes e espiões, que exerciam vigilância constante; atuando sobre qualquer ato que insinuasse oposição. E, por fim, existia o controle estatal sobre a Igreja, que permitia empregar os religiosos e a própria religiosidade do povo em favor dos interesses do país.

Por outro lado, **qualquer diminuição dos mecanismos de controle**, seja pela perda da capacidade do governo em aportar recursos, ou ainda pelo enfraquecimento da rede de informantes, **impactaria negativamente no poder de coação**. Em relação à questão dos recursos mais especificamente, quando da análise da expressão econômica, verificou-se que o ingresso financeiro no Paraguai sofreria forte decréscimo, devido ao bloqueio do Rio Paraná.

Do exposto, conclui-se que, embora alguns aspectos favorecessem o esforço de guerra, os pontos desfavoráveis, em particular o aspecto populacional, sobrepujaram. Dessa forma, a expressão psicossocial do Poder Nacional do Paraguai não propiciava embasamento para que esse país empregasse a força.

3.4 EXPRESSÃO MILITAR

3.4.1 Análise da Expressão Militar

Conforme explicado anteriormente, no governo de Carlos López, o Paraguai iniciou um **processo de modernização de caráter militar e defensivo**, totalmente dependente de pessoal e de material, bem como de tecnologia, importados, os quais eram adquiridos com recursos oriundos da exportação de produtos primários.²³⁹

Nesse contexto, a partir de 1854, foram adquiridos armamentos e realizado o intercâmbio de nacionais para fim de treinamento no manejo do material. Também foram recrutados diversos técnicos europeus, principalmente ingleses – que eram 250, de um total de 270, até o início do conflito. Essas atividades eram intermediadas pela empresa britânica Blyth & Co, uma das mais avançadas empresas de tecnologia do mundo à época.²⁴⁰

Saliente-se que, a partir de então, diversas funções técnicas relevantes no país passaram a ser desempenhadas por estrangeiros, em especial os britânicos, a saber: William K Whytehead, engenheiro-chefe do Estado; William Stewart, cirurgião-chefe do Exército; e George Thompson, engenheiro-chefe do Exército.²⁴¹

Esse panorama descortina um **processo de modernização militar em curso no país bastante dependente da Inglaterra, seja no concernente a pessoal, material e consultoria**. Vale destacar a **inexistência de investimentos em infraestrutura no Paraguai, que permitisse atenuar essa situação**.

Em 6 de fevereiro de 1862, foi discutido um orçamento de gastos militares e iniciada a **mobilização militar**.²⁴² O quadro a seguir apresenta os resultados desse

²³⁹ DORATIOTO, 2002, p. 29.

²⁴⁰ Ibidem, p. 29 e 30; LIMA (op. cit., p. 24) também confirma a aquisição de armamentos da Inglaterra.

²⁴¹ DORATIOTO, op. cit., p. 29 e 30.

²⁴² Ibidem, p. 39.

processo, bem como informações relativas às populações e efetivos militares dos demais países envolvidos:

País	População (1860)	Efetivo do Exército (1864)
Paraguai	400.000	77.000
Argentina	1.737.076	6.000
Brasil	9.100.000	18.320
Uruguai	250.000	3.163

Quadro 5 – População e efetivo militares dos envolvidos na Guerra do Paraguai
Fonte: DORATIOTO (2002, p. 91).

Os dados anteriores permitem inferir que o efetivo militar paraguaio equivalia a 19,25% da população. Isso significa dizer que a cada 5 habitantes praticamente havia um militar. Se levado em conta que no mínimo 50% da população era constituída de mulheres (geralmente esse percentual é um pouco superior a isso), conclui-se que **38,5% da população masculina paraguaia era militar**; vale dizer, de cada 10 homens, 4 eram militares; sendo que dentre os 6 integrantes da população masculina restantes, havia crianças e idosos.

Os percentuais acima implicam dizer que o governo paraguaio, ao realizar uma **mobilização militar de tal envergadura**, estava **comprometendo** seriamente a **viabilidade de sua economia**, que era estritamente agropecuária e tecnicamente atrasada, por isso dependente de mão-de-obra numerosa.²⁴³ Ademais, o governo paraguaio não dispunha de recursos para remunerar um exército tão numeroso - por isso a tropa não recebia soldo. Para sobreviver, era facultado aos militares o roubo e o saque, quando em campanha; enquanto que, dentro do país, esse segmento se valia de notas promissórias avalizadas pelo Estado - que os comerciantes sabiam que não seriam honradas.²⁴⁴

Além disso, constata-se que o Paraguai teria **extrema dificuldade em repor as perdas em combate, com a finalidade de manter os efetivos**. Uma eventual **necessidade de ampliação de tropas era quase que impraticável**. Ou seja, somente em caso de um conflito de curta duração e com poucas perdas humanas a situação seria favorável ao Paraguai. Contudo, as guerras do século XVIII duravam anos, com grande quantidade de perdas humanas.

Por outro lado, ao se comparar a população e o efetivo do exército dos demais países, o panorama é diferente. No caso da Argentina, já descontados os 50% da população feminina, o efetivo militar correspondia a cerca de 0,7% da

²⁴³ DELGADO, op. cit., p. 30.

²⁴⁴ CAWTHORNE, op. cit., p. 98.

população masculina. Para o Uruguai, essa proporção era de 2,54% dos homens. E, em relação ao Brasil, o efetivo militar correspondia a aproximadamente 0,4% da população masculina.

Assim, embora **em fins de 1864 o efetivo das forças paraguaias fosse quase 3 vezes maior que a soma dos demais exércitos**, os aliados, em particular o **Brasil e a Argentina, dispunham de muito maior capacidade de ampliar e repor suas tropas, sem que isso onerasse as respectivas economias**, ao contrário do Paraguai. E, realmente foi o que ocorreu, uma vez que o Brasil conseguiu mobilizar 38 mil homens até 1866; sendo que, em 1867, o exército imperial já alcançava 57 mil homens.²⁴⁵ Ao longo do conflito, foram empregados cerca de 139 mil homens,²⁴⁶ enquanto que Argentina mobilizou aproximadamente 30 mil homens e o Uruguai, 5.583 homens.²⁴⁷

Passando a abordar a **Marinha Paraguaia**, chama a atenção algumas informações colhidas por diplomatas brasileiros no período pré-guerra. Em maio de 1864, o Cônsul Geral Brasileiro em Assunção, Amaro José dos Santos Barbosa, relatou que a Marinha Paraguaia dispunha de 190 homens e outros cem em treinamento.²⁴⁸ Já em setembro de 1864, o Ministro Brasileiro em Assunção, César Sauvan Viana de Lima, informou que a Marinha Paraguaia tinha 11 navios, que não eram de guerra²⁴⁹ - tratavam-se de vapores mercantes adaptados de forma improvisada para o conflito.²⁵⁰ No mês de outubro, esse mesmo diplomata informou que a força naval havia conseguido armar um único barco, o vapor Tacuarí, mas que este navio encontrava-se em péssimo estado.²⁵¹ Por outro lado, o Brasil dispunha de força naval bem treinada e composta por 42 navios, os quais, embora não fossem apropriados à navegação fluvial, constituíam um poder de combate considerável²⁵²

²⁴⁵ DEL PRIORE. Mary. Uma breve história do Brasil. 2. Ed. São Paulo: Planeta, 2016. p. 194.

²⁴⁶ DORATIOTO, op. cit., p. 458; LIMA (op. cit., p. 369) confirma que o Império remeteu 139 mil homens para a Guerra do Paraguai, acrescentando que faleceram cerca de 50 mil.

²⁴⁷ DORATIOTO, op. cit., p. 462; DELGADO (op. cit., p. 30) ratifica a capacidade de mobilização brasileira, bem como o efetivo militar da Argentina (6 mil homens) ao início do conflito; acrescentando, ainda, a qualidade dos chefes militares e reservistas argentinos.

²⁴⁸ DORATIOTO, op. cit., p. 63.

²⁴⁹ Ibidem, p. 62.

²⁵⁰ DELGADO, op. cit., p. 30.

²⁵¹ DORATIOTO, op. cit., p. 62.

²⁵² LIMA, op. cit., p. 149; QUEIRÓZ (op. cit., p. 235) afirma que a frota brasileira era de 37 barcos. Ainda assim ratifica a desproporção entre os poderes navais, uma vez que a Marinha Paraguaia somente tinha um barco de guerra (o Tacuari) - os demais eram navios de passageiros armados com pequenos canhões.

Assim, constata-se a **fragilidade da Força Naval do Paraguai ao início do conflito.**

Essa situação é alarmante se levado em consideração que **o país era extremamente dependente do contato com o exterior, seja para fins comerciais ou militares**, sendo que a ligação era realizada pela Hidrovia Paraná-Paraguai. Portanto. Dessa forma, **qualquer bloqueio dessa via asfixiaria o Paraguai econômica e militarmente.** E, como se percebe, era **bastante questionável a capacidade da Marinha Paraguaia em assegurar os interesses do país.**

Passando a tratar sobre a organização das forças militares paraguaias, ao início do conflito, o quadro de oficiais restringia-se a 5 coronéis, dois tenentes-coronéis, dez majores, 51 capitães e 22 primeiro-tenentes. O único general do país era Solano López, que foi promovido por decreto a marechal, quando do início das hostilidades,²⁵³ oportunidade na qual finalmente o Congresso autorizou a promoção de outros oficiais generais.²⁵⁴ Por outro lado, conforme já apresentado, o exército dispunha de cerca de 77 mil homens. Ou seja, a **desproporção entre o número de oficiais e a de praças, principalmente soldados, era muito grande.**

Essa situação não permitia o correto exercício da cadeia de comando, pois os oficiais e, até mesmo os graduados (sargentos e cabos), terminavam por comandar efetivos muito além daquilo que efetivamente tinham capacidade de liderar. Destarte, o exército, a despeito de numeroso, constituía uma grande massa, sem efetivo comando, condição essa que **prejudicava sobremaneira sua operacionalidade.**

O reduzido número da oficialidade, em particular nos postos mais elevados, devia-se ao fato de que, décadas de **autoritarismo**, acirrado no governo de Solano López, **atuaram para que sempre existissem somente as lideranças militares estritamente necessárias**, de forma que o poder não pudesse ser ameaçado por um golpe. Por isso, por exemplo, a existência de um único general na hierarquia em tempo de paz.

Ademais, somente eram promovidos a patentes mais altas aqueles que angariavam a simpatia do regime, principalmente por demonstrações de submissão. Dessa forma, **diversos oficiais alcançaram essa condição sem possuir qualquer pendor ou capacidade para atividades militares;** situação essa que se agrava

²⁵³ DORATIOTO, op. cit., p. 92.

²⁵⁴ LIMA, op. cit., p. 140.

quanto mais elevados são os postos. Já os militares que se destacavam pela capacidade eram vistos como ameaças potenciais ao poder. Assim, **Solano López buscava atuar para anular essas lideranças**. Tal conjuntura contribuía para inibir o surgimento de líderes militares.²⁵⁵

A **ausência de critérios para a promoção** gerava situações absurdas. O próprio Solano López alcançou o posto de General de Exército com 19 anos; tendo sido nomeado Comandante-em-Chefe do Exército Paraguai com essa idade²⁵⁶, sem possuir qualquer formação ou experiência militar. Aos 23 anos já era Ministro da Guerra e da Marinha. Além disso, diversos de seus filhos também tiveram promoções descabidas, a saber: Juan Francisco, conhecido como Panchito López, ascendeu a coronel com 15 anos, enquanto que Enrique foi promovido a tenente com 11 anos, e Leopoldo, a sargento com 7 anos. Esse panorama contribuía para minar a moral e a confiança das tropas, até mesmo em uma sociedade acostumada a não questionar o governo, como era o caso do povo paraguaio.

Ainda **não havia locais destinados a formação dos oficiais ou de graduados**. Dessa forma, nenhum oficial, incluindo Solano López, havia estado em uma academia militar e, para piorar a situação, havia pisado em um campo de batalha.²⁵⁷ Devido à ausência de estruturas de formação e, conseqüentemente, da existência de um fluxo de carreira, **mesmo a promoção às patentes e graduações mais baixas**, como tenentes e sargentos, **dependiam de indicação**; que estava condicionada à submissão ao poder. Ressalte-se que, também nesses casos, o **surgimento de lideranças não era visto com bons olhos**, tendo em vista a possibilidade de ameaça aos superiores hierárquicos, uma vez que muitos desses não possuíam pendor para a atividade militar. Face a essa conjuntura, ao início do conflito, a maioria dos oficiais eram inexperientes, tendo sido promovidos de forma improvisada.²⁵⁸

Quanto ao preparo da tropa, verifica-se que, **ao início do governo de Solano López**, o efetivo do exército era de 73.273 homens. Entretanto, desse total, **cerca de 43.846 (quase 60%) não possuíam qualquer instrução militar**, e somente praticavam exercícios de ginástica aos domingos, com simulacro de armas.

²⁵⁵ DORATIOTO, op. cit., p. 62 e 63.

²⁵⁶ LIMA, op. cit., p. 21.

²⁵⁷ DELGADO, op. cit., p. 30.

²⁵⁸ Ibidem, p. 30.

Do restante, **apenas 12.945 homens (17,6%) estavam na ativa. Os demais estavam na reserva**, após terem prestado algum tipo de serviço militar.²⁵⁹

É certo que o governo dispôs de quase dois anos para reverter essa situação, uma vez que o conflito somente se iniciaria em novembro de 1864. Entretanto, o reduzido número de oficiais e de graduados, bem como a ausência de estrutura para treinamento da tropa, **permite levantar questionamentos quanto à qualidade da preparação desse efetivo, por ocasião do início do conflito.**

Em relação **ao armamento e equipamento do Exército**, constata-se que muitos dos recursos materiais e técnicos obtidos por intermédio do processo de modernização militar, em curso desde o governo de Carlos López, foi **destinado à preparação de posições defensivas**, como a Fortaleza de Humaitá. Dessa forma, outros setores estavam em situação crítica.

Durante o governo de Solano López (iniciado em meados de 1862), os investimentos na área militar passaram a ser destinados a propósitos ofensivos.²⁶⁰ Entretanto, enquanto a organização da defensiva vinha ocorrendo desde 1854 (portanto, a quase oito anos), o então Presidente somente dispôs de cerca de dois anos para preparar a ofensiva, uma vez que em dezembro de 1864 o Paraguai invadia o Mato Grosso. Ao fim, constata-se que **essa guinada na estratégia impediu uma preparação adequada para uma campanha ofensiva e, ao mesmo tempo, atrapalhou a consolidação de uma estrutura defensiva mais apropriada** - que poderia ter auxiliado as tropas guaranis quando os aliados passaram a atuar em território paraguaio.

Na artilharia, faltavam canhões de calibre mais pesado e com alma raiada. Destaque-se que somente esse tipo de armamento conseguia penetrar a blindagem dos barcos encouraçados, empregados pelas marinhas daquela época. Essa capacidade militar era fundamental para um país que dependia da livre navegação no Prata para manter sua economia e o fluxo de material militar. Além disso, **boa parte dos canhões era do período colonial, os quais não tinham alma raiada e disparavam projetis redondos - e não cônicos.** Essas armas tinham poder de impacto, devido ao peso do projétil; mas seu alcance era bastante

²⁵⁹ DORATIOTO, op. cit., p. 92.

²⁶⁰ DELGADO, op. cit., p. 30.

limitado e com pouco poder de penetração, seja em fortificações ou embarcações.²⁶¹ Havia grande quantidade de canhões fixada na Fortaleza de Humaitá, o que dificultava sobremaneira seu emprego em outros locais.²⁶²

A maior parte do armamento individual paraguaio era obsoleto.²⁶³ Os fuzis, armamento fundamental para a infantaria, eram do tipo de chispas, que não funcionavam debaixo de chuva ou quando molhados,²⁶⁴ além de possuírem alma lisa²⁶⁵ – o que conferia menor precisão ao tiro. Além disso, os fuzileiros não tinham o domínio do manuseio do seu armamento, em particular no que se refere à realização da pontaria.²⁶⁶

O Exército dispunha de pouquíssimos cavalos, essenciais para a mobilidade da tropa, em particular dos meios logísticos. A intenção era que, após a adesão dos habitantes da Província de Entre Rios e Corrientes, o líder caudilho, Urquiza, se uniria à causa paraguaia, fornecendo os cavalos necessários à invasão do Rio Grande do Sul.²⁶⁷

A cadeia logística era falha, ocasionando a falta de suprimentos básicos. Desse modo, mesmo no início da guerra, era comum que o soldado paraguaio não utilizasse qualquer tipo de calçado.²⁶⁸ O suprimento de gêneros era irregular e insuficiente, tendo que ser complementado com caça. Não havia munição suficiente, por isso a dotação por militar era sempre muito abaixo da desejável. Para agravar a situação, os soldados cortavam as balas de chumbo para que rendessem mais e assim pudessem abater animais para sua sobrevivência. Essa engenharia precária terminava por danificar os canos dos fuzis.²⁶⁹ A tendência era que as deficiências logísticas se agravasse no decorrer do confronto. E isso se comprovou, pois diversos relatos de militares aliados retratam a quase nudez e magreza dos paraguaios durante a guerra.²⁷⁰

O país também não possuía tradição militar e carecia de experiência em combate. Até 1864, as únicas oportunidades de combate bem sucedidas foram a

²⁶¹ DORATIOTO, op. cit., p. 92; DELGADO (op. cit., p. 30) também ratifica a informação sobre a obsolescência dos canhões, pelo fato de não terem alma raiada.

²⁶² LIMA, op. cit., p. 149.

²⁶³ DORATIOTO, op. cit., p. 62.

²⁶⁴ Ibidem, p. 92.

²⁶⁵ DELGADO, op. cit., p. 30.

²⁶⁶ CAWTHORNE, op. cit., p. 111 e 112.

²⁶⁷ DORATIOTO, op. cit., p. 135.

²⁶⁸ QUEIRÓZ, op. cit., p. 232.

²⁶⁹ CAWTHORNE, op. cit., p. 111.

²⁷⁰ DORATIOTO, op. cit., p. 93.

vitória sobre o General Manuel Belgrano, por ocasião da guerra da independência em 1811, bem como a expulsão, em 1850, de 25 soldados brasileiros que haviam ocupado uma ilha no Rio Paraguai. Todavia, em ambas as ocasiões, os paraguaios atuavam dentro de seu território e contavam com superioridade numérica esmagadora – para que se tenha uma ideia era de 32 para 1, na disputa de 1850.²⁷¹

Por outro lado, em 1846, o exército paraguaio sofreu grande revés. Naquela ocasião, Solano López liderava uma tropa que incursionava até a fronteira próxima a Corrientes, com o intuito de demover Rosas de incorporar o Paraguai. Devido à inclemência do tempo (forte calor e chuvas diárias), bem como das dificuldades de avanço no terreno pantanoso, três esquadrões se sublevaram, originando a denominada Rebelião de Payburé. Solano agiu com firmeza e determinou o fuzilamento dos líderes, debelando a revolta. Contudo, após essa situação, a tropa regressou a Assunção,²⁷² sem sequer entrar em combate. Tal situação permite suscitar questionamento, seja sobre a capacidade e qualidade do soldado paraguaio, ou ainda em relação à liderança militar de Solano López.

Um dos temas abordados na análise política foi a ausência, no Estado Paraguaio, de um processo decisório estruturado, constituído pelo estudo da situação sob diferentes enfoques, com o intuito de se obter uma interpretação fidedigna dos fatos, para que, posteriormente, o assunto fosse discutido em esferas e níveis diversos, e, por fim, se tivesse uma decisão adequada ao problema.

Na ocasião, concluiu-se que essa situação era decorrente do **autoritarismo do regime, que centralizava as decisões na figura do Presidente**. Este, por sua vez, muitas vezes, realizava uma análise equivocada dos acontecimentos, haja vista não dispor de todas as informações necessárias ou, simplesmente, por falta de capacidade prospectiva. A partir de então, a **possibilidade de decisões equivocadas era muito grande**.

Destaque-se que o **assessoramento era complicado** no regime paraguaio, particularmente no sentido de contrariar a ideia do governante, pois poderia ser interpretado como oposição e punido de diversas formas, inclusive com a morte. Na gestão de Solano López essa conjuntura se acirrou, principalmente devido a sua personalidade forte.

²⁷¹ DORATIOTO, op. cit., p. 60; DELGADO (op. cit., p. 30) também ratifica que o último combate envolvendo tropas paraguaias havia ocorrido em Paraguari, por ocasião da independência do país.

²⁷² LIMA, op. cit., p. 22.

Vale recordar que, também quando da análise política, se discutiu a perspectiva, por parte do governo paraguaio, em relação à situação política no Prata, no momento em que o Brasil invadiu o Uruguai. Solano López presumiu que o Paraguai havia alcançado o mesmo nível político que Brasil e Argentina, além de inferir que o Império, após apaziguar o Uruguai, invadiria o Paraguai. Em verdade, esse ponto de vista estava totalmente equivocado do ponto de vista político

Contudo, ainda que considerada essa percepção política incorreta, uma boa análise em relação à situação militar no Prata **indicaria a adoção de uma atitude defensiva por parte do Paraguai**, afinal o país possuía uma boa estrutura defensiva, decorrente da modernização já discorrida. A Fortaleza de Humaitá, centro desse dispositivo, possibilitaria a interdição do Rio Paraguai, impedindo o acesso de frotas até Assunção. O terreno ao sul dessa fortificação era propício ao estabelecimento de posições defensivas, uma vez que era composto por charcos e lagoas, sendo coberto por vegetação densa.²⁷³ O acesso pela Província do Mato Grosso era muito difícil, por isso o governo brasileiro utilizava o Rio Paraguai para alcançar Cuiabá e outras cidades brasileiras da região.

Entretanto, **optou-se por uma atitude ofensiva, especialmente pela personalidade de Solano López**, que tendia a superestimar as capacidades de seu país, ao mesmo tempo em que subestimava as potencialidades de seus inimigos.²⁷⁴ Assim, estimou-se que o Brasil possuía, na melhor hipótese, 5 mil homens no Uruguai e que essa era a única força organizada naquele momento. Ademais, o Império demoraria entre dois a três meses para mobilizar um exército capaz de enfrentar os paraguaios.²⁷⁵ **Essa avaliação estava incorreta**, o Brasil dispunha de quase três vezes o efetivo estimado. Além disso, não foi levada em conta a Marinha Brasileira e, tampouco, os efetivos militares da Argentina e do Uruguai.

Também se constata um **grande equívoco em relação à oportunidade da decisão de deflagrar o conflito**. Em novembro de 1864, o Paraguai recebeu 106 caixas com fuzis e munição, bem como médicos e técnicos, tudo oriundo da Inglaterra. Nesse contexto, havia ainda muito armamento e munição, além de 4 encouraçados em construção a serem recebidos. Tais itens, como se percebe, poderiam influenciar o desenrolar do conflito. Contudo, a decisão precipitada de

²⁷³ DORATIOTO, op. cit., p. 475.

²⁷⁴ Ibidem, p. 71.

²⁷⁵ Ibidem, p. 71.

apresar o Navio Marquês de Olinda, implicou no rompimento de relações com o Brasil. Assim, **a Marinha Brasileira realizou o bloqueio naval do Prata e os itens não puderam ser entregues ao governo paraguaio.**²⁷⁶

A partir desse momento, pretende-se analisar o **planejamento da ofensiva de Solano López**. Para tanto, em um primeiro momento, será discorrido sucintamente sobre como estava concebida essa ação. Seriam abertas duas frentes. Uma delas, na direção norte, com o objetivo de alcançar Cuiabá, capital de Mato Grosso.²⁷⁷ A outra, na direção sul, com destino ao Rio Grande do Sul. Esta última contaria com o apoio dos habitantes das Províncias de Entre Rios e Corrientes, para a invasão do território brasileiro. A esquadra brasileira estaria impedida de agir, pois teria sido destruída ou aprisionada.²⁷⁸ Um ponto fundamental para as ações era a rapidez – daí a denominação de guerra relâmpago.²⁷⁹

Da análise dos planos de guerra de Solano López, verificam-se diversas questões que cabem ser discutidas. Inicialmente, a **decisão de abrir duas frentes de combate**, uma no Mato Grosso e outra no sul do Paraguai, implicava em grande coordenação, estruturação adequada, boas lideranças, mobilidade, dentre outros. E **o Exército Paraguai não dispunha dessa envergadura**.

Não estava clara qual a vantagem a ser alcançada com a campanha no Mato Grosso. O objetivo principal, seja para o Paraguai, quer para o Brasil, encontrava-se ao sul, no território que englobava o atual Rio Grande do Sul e o Uruguai. Face a essa conjuntura, o Império, de imediato, não mobilizou tropas para defender o território mato-grossense invadido, até mesmo porque priorizou o conflito contra os blancos uruguaios. Enquanto isso, Solano López dispendeu cerca de 7,5 mil homens e 3,5 mil cavalos, que poderiam ter sido aproveitados na frente de combate principal.

Para agravar a situação, Solano López direcionou inicialmente a ação militar para a invasão do território mato-grossense, para somente depois investir rumo à porção meridional. Essa demora favoreceu os aliados (em particular o Brasil) - os quais estavam envolvidos em outro conflito no Uruguai e necessitavam de tempo para se organizar contra os paraguaios. Além disso, os paraguaios desejavam

²⁷⁶ Ibidem, p. 93.

²⁷⁷ LIMA, op. cit., p. 131.

²⁷⁸ DORATIOTO, op. cit., p. 135; sobre os planos de guerra de Solano López, ver também LIMA (op. cit., p. 144), bem como DELGADO (op. cit., p. 65).

²⁷⁹ DORATIOTO, op. cit., p. 475.

atingir Cuiabá, mas não estava claro como isso seria alcançado. Tanto o é que, as forças chegaram somente até Coxim; tendo, após isso, regressado a Assunção, com grande quantidade de material saqueado (que por si somente não justificava a ação militar), deixando pequenos efetivos nos pontos conquistados.²⁸⁰

Dessa forma, **a ação no Mato Grosso desviou meios importantes que poderiam ser empregados na frente mais importante, além de haver propiciado tempo para que os aliados pudessem estar melhores preparados para enfrentar o Paraguai na zona de ação principal, que era a sul do Paraguai.**

Ao iniciar as operações na porção sul, Solano López possuía diversas convicções que se mostraram equivocadas. Em primeiro lugar, considerava que, ao declarar guerra contra a Argentina, esta modificaria seu posicionamento e facultaria o trânsito de suas tropas pelo território argentino. Também estava convencido que encontraria as mesmas facilidades da Campanha do Mato Grosso. Entretanto, enquanto que aquela região do Brasil era pouco povoada e guarnecida, o mesmo não acontecia com a frente de combate meridional. Ademais, o Presidente Paraguaio acreditava que Brasil e Argentina solicitariam armistícios após a tomada de Corrientes e de Uruguaiana, respectivamente; sendo que qualquer uma dessas vitórias atrairia os opositores de Buenos Aires para a causa paraguaia.²⁸¹

O sucesso dessa ação militar dependia da adesão dos entrerrianos e correntinos à causa paraguaia. Essa atitude era fundamental no plano, uma vez que Solano López contava com o apoio das milícias locais para reforçar suas tropas, sob a liderança de Urquiza, bem como com o fornecimento de cavalos para apoiar a invasão do território brasileiro. **Contudo, a atitude das tropas paraguaias que ocuparam a cidade de Corrientes não foi condizente com esse pensamento.** Em um primeiro momento, a postura dos militares foi exemplar, o que permitiu o reestabelecimento da rotina da cidade. Posteriormente, iniciaram-se os abusos, como saques, roubos, destrato e assassinatos dos locais.²⁸²

Solano López, ao tomar conhecimento desses fatos, deveria ter atuado energicamente para coibi-los, uma vez que a atitude da tropa geraria descontentamento e isso poderia atrapalhar os planos. Entretanto, o Presidente demonstrou ser conivente com os abusos, inclusive chegando a se apossar de um

²⁸⁰ LIMA, op. cit., p. 134.

²⁸¹ DELGADO, op. cit., p. 63-65.

²⁸² DORATIOTO, op. cit., p. 134-135; sobre a postura dos soldados paraguaios quando da ocupação de Corrientes, ver também LIMA (op. cit., p. 152).

piano que fora saqueado. Além disso, emitiu ordens com o intuito de coordenar os saques.²⁸³

Logicamente, a adesão esperada não se consumou, praticamente inviabilizando o planejamento militar. Todavia, **essa situação não impediu os paraguaios de prosseguirem com a ofensiva, ainda que sem os reforços esperados**. Tal panorama somente faz sentido a luz do excesso de autoconfiança, e da tendência de desprezar seus adversários, característica típicas da personalidade de Solano López.

Também **não estava claro como a esquadra brasileira seria aprisionada ou destruída**, pois, tanto o Paraguai como Urquiza, pretense aliado, não dispunham de meios para tal ação. Por fim, **não havia embasamento estratégico para considerar que as ações seriam rápidas**. Não existiam cavalos suficientes e o Paraguai não dispunha de domínio sobre a Rio Paraná, principal artéria de comunicação da região. Além disso, historicamente, os conflitos dessa época duravam anos.

Solano López não estabeleceu aos comandantes objetivos claros, além de não permitir qualquer iniciativa, sem seu prévio conhecimento e assentimento. Tal panorama decorria de sua desconfiança extrema em relação à lealdade de seus subordinados – situação essa que se agravou com o decorrer do conflito. Dessa forma, os comandos na frente de batalha tardavam semanas para receber instruções, dado o tempo de deslocamento dos mensageiros a cavalo. Essa demora prejudicou sobremaneira a campanha militar, em particular na fase ofensiva, na qual a dinâmica das ações se alterava constantemente, demandando frequente decisões.²⁸⁴

3.4.2 Conclusão Parcial

Inicialmente, foi constatado que o **processo de modernização militar, de caráter defensivo, em curso no país era bastante dependente da Inglaterra**, seja no concernente a pessoal, material e, até mesmo, consultoria. Vale destacar a inexistência de investimentos em infraestrutura no Paraguai, que permitissem

²⁸³ DORATIOTO, op. cit., p. 135; LIMA (op. cit., p. 152) também corrobora a conviência de Solano López em relação aos saques perpetrados contra a população de Corrientes.

²⁸⁴ DELGADO, op. cit., p. 65.

atenuar essa situação. Assim sendo, **o bloqueio do acesso ao mar impediria a entrada de insumos militares no país.**

A mobilização militar paraguaia chegou a 77 mil homens em 1864 - um efetivo que quase alcançava o triplo do somatório dos exércitos brasileiro, argentino e uruguaio. Essa **vantagem era numérica era extremamente favorável ao Paraguai**, em caso de conflito.

Contudo, a mobilização desse efetivo implicava em **comprometimento de cerca de 38,5% da população masculina em idade produtiva**, com **impacto extremamente negativo na agropecuária do país** – atividade econômica que dependia sobremaneira de mão-de-obra. Além disso, o país teria muita **dificuldade**, seja em repor baixas de combate, ou de ampliar suas tropas.

A conjuntura em tela é bastante desfavorável em caso de conflito de longa duração e com grande quantidade de perdas humanas. E justamente essa era a característica das guerras travadas ao longo do Século XIX.

Os exércitos mobilizados por Brasil e Argentina, ao início da guerra, eram menores que o efetivo paraguaio. Contudo, esses países, dispunham de muito maior capacidade de repor baixas e de ampliar suas tropas, sem comprometer as respectivas economias.

Ainda se verificou que a Marinha Paraguaia dispunha ao início do conflito de onze barcos, sendo que nenhum era de guerra e somente um deles estava armado; enquanto isso, somente a esquadra brasileira era composta de 42 embarcações. **Essa situação era desfavorável ao país**, que, **dependia da ligação com o mar, por intermédio do Rio Paraná, para garantir o prosseguimento de sua economia, bem como a entrada de meios militares.** E, como se percebe, a **Força Naval paraguaia não tinha capacidade de assegurar o livre trânsito nessa via.**

Quanto ao exército, existia uma **desproporção muito grande entre o número de oficiais e a de praças**, principalmente soldados – eram 88 oficiais em um exército de 77 mil homens. Dessa forma, **a Força Terrestre do país, embora numerosa**, constituía uma grande massa, sem efetivo comando, condição essa que **prejudicava sobremaneira sua operacionalidade.**

A alteração na estratégia militar do país, que passou de uma postura defensiva para uma ofensiva, a partir da ascensão ao poder de Solano López, **impediu uma adequada consolidação de uma estrutura defensiva** - que se encontrava em curso desde 1854. Por outro lado, também **não houve tempo para**

que o país se preparasse para a campanha ofensiva, uma vez que o país dispôs de pouco mais de dois anos para redirecionar todos seus esforços.

Além disso, **não havia critérios para promoção e não existiam locais para a formação de oficiais e sargentos**. Por isso, **a ascensão na carreira ocorria por indicação**, o que privilegiava os bajuladores do regime. Assim, **muitos eram promovidos sem possuírem capacidade** para tal. Enquanto isso, **Solano López atuava para anular aqueles que se destacavam pela liderança**.

Os **equipamentos e técnicos importados** ao longo do processo de modernização foram, em sua maioria, **empregados na preparação de posições defensivas**. Por isso, havia grande deficiência em outros setores do Exército.

Na **artilharia, a maioria dos canhões era antiquada**, do período colonial, com alma lisa, pequeno alcance e pouca capacidade de penetração. **Faltavam canhões de alma raiada** – o que prejudicava a capacidade do país de atuar contra barcos encouraçados em uma situação de bloqueio do Rio Paraná. **Os fuzis da infantaria eram também obsoletos**, do tipo de chispa e não funcionavam embaixo de chuva ou quando molhados. O **número de cavalos era muito reduzido**, afetando sobremaneira a mobilidade e a logística da tropa. O país também **não possuía tradição militar e carecia de experiência em combate**.

Ademais, assim como ocorria em relação à política, **as decisões militares eram tomadas quase que pessoalmente por Solano López**. Não havia uma estrutura de processo decisório, potencializando a possibilidade de erro. Assim, esse governante, além de concluir incorretamente que o Brasil invadiria o Paraguai, também subestimou a capacidade de seus oponentes. Por isso, **equivocadamente, o país adotou uma postura militar ofensiva em relação a Brasil, Argentina e Uruguai**; quando **a análise do panorama militar, indicava que o Paraguai deveria ter permanecido em defensiva**.

Ademais, **Solano López deflagrou o conflito em momento inoportuno**, pois havia muito suprimento militar a ser entregue ao país. Com o início da guerra, a entrega não se concretizou, devido ao bloqueio naval do Rio Paraná.

Analisando o planejamento da ofensiva de Solano López, constatou-se que, o **Exército Paraguai não dispunha de envergadura suficiente para atuar em duas frentes**: no Mato Grosso e no sul. Além disso, **a ação no Mato Grosso desviou meios importantes que poderiam ser empregados na frente mais**

importante, além de proporcionar tempo para que os aliados pudessem melhor se preparar para a ofensiva paraguaia.

O sucesso da ação militar dependia de muitas condicionantes externas, sobre as quais Solano López não detinha controle, como o apoio das milícias opositoras argentinas para reforçar suas tropas, a liderança de Urquiza, bem como o fornecimento de cavalos para apoiar a invasão do território brasileiro. Para agravar a situação, **a atitude das tropas paraguaias que ocupavam Corrientes contribuiu para que o suporte esperado não se consumasse.**

Também **não estava claro como a esquadra brasileira seria aprisionada ou destruída,** pois, tanto o Paraguai como Urquiza, pretense aliado, não dispunham de meios para tal ação. Por fim, **não havia embasamento estratégico para considerar que as ações seriam rápidas.**

O analisado permite concluir que a expressão militar do Poder Nacional do Paraguai não oferecia respaldo para que o país deflagrasse o conflito contra Brasil, Argentina e Uruguai.

3.5 EXPRESSÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA

Conforme exposto nas seções anteriores, o Paraguai vivenciou situação de isolamento político até o fim do Governo de Francia. Nessa época, havia uma débil ligação com o exterior, por intermédio de um reduzido comércio. A prioridade nessa época era o fortalecimento do regime e da independência do país. Nesse ambiente, havia pouca disponibilidade de recursos para aplicação no desenvolvimento interno.

A partir da gestão de Carlos López, houve a abertura da economia e o país passou a exportar produtos agropecuários. O capital decorrente da exportação era revertido em um processo de modernização militar, especialmente no que se refere à preparação de posições fortificadas. Contudo, esse relativo progresso tecnológico permaneceu restrito ao campo militar; não atingindo a agricultura, a pecuária ou a educação.²⁸⁵ Além disso, não houve preocupação governamental em estabelecer iniciativas que permitissem a produção local desses insumos militares.

O investimento na área militar se acentuou no Governo de Solano López, tendo em vista a mobilização militar em curso. O incremento da estrutura militar

²⁸⁵ DELGADO, op. cit., p. 30.

paraguaiense prosseguia por intermédio de importações. Essa situação praticamente consumia todo o orçamento do país.

Assim sendo, verifica-se que **o investimento na infraestrutura do país nunca foi prioridade ao longo do período histórico analisado**. Em um primeiro momento, tal situação decorreu da ausência de capital para tal. Por outro lado, quando houve o ingresso de recursos na economia, priorizou-se o campo militar. **Tal conjuntura levou a um país atrasado sob diversos enfoques, pouco propício a iniciativas científico-tecnológicas.**

Conforme já exposto, existiam poucas estradas no país. Os núcleos urbanos eram reduzidos e a população urbana estava concentrada em Assunção²⁸⁶ - que, tinha 20 mil habitantes em 1855 (10 anos antes do início do conflito).²⁸⁷ Praticamente inexistia imprensa, a população tinha baixo nível educacional, as técnicas empregadas na agropecuária eram rudimentares, quase não haviam iniciativas locais de comércio e de indústria, dentre outros.

Vale ressaltar que o autoritarismo, de certa forma, era responsável por muitas das condicionantes que ocasionavam essa situação, tendo em vista que a conjuntura fortalecia o regime. Nesse sentido, uma sociedade iletrada possuía menor capacidade crítica e discernimento político, era mais simples e manobrável pelo sistema.

O fato do regime monopolizar a economia e praticamente todo o capital facilitava o controle da população, afinal, o Estado era o principal empregador do país. Os lucros auferidos nesse manejo eram extremamente favoráveis para o governo, resultando em uma renda média muito baixa para a população. Contudo, essa situação gerava uma sociedade com pouco poder aquisitivo. Ademais, não havia recurso privado para investimentos em empreendimentos comerciais e industriais locais – que, de muito pouco adiantariam, face às características do mercado interno.

Diversos autores buscam apresentar o panorama de um Paraguai desenvolvido à época imediatamente anterior ao início do conflito. Contudo, percebe-se exacerbação e absolutização enfática de “inúmeros fenômenos e processos (desenvolvimento, industrialização, alfabetização)”, embasados em motivação ideológica-nacionalista e em uma “descrição fenomênica e superficial de

²⁸⁶ QUEIRÓZ, op. cit., p. 78.

²⁸⁷ CAWTHORNE, op. cit., p. 65.

fatos objetivos determinados e limitados historicamente”²⁸⁸, com o intuito de apresentar o país como um modelo de desenvolvimento autônomo e autóctone.

Nesse sentido, citam-se algumas constatações que contradizem esse suposto modelo. Por exemplo, costuma-se mencionar que a primeira ferrovia sul-americana foi construída no Paraguai, quando na verdade tratou-se da sexta. Exacerba-se muito a metalúrgica de Ibicuy como uma iniciativa pioneira; entretanto, tal empreendimento foi estabelecido com a total dependência de capital, recursos materiais e técnicos ingleses. Isso sem mencionar que o Brasil já dispunha de forjas desde o século XVI.²⁸⁹ O fato é que o “Paraguai não acumulara capital nem tinha tecnologia para iniciar uma revolução industrial na região”.²⁹⁰

Outro ponto bastante mencionado é que no país quase não havia escravidão. Contudo, tal panorama nada tem a ver com um modelo socialmente mais justo e desenvolvido. A quase inexistência de trabalho escravo era decorrente do acanhamento da economia local, que não justificava os vultosos investimentos necessários para o emprego do sistema escravocrata. Por isso, a preferência pelo trabalho de nativos – mestiços e índios.

As poucas inovações tecnológicas existentes, como o incentivo à metalurgia, foram implementadas em um contexto de modernização militar,²⁹¹ e destinavam-se, principalmente, às fortificações. Além disso, essas iniciativas modernizantes eram totalmente dependentes de importação, em especial da Inglaterra - quase nada era produzido no Paraguai. Logo, esse reduzido nicho não resultava em avanço para o país.

Apesar dessas medidas inovadoras, não se constata esforço por parte dos dirigentes paraguaios em modificar a dinâmica econômico-social herdada da época de dominação espanhola.²⁹² Afinal, na metade final do século XIX, o país ainda se mantinha economicamente com as mesmas atividades que vigoravam durante o período colonial: extrativismo e agropecuária.²⁹³

Do exposto, conclui-se que a expressão científico-tecnológica do Poder Nacional do Paraguai não propiciava embasamento para que esse país empregasse a força.

²⁸⁸ QUEIRÓZ, op. cit., p. 322.

²⁸⁹ LIMA, op. cit., p. 80 e 81.

²⁹⁰ MENEZES, op. cit., p. 164.

²⁹¹ DEL PRIORE, op. cit., p. 191.

²⁹² Ibidem, p. 191.

²⁹³ LIMA, op. cit., p. 81.

4. CONCLUSÃO

No contexto da Guerra do Paraguai, se destaca o fato de que coube a Solano López a iniciativas das ações flagrantemente hostis contra o Brasil, em um primeiro momento, e depois contra a Argentina, que resultariam no maior conflito sul-americano até os dias atuais. E, ainda mais surpreendente, é a constatação que, até então, o Paraguai ocupava a periferia da política platina, cuja hegemonia era compartilhada justamente pelos dois países confrontados.

Assim, em 12 de novembro de 1864, o navio brasileiro Marquês de Olinda, que transitava pelo rio Paraguai com destino a Cuiabá (capital da Província de Mato Grosso), foi abordado pelo vapor paraguaio Tacuari e obrigado a regressar ao porto de Assunção. Após isso, a embarcação, bem como diversos passageiros, dentre eles o futuro governador da província, foram aprisionados.

Tal fato ocorreu sem prévia declaração formal de guerra, uma vez que, somente no dia seguinte ao ocorrido, o governo paraguaio emitiu nota à embaixada brasileira em Assunção, rompendo as relações entre os países. A despeito dessa situação, não houve reação militar por parte do Brasil.

O Paraguai alegou junto à Inglaterra que havia assim procedido como reação à intervenção militar brasileira no Uruguai. Entretanto, em 7 de dezembro de 1864, Edward Thornton, representante britânico na Argentina e Paraguai, enviou correspondência oficial a José Berges, Chanceler Paraguaio, afirmando que o Império não anexaria o Uruguai.

A despeito do clima favorável ao entendimento diplomático, o Paraguai invadiu a Província de Mato Grosso, em 24 de dezembro de 1864. Nessa ocasião, as tropas invasoras saquearam diversas localidades e alcançaram Coxim; tendo permanecido ocupando militarmente a região com pequenos efetivos dispersos.

Em 20 de fevereiro de 1865, foi firmado o Protocolo de Paz de Villa Unión, que pôs fim ao conflito no Uruguai. Esse acordo, mediado pelo representante italiano em Montevideu (atendendo a vontade do governo local), foi firmado por todas as partes integrantes do conflito: colorados, blancos e brasileiros. Conforme estabelecido no tratado, Venâncio Flores, líder dos colorados e aliado do Império, assumiu a presidência do país.

Dessa forma, em fins de fevereiro de 1865, a conjuntura no Prata era novamente favorável a uma solução negociada para o conflito envolvendo Brasil e

Paraguai. Em primeiro lugar porque o Uruguai havia preservado sua independência, e, portanto, o motivo pelo qual o Paraguai havia alegado para hostilizar o Brasil havia, em tese, terminado.

Por outro lado, o Paraguai não contaria mais, a partir de então, com o apoio dos blancos, os quais haviam sido aliados do poder no Uruguai. Essa situação, inclusive, afetava fortemente o comércio exterior paraguaio, naquela época bastante dependente do porto de Montevideú, dados os eternos entraves portenhos à utilização do terminal de Buenos Aires pelos paraguaios.

A Argentina, até aquele momento, mantinha neutralidade em relação ao conflito paraguaio-brasileiro, pois deu nega à pretensão brasileira de utilizar pontos de apoio em território argentino ao longo do Rio Paraná, com a finalidade de proporcionar suporte à esquadra do Império. E, também não consentiu com o trânsito de tropas de Solano López pelo território de misiones.

Contudo, novamente Solano López ignorou esse panorama e optou pelo emprego da força; declarando guerra contra Argentina, em 5 de março de 1865. Assim, no dia 13 de abril de 1865, o exército paraguaio tomou a cidade de Corrientes. O governo de Mitre alegou haver tomado conhecimento do rompimento oficial das relações entre os países somente após a invasão paraguaia – ou seja, oficialmente, uma vez mais o Paraguai havia cometido hostilidades sem aviso prévio. Ademais, a truculência da ocupação paraguaia em Corrientes resultou que Entrerrianos e Correntinos (pretensos aliados paraguaios) se posicionassem de forma desfavorável à causa paraguaia.

As atitudes do governo paraguaio levaram Brasil, Argentina e Uruguai a firmar o Tratado da Tríplice Aliança, em 1º de maio de 1865. Nesse acordo, os interessados se comprometiam a atuar militarmente e de forma conjunta contra Solano López. O comando coube a Mitre, em uma hábil manobra com o intuito de angariar, em alguns casos, e robustecer, em outros, a união de esforços entre partes tão distintas (portenhos, colorados uruguaios, opositores argentinos e brasileiros), particularmente no caso do Brasil – seja pelo idioma e, principalmente, pela forma monárquica de governo.

Destarte, no início de maio de 1865, a situação que se descortinava era totalmente adversa a Solano López. O Paraguai, além de não contar mais com o apoio dos blancos uruguaios, também não disporia mais do suporte dos habitantes de Entre Rios e Corrientes. Os países hegemônicos no Prata – Brasil e Argentina –

havia deixado de lado suas diferenças, para se aliar militarmente contra o Chefe do Executivo paraguaio; tendo angariado a participação efetiva do Uruguai – que, pouco tempo antes, encontrava-se em conflito contra o Império.

Essa conjuntura desfavorável ao Paraguai induziria à busca de uma saída negociada para as divergências. Afinal, a união de esforços militares entre os aliados era muito tênue - apesar da tentativa de fortalecê-las. Por outro lado, havia uma estrutura defensiva militar paraguaia considerável, que permitiria a esse país abandonar a atitude ofensiva e conduzir tratativas diplomáticas em excelentes condições. Todos os aliados enfrentavam oposições internas em relação a um conflito armado. E a própria Inglaterra defendia o retorno a uma situação de normalidade em diversas ocasiões. Apesar dessa conjuntura, Solano López deu seguimento a sua campanha ofensiva.

Dessa forma, partindo-se dessa situação, buscou-se proceder uma análise em relação à capacidade do Paraguai em empregar a força, independentemente da parte contrária envolvida no conflito (seja o Brasil isoladamente, ou uma aliança formada entre os países platinos), e assim alcançar seus objetivos. Para tanto, fez-se necessário estabelecer um parâmetro, com o intuito de se alcançar uma objetividade na verificação procedida; sendo elegido o Poder Nacional para esse propósito.

Em um passo seguinte, foi discorrido sobre o referencial teórico envolvendo a ideia de Poder Nacional. Assim sendo, foram estudadas teorias e doutrinas que remetessem a ideia de mensuração/avaliação de poder, envolvendo grupos politicamente organizados. A partir de então, constatou-se uma convergência de entendimentos de autores, acerca da existência de um conceito denominado genericamente de poder, que consistiria na capacidade de uma determinada unidade política em alcançar seus objetivos. Esse posicionamento, vale destacar, se enquadra no conceito de Poder Nacional sustentado pela ESG; restando caracterizada a validade da escolha, bem como a viabilidade e cientificidade desse critério. Por fim, no aprofundamento da doutrina da ESG, verificou-se a pertinência do fracionamento do Poder Nacional em suas expressões, com o intuito de melhor compreendê-lo.

Em uma etapa seguinte, passou-se a análise das expressões do Poder Nacional, iniciando-se pela expressão política. Assim, inicialmente, foram vislumbradas questões geopolíticas que sempre influenciaram a política paraguaia: a

consolidação da independência do país (constantemente ameaçada por Buenos Aires, que não escondia seu interesse em anexar a "província rebelde") e a necessidade de acesso ao mar. Além disso, o Paraguai tinha problemas de indefinição de limites com todos os seus vizinhos (Argentina, Bolívia e Brasil), bem como discordava da livre navegação no Rio Paraguai, o que prejudicava os interesses brasileiros. Contudo, até o governo de Solano López, o país sempre buscou resolver esses problemas por intermédio da diplomacia.

Outro ponto importante, consiste no fato de que Brasil e Argentina compartilhavam a hegemonia na Bacia do Prata e não desejavam estender esse protagonismo a terceiros. Contudo, enquanto que para o Império era fundamental as independências paraguaias e uruguaias objetivando a manutenção do quadro político vigente, a Argentina sempre atuou no sentido de submeter esses países – buscando reestabelecer o território do antigo Vice-Reinado do Prata.

Solano López, ao assumir o poder, considerava que seu país havia atingido o mesmo nível político que Brasil e Argentina. E, para ganhar espaço no quadro regional, articulou uma união envolvendo Paraguai, blancos uruguaios e opositoristas argentinos, como contraponto às nações então hegemônicas. Essa guinada contrariava interesses tanto do Império quanto da Argentina – o que terminou por unir esses países tradicionalmente rivais contra a iniciativa paraguaia. Ademais, acentuou-se no governo paraguaio a impressão (iniciada na gestão anterior) de que o Brasil nutria intenção de anexar o país.

Fruto dessa percepção superestimada da situação paraguaia e, ao mesmo tempo, subestimando seus adversários, Solano López, quando teve seus interesses contrariados, decidiu pelo emprego da força, inicialmente contra o Brasil, depois contra a Argentina, e, finalmente contra uma aliança envolvendo os países platinos. Entretanto, a perspectiva paraguaia estava equivocada e não encontrava respaldo na realidade.

Diversas especificidades políticas colaboram para explicar esse equívoco. Inicialmente, verificou-se a fragilidade das instituições e mecanismos republicanos, situação que foi agravada pelos seguidos regimes autoritários. Tal situação gerou um Estado não estruturado, composto por um executivo hipertrofiado, que dominava o legislativo e o judiciário subservientes.

Assim sendo, o poder estava totalmente concentrado nas mãos do Presidente, praticamente inexistindo um processo decisório a nível estatal,

englobando diversos níveis e esferas, principalmente a diplomática. Por outro lado, a sociedade estava alheia à realidade política, não tendo oportunidade de tomar parte, seja por intermédio da opinião pública ou do legislativo. Em suma, não havia oposição no país.

Nesse contexto, a formulação de perspectivas e, principalmente, a qualidade das decisões passou a depender exclusivamente da capacidade política do governante. No caso de Solano López, havia uma tendência, infundada, de valorizar as potencialidades paraguaias, e, ao mesmo tempo, desprezar o poder de seus adversários. Some-se a esse traço sua inexperiência, seja devido a sua idade, ou a sua pouca vivência política e militar. Essa dinâmica explica as percepções e decisões equivocadas de Solano López a nível político.

Assim, sob o **ponto de vista da expressão política do Poder Nacional, não havia fundamentos para que Solano López deixasse de lidar com os problemas do Paraguai por intermédio da diplomacia, conforme vinha ocorrendo há décadas, e optasse pelo emprego da força.**

Posteriormente, passou-se a analisar a expressão econômica do Poder Nacional paraguaio, sendo constatado que os sucessivos regimes autoritários levaram a um crescente intervencionismo estatal na economia. Essa situação, por sua vez, resultou em um sistema econômico no qual o governo detinha o controle sobre quase todo o capital circulante no país e com pouco dinamismo interno - pela ausência de investimentos internos privados e baixo poder aquisitivo da população.

A economia era totalmente dependente do mercado externo - seja para a aquisição de recursos, mediante a exportação de produtos agropecuários, ou para a importação de praticamente tudo o que era consumido no país. Nesse contexto, existiam dois agravantes: as trocas externas ocorriam praticamente com um único país - a Inglaterra - e eram realizadas exclusivamente por intermédio do Rio Paraná. Assim, qualquer interrupção nesse fluxo implicaria na asfixia econômica do país.

Também foi verificado que a mobilização militar em curso desde 1862 impactava negativamente a economia local, pois implicava no consumo de grande quantidade de capital, retirava mão-de-obra da produção agropecuária e desviava parte da agricultura de subsistência para o sustento do numeroso exército. A situação era agravada pelo fato das poucas iniciativas de infraestrutura e inovação serem destinadas ao campo militar e, ainda assim, não serem corretamente priorizadas e dimensionadas.

Ademais, a economia paraguaia era muito menor que a dos aliados, arrecadando com comércio exterior quase 65 vezes menos e com impostos 22 vezes menos. Isso significa dizer que o Paraguai dispunha de capacidade muito menor que os seus opositores de sustentar um esforço de guerra ao longo de determinado período de tempo. Esse panorama era agravado pelas dificuldades desse país em conseguir financiamento externo, dado que os investidores estrangeiros consideravam as operações financeiras com o Paraguai como de alto risco.

Destarte, conclui-se que a expressão econômica do Poder Nacional do Paraguai não oferecia respaldo para que o país deflagrasse o conflito contra Brasil, Argentina e Uruguai.

Prosseguindo no trabalho, foi analisada a expressão psicossocial do Poder Nacional do Paraguai, sendo constatado que a quantidade de habitantes desse país era cerca de 28 vezes menor que a soma da população dos aliados. Ou seja, o Paraguai possuía muito menor capacidade de fornecer e repor tropas e, ao mesmo tempo, dispor de mão-de-obra para manter sua economia, em uma situação de esforço de guerra.

Por outro lado, diversos aspectos psicossociais, de certa forma, eram favoráveis, a uma situação de conflito. A sociedade tinha pouca consciência dos fatos políticos locais ou internacionais e baixa capacidade de discernimento (devido aos baixos índices de escolaridade) – em suma: era isolada. Dessa forma, havia tendência em se acreditar nas informações repassadas pelo governo (embora muitas delas sem qualquer lógica), bem como de superestimar os pontos favoráveis e subestimar aqueles desfavoráveis ao regime.

O governo dispunha de fortes mecanismos para coagir a população em uma situação de conflito. Havia uma forte rede repressiva, formada por robusto aparato de informantes e policial. O Estado era o maior empregador, e, portanto, a fonte principal de sustento para a grande maioria da sociedade. A Igreja estava sob controle estatal, o que permitia o emprego dos religiosos e da própria religiosidade do povo em favor dos interesses do país. Entretanto, ressalve-se que qualquer diminuição por parte desse controle impactaria negativamente no poder de coerção estatal, e, conseqüentemente, no esforço de guerra.

Assim, embora alguns dos aspectos anteriores favorecessem o esforço de guerra, outros, com destaque para a dimensão da população, eram bastante

desfavoráveis. Destarte, pode-se concluir que **a expressão psicossocial do Poder Nacional do Paraguai não propiciava embasamento para o emprego da força, conforme envergadura pretendida por Solano López.**

Passando à análise da expressão militar do Poder Nacional paraguaio, foi visto que, ao início do conflito, o país dispunha de um exército de 77 mil homens, o que equivalia a quase três vezes a soma dos efetivos militares dos países aliados. Essa situação comprometia parcela significativa da população masculina em idade produtiva. Dessa forma, o Paraguai dispunha de reduzida capacidade de mobilizar outros efetivos ou de repor baixas em combate. Além disso, o país comprometia, também, seriamente a sua economia, seja pelo desvio de mão-de-obra, ou pela impossibilidade de custear suas tropas.

A Marinha Paraguaia dispunha de 11 barcos, sendo que somente um deles estava em melhores condições para a guerra – os demais eram embarcações civis adaptadas. Enquanto isso, a esquadra brasileira era composta por 42 navios de combate. Vale dizer, o Paraguai tinha questionável capacidade de manter o livre trânsito do Rio Paraná – que era a via exclusiva de abastecimento comercial e militar do país.

Abordando o exército paraguaio, foi verificado que os recursos humanos eram de baixa qualidade: a proporção entre oficiais e praças era muito desigual, não havia escolas de formação de oficiais e sargentos, não havia fluxo de carreira e critérios para a promoção, dentre outros. Os meios materiais também eram deficientes: o armamento coletivo (canhões) e individual (fuzis) eram obsoletos, a logística não era adequada (faltava munição, calçados, víveres e outros). Além disso, o país não tinha tradição militar e carecia de experiência em combate.

Em relação ao planejamento, não havia razões políticas que motivassem a mudança da estratégia defensiva, até então em curso, para uma campanha ofensiva. Essa alteração impediu uma adequada consolidação de uma estrutura defensiva e não propiciou tempo suficiente para que o país se preparasse para a ofensiva. Ademais, a oportunidade de deflagração do conflito foi inoportuna, pois diversos equipamentos militares deixaram de ser entregues devido ao bloqueio naval do Rio Paraná – imposto pela esquadra brasileira após o início do conflito.

A ofensiva planejada era complexa e apresentava sérios problemas de concepção. Previa a abertura de duas frentes de combate, sendo que o exército paraguaio não dispunha de envergadura para tal tipo de ação. Além disso, a ação no

Mato Grosso foi desnecessária, pois comprometeu meios que poderiam ser empregados na zona principal de combate e propiciou tempo para que os aliados melhor se preparassem na frente mais importante. Também havia dependência de diversas condicionantes, sob as quais Solano López não detinha controle, como o apoio dos blancos uruguaios e dos oposicionistas argentinos. Não estava claro como a esquadra brasileira seria destruída. As ações estavam demasiadamente centralizadas nas mãos do Presidente, prejudicando a iniciativa dos comandantes nos diversos escalões. E, finalizando, não havia razões para crer que a campanha seria rápida - conforme acreditavam os paraguaios.

O analisado permitiu concluir que a expressão militar do Poder Nacional do Paraguai não oferecia respaldo para que o país deflagrasse o conflito contra Brasil, Argentina e Uruguai.

Finalizando o processo, passou-se à análise da expressão tecnológico-científico do Poder Nacional do Paraguai, ocasião na qual verificou-se que o processo de modernização em curso no país desde 1862 era de cunho estritamente militar, consumia grande quantidade de recursos financeiros e materiais e não alcançava as demais áreas – agropecuária, educação, dentre outras.

O modelo econômico dependente de importações, a ausência de capital privado e a falta de iniciativas governamentais na área de infraestrutura resultaram em um país pouco desenvolvido, com baixa urbanização, extremamente dependente da agropecuária (explorada mediante técnicas arcaicas) e com baixo nível educacional. Ademais, não se constatou qualquer iniciativa estatal que buscasse reverter tal situação.

Face a esse ambiente, a expressão científico-tecnológica do Poder Nacional do Paraguai não propiciava embasamento para que esse país empregasse a força.

Finalizada a análise, nenhuma das expressões do Poder Nacional do Paraguai, consideradas isoladamente, sustentavam o emprego da força, como uma alternativa para que esse país alcançasse seus objetivos. Por outro lado, como visto ao longo do referencial teórico, o Poder Nacional é constituído pelo somatório de suas manifestações - política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica. Logo, é válido inferir que a integração das conclusões parciais atinentes a cada uma dessas expressões expressará uma conclusão englobando o conceito de Poder Nacional como um todo. Nesse sentido, restou claro que **o Poder**

Nacional paraguaio, à época do início da Guerra do Paraguai, analisado sob a metodologia preconizada pela ESG, não fundamentava a decisão de Solano López de empregar a força seja contra o Brasil, ou contra uma aliança formada pelo Império, Argentina e Uruguai, para atender a seus objetivos políticos.

REFERÊNCIAS

BORGES, Fernando Tadeu; PERARO, Maria Adenir (Orgs). **Brasil e Paraguai: uma releitura da Guerra**. Cuiabá: Entrelinhas EdUFMT, 2012. 459 p.

BRASIL. **Manual Básico ESG** – Volume I – Elementos Fundamentais. Rev., atual. - Rio de Janeiro, 2014. 4v. Disponível em <<http://docplayer.com.br/98625345-Escola-superior-de-guerra-manual-basico-volume-i-elementos-fundamentais.html>> Acesso em 08 mar. 2019

_____. **Manual Básico ESG** – Volume II – Assuntos Específicos. Rev., atual. - Rio de Janeiro, 2014. 4v. Disponível em <<http://www.adesp.org.br/download/ManualBasico2014Vol2.pdf>> Acesso em 1º abr. 2019.

CARMONA, Ronaldo Gomes. **Poder Nacional e Grande Estratégia: uma análise geopolítica dos conceitos fundamentais do projeto brasileiro de potência**. 2017. 227 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../tde.../2017_RonaldoGomesCarmona_VOrig.pdf>. Acesso em 11 mar. 2019.

CARDOZO, Efraím. **Breve historia del Paraguay**. Assunção: Servilibro, 2011. 175 p.

CASTRO, João Augusto de Araújo. **O poder nacional** - Limitações de ordem interna e externa. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, n. 6, p. 216-240, mar 1999. Disponível em <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/65/57>. Acesso em: 06 mar. 2019.

CAWTHORNE, Nigel. **Uma nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2015. 256 p.

DELGADO, Ramón Teodoro. **La conducción del ejército paraguayo en la guerra contra la triple alianza 1864-1870**. Assunção: Marben Editora e Gráfica, 2012. 432 p.

DEL PRIORE. Mary. **Uma breve história do Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Planeta, 2016. 334 p.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 617 p.

LIMA, Luiz Octavio de. **A Guerra do Paraguai**. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2016. 431 p.

MENEZES, Alfredo da Mota. **A guerra é nossa**: a Inglaterra não provocou a Guerra do Paraguai. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 169 p.

MORAES, Manuel H. A. de. **Poder nacional**: alguns de seus componentes. Síntese Revista de Filosofia. v. 2, n. 6, p 36 – 47, jan./abr. 1960. Disponível em <<http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/3124/3205>>. Acesso em 06 mar. 2019.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações** – a luta pelo poder e pela paz. 6. Ed. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003, 1094 p. Disponível em <funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf>. Acesso em 07 mar. 2019.

MOURA FILHO, Heitor. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). Cadernos de História. n. 11. Jan. 2009. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/214823703_Cambio_de_longo_prazo_do_milreais_uma_abordagem_empirica_referente_as_taxas_contra_a_libra_esterlina_e_o_dolar_1795-1913>. Acesso em 24 abr. 2019.

PASTORE, Fortunato. **Soldados Nus**: filhos do acaso ou filhos da Glória - estratégia militar e economia na América Latina independente: 1810 – 2000. 2007. 318 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26022008-133603>. Acesso em 24 abr. 2019.

QUEIRÓZ, Silvânia de. **Revisando a revisão**: Genocídio americano – a Guerra do Paraguai. Porto Alegre: FCM Editora, 2014. 386 p.

ROCHMAN, Alexandre Ratner. **A avaliação de poder nas relações internacionais**. Lua Nova, São Paulo, n. 46, p. 119-134, 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451999000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 mar. 2019.

SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino. **Poder nacional, cultura política e paz mundial**. Conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1962). Rio de Janeiro: ESG, 2014, 288p. Disponível em <https://www.santiagodantas.com.br/wpcontent/uploads/poder_nacional_cultura_politica_e_paz_mundial-ocr-1.pdf>. Acesso em 12 mar. 2019.

VARGAS, João Augusto Costa. **Um mundo que também é nosso**: o pensamento e a trajetória diplomática de Araujo Castro. Brasília, FUNAG, 2013. 265 p. Disponível em <funag.gov.br/loja/download/1074-um-mundo-que-tambem-e-nosso.pdf>. Acesso em 11 mar. 2019.